



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**SOCIEDADE, CULTURA E IDENTIDADE EM *VIDAS SECAS*, DE GRACILIANO
RAMOS E *OS MAGROS*, DE EUCLIDES NETO**

JULIANA CRISTINA FERREIRA

CATALÃO

2014

JULIANA CRISTINA FERREIRA

**SOCIEDADE, CULTURA E IDENTIDADE EM *VIDAS SECAS*, DE GRACILIANO
RAMOS E *OS MAGROS*, DE EUCLIDES NETO**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem, sob a Orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

CATALÃO
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
(GPT/BSCAC/UFG)

F383s Ferreira, Juliana Cristina.
Sociedade, cultura e identidade em Vidas Secas, de Graciliano Ramos e os Magros, de Euclides Neto [manuscrito] / Juliana Cristina Ferreira. - 2014.
xv, 158 f.

Orientador: Prof^o. Dr. Valdeci Rezende Borges.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Departamento de Letras, 2014.
Bibliografia.

1. Vidas Secas. 2. Os Magros. 3. Sociedade. 4. Cultura. 5. Linguagem. 6. Identidade. I. Título.

CDU: 82-311.2

JULIANA CRISTINA FERREIRA

**SOCIEDADE, CULTURA E IDENTIDADE EM *VIDAS SECAS*, DE GRACILIANO
RAMOS E *OS MAGROS*, DE EUCLIDES NETO**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem, sob a Orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

Banca Examinadora :

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (orientador – UFG/CAC)

Profa. Dra. Kênia Maria de Almeida Pereira (UFU)

Profa. Dra. Maria Imaculada Cavalcante (UFG/CAC)

Profa. Dra. Regma Maria dos Santos (suplente – UFG/CAC)

Profa. Dra. Luciana Borges (suplente – UFG/CAC)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: LITERATURA, SOCIEDADE, CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADE	21
1.1 Produção literária e sociedade.....	22
1.2 Identidade como representação nas narrativas	29
1.3 A Cultura	36
CAPÍTULO II: GRACILIANO RAMOS E AS VIDAS SECAS	45
2.1 Graciliano Ramos, sua obra e o tempo	46
2.2 Uma análise de <i>Vidas Secas</i>	59
2.2.1 Transformações identitárias	60
2.2.2 Desterritorialização	68
2.2.3 Os espaços das vidas secas	72
2.2.4 A cultura: vinculando à sociedade	82
CAPÍTULO III: EUCLIDES NETO E OS MAGROS	91
3.1 Euclides Neto, textos e contextos	91
3.2 Uma leitura de <i>Os magros</i>	102
3.2.1 Território/Espaço e relações de poder, exploração e opressão	102
3.2.2 Cultura e identidade	123
CAPÍTULO IV: UM DIÁLOGO ENTRE VIDAS SECAS E OS MAGROS	130
4.1 Princípios teóricos para uma comparação	130
4.2 Trajetória intelectual, atuação dos autores e suas referências socioculturais	
4.3 Dimensões formais.....	129
4.4 Conteúdos – relações entre obras e realidades.....	137
4.6 Personagens.....	140
4.7 Espaços e culturas.....	144

CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	157

AGRADECIMENTOS

Agradecer é perceber que precisamos de algo ou de alguém que nos ajude a levar avante nossos objetivos, sejam eles simples ou complexos.

Assim, agradeço:

A Deus, pela existência e pelo fôlego de me fazer questionar sempre a realidade;

À Bolsa FAPEG, pelo apoio financeiro à minha pesquisa;

À minha mãe, Elvira, pelo estímulo, carinho e incentivo;

Ao meu orientador, Professor Dr. Valdeci Rezende Borges, por me orientar nesta caminhada;

Aos coordenadores do Mestrado em Estudos da Linguagem, prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior e Prof^ª Dr^ª. Grenissa Stafuzza;

Aos Professores do Mestrado: Prof^ª. Dr^ª. Maria Imaculada Cavalcante, Prof^ª. Dr^ª. Luciana Borges, Prof. Dr. Alex Meireles da Silva, Prof^ª. Dr^ª. Erislane Rodrigues Ribeiro, Prof. Dr. Brás José Coelho, Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena de Paula, Prof. Dr. João Batista Cardoso e a todos os professores do Departamento de Letras;

Ao curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, por essa maravilhosa oportunidade de aprendizagem;

Aos meus colegas de classe, que estiveram comigo nessa caminhada;

Às Professoras Doutoradas Kênia Maria Pereira e Maria Imaculada Cavalcante, por participarem da minha banca;

E a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram e estão comigo na realização deste sonho de ser Mestre.

RESUMO

O escopo desta pesquisa é identificar como se articulam as formações e as transformações identitárias das personagens dos romances *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, e *Os magros* (1961), de Euclides Neto, que retratam as mudanças de identidade de seres humanos oprimidos e marginalizados, conforme suas práticas e experiências vividas em sociedade. No espaço retratado por Ramos, o árido sertão nordestino na década de 1930, época em que a literatura buscou denunciar as contradições sociais de diversas regiões brasileiras, em especial o Nordeste, emergem condições precárias de vida e trabalho delimitadas pelo clima e por relações sociais de desigualdade, de exploração e opressão. Já o período retratado em *Os magros*, as décadas de 1950 e 1960, apresenta também a região nordeste, mas enfocando a região produtora de cacau no sul da Bahia, onde permanecem e acirram-se os problemas sociais no campo. Essas épocas se comunicam, na medida em que revelam a exploração do homem pelo homem no campo brasileiro e a maneira como cada personagem se identifica ao longo das tramas de acordo com suas experiências sociais. Para a análise sobre as formações e transformações identitárias no decorrer de cada época e espaço recorre-se, principalmente, a reflexões sobre identidade, cultura, linguagem, territorialização e desterritorialização. A problemática que moveu a pesquisa advém da indagação sobre as maneiras como foram representadas as experiências vividas pelas personagens em situações de extrema pobreza, de desagregação de seus modos de vida, de crescente processo de exploração no trabalho e de opressão social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que se ateve tanto aos textos como aos contextos, aos autores como às obras, aos temas e assuntos quanto às formas em que foram produzidas.

Palavras-chave: *Vidas secas*, *Os magros*; sociedade; cultura; linguagem; identidade.

ABSTRACT

The scope of this research is to identify how the identity formation and transformations of the characters are articulated in the novels *Vidas secas* (1938), by Graciliano Ramos and *Os magros* (1961), by Euclides Neto, which depict the changes of identity faced by oppressed and marginalized human beings, as their practices and experiences in society. In the setting depicted by Ramos, the arid hinterlands in the decade of 1930, a time when Literature sought to denounce the social contractions of various Brazilian regions, especially the Northeast, emerges precarious conditions of life bounded by the climate work and social relations of inequality, exploitation and oppression. As for the period depicted in *Os magros*, the decades of 1950 and 60, still shows the Northeast region, but focusing on the cocoa production in the South of Bahia, where social problems in the region is highlighted. These periods of time establish a dialogue, in the sense that they reveal the exploitation of man by man in the Brazilian field and the way each character identifies himself/herself along the plots according to their social experiences. For the analysis of the formations and transformations of identity in the course of each season and space this study uses reflections on identity, culture, language, territorialization and deterritorialization, among others. The issues that moved the research stems from the question about the ways in which it is represented the experiences lived by the characters in situations of extreme poverty, the breakdown of their ways of life, of growing process of exploitation at work and social oppression. The methodology used was the bibliographical research, in which stick to both texts and contexts, both the authors and the works, both to the themes and issues regarding the ways in which they were produced.

Key-words: *Vidas secas*, *Os magros*; society; culture; language; identity.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa realiza um estudo acerca da constituição das identidades humanas, as quais sofrem mudanças diante das mazelas sociais, tais como exclusão, opressão e exploração, em interação com os aspectos culturais e espaciais, por meio da análise das obras *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos (1892 – 1953), e *Os magros* (1961), de Euclides Neto (1925 – 2000). Nestas produções encontramos personagens marcadas por processos violentos de desumanização e de transformações identitárias. No que tange ao diálogo entre as obras, o momento histórico e o local a que se referem, o Nordeste brasileiro, suas personagens transitam num universo social marcado por contradições e pelo comando das oligarquias regionais, expressas por sua dupla referência: monopólio da terra e controle do voto, conforme Camargo (2004).

As transformações identitárias sofridas pelas personagens estão ligadas às adversidades climáticas assim como à exploração do homem pelo homem. Mas as personagens de *Vidas secas* tiveram, para agravar sua situação, a circunstância de sofrerem as consequências da desterritorialização nas terras secas e áridas do Nordeste, enquanto buscavam fugir à derrota e à seca, passando fome. Já as personagens de *Os magros* permanecem próximas a seu espaço de origem, porém, experimentando também o deslocamento constante de uma fazenda a outra, sendo tratadas com desprezo pelos donos da terra e pelo poder econômico.

Quando Graciliano Ramos escreveu e publicou *Vidas secas* (1938), em pleno Estado Novo, ele estava no Rio de Janeiro e acabara de sair das prisões varguistas. Sua sensibilidade estava, portanto, aguçada pelas agruras dos longos dias que antecederam a produção da obra. Diante disso, Graciliano Ramos, assim como Euclides Neto, escreveram e descreveram um tempo e um lugar em que viveram e que, portanto, conheciam em profundidade.

Apesar de *Vidas secas* ser resultado da rememoração do autor face ao período em que viveu no Nordeste, esta não é uma obra autobiográfica. Graciliano pertencia a uma classe privilegiada, participava da vida política e chegou a exercer o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios, cidade alagoana, contudo, ele não escreveu sua história, mas a saga de outros nordestinos de extratos sociais inferiores que transitaram em seu universo histórico-social. Nessa obra, o escritor ficcionaliza as condições em que o homem pobre e oprimido dos sertões nordestinos vivia.

A obra *Os magros* (1961), por sua vez, nada deve aos bons documentos de denúncia social. Sua ambientação se dá nas terras dos cacauais do sul da Bahia. Constitui a narrativa de uma sociedade que vive entre o antagonismo da riqueza e da pobreza, sendo representada por duas famílias, a dos patrões, os fazendeiros, e a dos empregados da fazenda, além de ficcionalizar uma sociedade com atividade econômica em crise, devido ao cacau, *fruto-de-ouro*, já não produzir tão bem e, conseqüentemente, não render bons lucros como no passado. Isso se deu devido aos “reflexos da crise que se instalou”, marcada por “uma série de fatores, tais como baixa de preços do produto, política cambial e, em especial, uma doença que acometeu os cacauais da região, a vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*¹)” (ROCHA, 2006, p. 20). Nesse sentido, a narrativa de Euclides Neto inspira-se nas fontes populares rurais da região sul da Bahia. Nela merece destaque a forma com que o autor retrata a contradição entre a miséria dos trabalhadores e o luxo exorbitante dos proprietários das fazendas, moradores da cidade, na capital do Estado.

Dessa forma, ter-se-á, no decorrer da pesquisa, uma abordagem, primeiramente em separado, de cada uma das obras e autores em tela, e, por fim, buscar-se-á estabelecer um diálogo entre elas, num procedimento comparativo. Isto porque *Os magros* representa as personagens como vítimas da desigualdade social, da fome e da miséria advindas da exploração de seu trabalho e do enorme desnível presente na sociedade entre o proprietário da terra e o trabalhador rural, enquanto *Vidas secas*, com a mesma temática, representa personagens marcadas pela seca e pela expulsão de um território, que tentam sobreviver à fome e à miséria numa caminhada sem fim pelo sertão nordestino, à espera de encontrar trabalho, moradia, alimento, dignidade. Essas duas obras dialogam entre si ao tratarem da exploração do homem pelo homem e do processo de desumanização que estes experimentam, que, no limite extremo, produz a zoomorfização das personagens exploradas.

Na pesquisa analisaremos os meandros da constituição identitária dos indivíduos inseridos no espaço territorial do nordeste brasileiro nas décadas de 1930 e 1960, atentando para as transformações sofridas nas formas identitárias das personagens num contexto de exploração e exclusão social no sertão nordestino. À medida que Fabiano e sua família (*Vidas secas*) e João e sua família (*Os magros*) vivenciam processos de perda territorial, de pauperização e de busca pela sobrevivência, num movimento marcado pela perda da dignidade humana enquanto sujeitos vítimas da opressão social, suas identidades vão sendo alteradas. Diante disso, a intenção é analisar, nas duas obras, a formação e a transformação

¹ Uma espécie de fungo que atacou a produção do cacau, levando a uma crise em sua produção (ROCHA, 2006).

identitária do sujeito que vive no sertão do Nordeste brasileiro, para observarmos, por fim, as formas de diálogo possíveis entre ambas.

Assim, a intenção desta pesquisa é: estabelecer uma ligação entre as características naturais do sertão nordestino, do espaço, com os caracteres sociais e culturais do mesmo, visando compreender as interações entre essas dimensões; analisar como essas dimensões foram tematizadas nas obras literárias eleitas como *corpus* privilegiado para a presente investigação; e perceber como as obras abordaram as formas de constituição e mudanças identitárias das personagens retirantes. Logo, buscaremos identificar os sujeitos manchados pelos processos de desumanização representados nas obras estudadas, as quais retratam seres humanos vivendo situações-limite. A perda territorial para o sujeito resulta num estado de transitoriedade e que ele será “fugitivo e fugidio sobre a terra”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 28).

Essas constatações são suficientes para justificar a importância desta pesquisa. Ainda que as obras de Graciliano Ramos tenham sido amplamente estudadas por outros pesquisadores, o mesmo não se pode dizer com relação às obras de Euclides Neto, sobre as quais há poucos estudos. De qualquer maneira, mesmo tendo sido a obra de Graciliano estudada anteriormente, ela apresenta uma riqueza que não se esgotou no universo dos estudos já realizados. A tarefa de trazer novamente a lume questões já estudadas tem a vantagem de colocar Graciliano frente a Euclides Neto, um autor cujas obras apresentam grande valor estético e histórico, mas permanecem pouco conhecidas pela academia e pela sociedade.

Além disso, como a obra de Graciliano Ramos foi publicada em 1938 e a de Euclides Neto em 1961 há um hiato de 23 anos entre elas. Tempo suficiente para que as estruturas sociais e históricas tivessem sofrido mudanças, de modo que a historiografia literária pudesse vislumbrar na literatura nordestina o reflexo de outros temas. Neste caso, a permanência temática no transcorrer de duas décadas indica que as contradições ainda têm lugar na região, o que implica dizer que esta pesquisa possui valor não somente para os estudos literários, mas serve também a estudos antropológicos, sociológicos e historiográficos.

A narrativa de Euclides Neto é uma denúncia quanto à diferença social que posiciona, de um lado, a fartura dos proprietários, membros da família do Doutor Jorge e, de outro, a exploração do trabalho, representada pela família de João, que, não recebendo pagamento condizente com a função que desempenhava, passava fome. A história narrada nessa obra indica as relações travadas entre duas classes distintas que se encontram no mercado por meio do trabalho; de um lado, o proprietário comprando a força de trabalho e, de outro, o

trabalhador vendendo sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Os vocábulos “comprando” e “vendendo” aparecem aqui com certo estranhamento, visto que a compra e a venda, nesse caso, era apenas aparente, formal. Na verdade, o proprietário explorava a força de trabalho e não pagava o que devia, enquanto o trabalhador mantinha a ilusão de que a estava vendendo.

Embora as obras tenham sido escritas em épocas diferentes, mantêm entre si um diálogo por meio da repetição temática. Ambas retratam o desnível social produzido por meio da exploração do trabalho humano, que culmina na existência de um grupo de sujeitos típicos, explorados, oprimidos e esmagados pela sociedade e de outro, formado pelos proprietários dos meios de produção, exploradores e opressores. Os primeiros, em ambas as obras, possuem apenas sua força de trabalho para viverem e retirarem dela o sustento para si e sua família.

A realidade social brasileira vivenciada na região Nordeste do país caracteriza-se pela desigualdade secundada pela miséria e fome, tendo, ainda, na seca, o principal fator natural antagônico às personagens, a qual impõe as mudanças constantes e agrava a luta pela sobrevivência naquele contexto histórico. Essa constatação é suficiente para caracterizar as personagens de tais obras como figuras típicas, isto é, como entes que representam tipos sociais que transitam pelos caminhos do Nordeste e do Brasil, os retirantes, trabalhadores nômades obrigados a migrarem, de tempo em tempo, em busca de trabalho e sustento, com os quais ainda hoje nos deparamos.

O espaço na narrativa permite ao leitor conhecer o lugar por onde as personagens passam e vivenciam suas experiências, também chamado meio, localização, e “envolve as condições materiais ou espirituais em que se movimentam os personagens e se desenrolam os acontecimentos” (PROENÇA FILHO, 1992, p. 54). Sendo assim, a construção do espaço na narrativa apresenta o sertão da região nordeste como caracterizado pelo solo árido, por clima semi-árido e tendo a Caatinga por vegetação. Essa vegetação é formada por plantas como o mandacaru, o xiquexique, o faveiro, que possuem folhas atrofiadas, caules grossos e raízes profundas para suportar os longos períodos de estiagem, além de arbustos e pequenas árvores, como o juazeiro, a aroeira e a braúna, que também compõem a paisagem, conforme Andrade (2005). Esse espaço natural age ativamente na formação identitária do homem que ali habita. Sobre isso, Barbieri (2009) assevera que

O espaço na narrativa, muito além de caracterizar os aspectos físico-geográficos, registrar os dados culturais específicos, descrever os costumes e individualizar os tipos humanos necessários à produção do efeito de verossimilhança literária, cria também uma cartografia simbólica, em que se

cruzam o imaginário, a história, a subjetividade e a interpretação. A construção espacial da narrativa deixa de ser passiva – enquanto um elemento necessário apenas a contextualização e pano de fundo para os acontecimentos - e passa a ser um agente ativo: o espaço, o lugar como um articulador da história. A percepção deste pela personagem em seu percurso dá ao leitor uma maior compreensão da constituição e aplica as possibilidades de significação do texto (BARBIERE, 2009, p. 105).

O espaço geográfico do Nordeste serve de ambiente às obras abordadas nesta pesquisa. Porém, conforme Tuan (2012, p. 21), se “a superfície da terra é extremamente variada [...] são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície”. Assim, o Nordeste descrito por Graciliano Ramos é aquele da região da Caatinga, e o de Euclides Neto, as terras do sul da Bahia, uma região cacauceira, de clima semi-árido e seco subúmido, com chuvas irregulares e temperatura elevada, com vegetação de mata tropical. Ambos descrevem o espaço que conhecem. O contexto histórico-social no qual essas obras emergiram, de forma geral, é fruto da organização e estruturação da sociedade brasileira desde o período da colonização e da sua divisão em classes distintas: de um lado, os proprietários e, de outro, os despossuídos, pobres e explorados, fossem eles homens livres ou escravos e, posteriormente, após a abolição, indivíduos marcados pelas contradições e percalços de uma sociedade que experimentara as relações de trabalho escravo e herdara suas desigualdades e tensões (HOLANDA, S., 1996).

Em *Vidas secas*, uma família de retirantes, imersa no sertão, na busca pela sobrevivência, migra de um lugar para outro. Fabiano, que era vaqueiro, sua esposa Sinhá Vitória, os dois filhos do casal e a cachorra Baleia caminham pela Caatinga, passando por fome, sede, sem saberem para onde vão, mas procurando encontrar um lugar menos árido para sobreviverem por mais algum tempo. Essas personagens, excluídas da sociedade, empurradas para sua margem, precisam, como qualquer ser humano, trabalhar para sobreviver, para matar a fome e vencer o processo de pauperização e de desumanização. Entretanto, o trabalho não existia ou quando existia era marcado por formas extremas de exploração, isto é, não garantia o suficiente para se sustentarem, pois se recebia um pagamento insuficiente para adquirir os meios de produção necessários e ainda manter o sustento da família. Trata-se de um trabalho que permite ao patrão enriquecer, acumular riquezas e acentuar ainda mais os desníveis sociais, porque o trabalhador, em si, continuava a viver na miséria.

Nesse contexto, a migração não acontece como resultado de uma decisão pessoal, como uma vontade subjacente de se deslocar de um lugar para outro, mas como fuga motivada pelas adversidades e pela esperança de encontrar melhores condições de trabalho, melhor salário, moradia, alimentação, enfim, dias melhores. Nesta longa procura por entre

caminhos, por melhores condições de existência e de vida, o indivíduo passa fome, sofre com o clima árido do Nordeste e com a realidade adversa, violenta, opressora, exploradora.

Em *Os magros*, de acordo com Cardoso (2006, p. 85), o enredo traça “A história da tensa convivência entre a riqueza e a pobreza, a fartura e a fome; da vida impregnada de morte e da dominação e submissão, representadas por duas famílias, a de João e a do doutor Jorge”. A narrativa desnuda o estado de ruptura social, de perda de dignidade por parte dos dominados e submissos. “O desnível social entre ambos resultara da produção do cacau. Há de um lado, o proprietário e, de outro, o trabalhador das roças cacauzeiras” (CARDOSO, 2006, p. 85). Cezar, numa formulação teórica complementar à de Cardoso, comenta:

Diríamos que este escritor (Euclides Neto) enceta a história da decadência das terras do cacau, iniciada quando o proprietário, herdeiro do antigo coronel, já não vive na fazenda, mas sim em Salvador, numa luxuosa mansão e entrega todos os cuidados da roça ao capataz, aguardando apenas a remessa dos lucros para sua conta bancária. (CEZAR, 2003, p. 12).

A decadência da economia do cacau implica forçosamente a decadência de Ipiaú, município onde transcorre a narrativa. Nos tempos de decréscimo da produção cacauzeira o proprietário da fazenda já não vivia mais no campo e nem no município em que se situavam suas plantações, mas na capital do Estado. Doutor Jorge residia em Salvador, onde passara a viver numa luxuosa mansão após entregar a administração da fazenda ao capataz. Vivia a gastar os lucros subtraídos da exploração e submissão de seus empregados, que experimentavam momentos de miséria extrema, morando em casebres e com os filhos comendo terra na tentativa de saciarem a fome.

Em *Vidas secas*, o silêncio da personagem Fabiano retrata o desejo que ele possuía de obter a palavra e não se submeter a tanto: “Fabiano é um bárbaro que perde seu espaço, que não quer ser reduzido, reificado pela fala alheia. Fabiano quer a palavra. Crê que o poder advém dela” (HOLANDA, L., 1992, p. 27). Fabiano desejava possuir o domínio sobre as palavras e com elas se expressar, defender-se da opressão social e dos insultos alheios que sofria no convívio com indivíduos de classes sociais mais elevadas, como os coronéis, os proprietários das fazendas e os representantes do Estado, como o soldado amarelo.

A busca pela sobrevivência e por vencer a opressão está presente em ambas as obras, que se comunicam na medida em que as personagens são vítimas do domínio senhorial e de outros poderes que as oprimem, e vão, identitariamente, animalizando-se. Em *Os magros*, a zoomorfização do ser humano já se apresenta no ato de nascimento dos meninos, filhos de João, como aponta Cardoso, quando afirma que:

O nascimento dos meninos é referido, analogicamente ao nascimento de pássaros: “os meninos saíram dos ninhos”, enquanto a galinha Bordada, numa atitude tipicamente humana, “ninava os buguelos friorentos”. O processo de zoomorfização dos homens culmina por sua integração ao mundo dos animais (CARDOSO, 2006, p. 93, grifos do autor).

Como se sabe, o processo de zoomorfização ocorre na medida em que o homem é rebaixado à condição de animal, assumindo a irracionalidade e reduzindo suas vontades aos instintos. No caso em tela, nesta pesquisa, o processo de zoomorfização é uma via de mão dupla, que o torna mais atroz: a redução do homem ao seu estado mais primitivo ocorre de forma simultânea à elevação dos animais a uma condição que os torna muito próximos, qualitativamente, dos homens. Isto é, dá-se a elevação de animais à condição humana e o rebaixamento de homens à condição animal. As ações animais do ser humano servem para radicalizar a ruptura da dignidade dos homens, ao serem vítimas do sistema capitalista opressor, ou pelo menos, “um capitalismo que teima em manter os resquícios do feudalismo no campo” (CARDOSO, 2006, p. 93).

Em *Vidas secas*, a presença da cachorra Baleia, como membro da família da personagem Fabiano, é uma forma de Graciliano retratar esse aspecto, o qual é agudizado pelo processo de animalização das personagens, que vão se zoomorfizando em decorrência da pauperização e de sua marginalização na sociedade em que não se sentiam inseridos. Sobre isso, Candido (2006) afirma que:

a presença da cachorra Baleia institui um parâmetro novo e quebra a hierarquia mental, pois permite ao narrador inventar a interioridade do animal, próxima a da criança rústica, próxima por sua vez a do adulto esmagado e sem horizonte. O resultado é uma criação em sentido pleno, como se o narrador fosse, não um intérprete mimético, mas alguém que institui a humanidade de seres que a sociedade põe a margem, empurrando-os para as fronteiras da animalidade (CANDIDO, 2006, p.149).

A animalização da família ocorre como uma repercussão dos problemas profundos dos indivíduos oprimidos e culturalmente pobres, perseguidos e acossados pela miséria, pelas opressões, adversidades e sofrimentos, como o processo de empauperamento e perda do seu único “pedacinho de chão” (moradia), conseqüentemente, chegando-se ao extremo da perda dos laços sociais.

É interessante destacar que a zoomorfização como tema literário não se restringe ao universo da literatura nordestina brasileira. Kafka, por exemplo, explorou as tensões sociais do início do século XX e as transformações que ocorriam com o indivíduo moderno, oprimido

pela sociedade capitalista, como a personagem Gregório Samsa, da novela *A metamorfose* (1915). A transformação da personagem Gregório, escravizado pela sociedade capitalista em que vivia como uma “máquina” que trabalhava a maior parte do tempo é representativa: “Ao despertar pela manhã após ter tido sonhos agitados, Gregório Samsa encontrou-se em sua própria cama transformado num inseto gigantesco” (KAFKA , 2008, p. 7). A metamorfose, neste caso, é uma forma de representar o sujeito oprimido pela exploração do trabalho, pela desigualdade social; e, em meio a essa exploração, o sujeito se zoomorfiza e começa a ter comportamentos animais.

Dessa forma, a questão identitária nas sociedades modernas é um problema que há muito preocupa. De acordo com Hall,

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na história social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades que por tanto tempo se estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado (HALL, 2006, p. 7).

Hall deixa claro que, na modernidade, a concepção de identidade como única entra em crise devido às mudanças tanto na sociedade, como na política e no modo de pensar socialmente. Desse modo, a identidade é constituída e marcada conforme a época em que o sujeito vive e de acordo com suas experiências, sua cultura e suas relações no espaço em que se encontra inserido. Assim, de acordo com Foucault,

O espaço em que vivemos pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, não vivemos uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. [...], vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros (FOUCAULT, 1984, p. 414).

Foucault esclarece que nossas identidades são marcadas pelo espaço em que vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, e pelos posicionamentos que tomamos. O espaço interior é construído por meio do contato com os espaços externos nos quais vivemos e temos nossas experiências. Assim, ele é heterogêneo, pois há um conjunto de relações que se definem por posicionamentos, ou seja, os diferentes espaços pelos quais passamos e em que vivemos, como os locais de moradia, de trabalho e de lazer. Esses espaços são modificados em cada época.

Tendo o século XX como o tempo no qual essas discussões têm espaço e endereço, cabe ressaltar que, neste período, a sociedade brasileira passou por grandes transformações, dentre elas, o crescimento das cidades e, com este, novas configurações do poder, por entre mudanças e permanências. Nesse sentido, Skidmore explica que,

as cidades cresciam, a manipulação do eleitorado tornava-se mais difícil. Mas os resultados nas cidades ainda podiam ser neutralizados pelos “currais” eleitorais dos chefões do interior (conhecidos como coronéis), que governavam seus domínios patriarcais com mão de ferro (SKIDMORE, 1982, p. 22).

Skidmore esclarece, portanto, sobre as mudanças ocorridas no âmbito eleitoral, indicando que o crescimento das cidades apontava para a ruptura do poder dos coronéis, cujo espaço de poder ia, aos poucos, restringindo-se às fazendas. Essa ruptura, no entanto, não implicou em um deslocamento para um Estado social, em que o processo de perda territorial sofresse rupturas, visto que as cidades se tornaram pontos de atração dos trabalhadores que perderam as perspectivas de sobrevivência no campo. Desse modo, no espaço urbano, pauperizavam-se também pela falta de oportunidades de trabalho, de moradia, perdendo ou modificando, por consequência, sua cultura de origem, o que implicou em transformações identitárias.

Nesse sentido, buscamos empreender uma abordagem que articule, num prisma dialético, tanto o intrínseco de tais obras quanto o extrínseco, entendido como o contexto social, histórico e cultural em que elas foram produzidas, analisando tanto o texto, com seu conteúdo, temática e forma, quanto o contexto em que foram elaboradas, assim como também os autores que as conceberam, sua inserção social e o lugar que ocupam na sociedade. Para Candido (1985), uma análise da literatura, marcada pelo viés das ciências sociais, deve procurar esclarecer alguns de seus aspectos básicos por meio de uma interpretação dialética. Interpretação que abarque tanto as questões internas, como a temática e a estética, como os aspectos externos, sociais, do meio, explicitando seu sentido social da obra literária, na medida em que é expressão da sociedade e também interessada em seus problemas. Dessa maneira, primeiro, cabe investigar as influências externas na feitura da obra, exercidas pelos fatores socioculturais, relativos à estrutura social, aos valores, às visões de mundo, às técnicas de comunicação, aos meios de transmissão, à posição do literato na sociedade e à percepção dos grupos de receptores. A tarefa seguinte requer nos atenhamos à forma usada, ligada aos modos de comunicar, e ao conteúdo, à síntese produzida, a qual age sobre o meio.

No tocante à pesquisa, embasada em duas formas narrativas longas, cabe destacar que “o romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais” (BAKHTIN, 1988, p. 74). Isso significa que cada autor possui seu estilo próprio de produzir seus textos literários, existindo uma variedade literária, marcada por várias línguas, ora do narrador, ora da personagem, que abrangem os dialetos sociais característicos de gerações e idades.

Ao conduzir a questão da literatura no universo estético nordestino que representa a situação de homens em condições extremas, limites, vislumbrando situar no mesmo patamar de discussão as questões literárias, históricas, sociais e culturais, não há como fugir de outro problema associado, paralelo ou derivado: a questão identitária das personagens e, como derivativo desta, o aspecto da formação cultural e o elemento espacial, territorial, em que inserem.

As duas direções esboçadas no parágrafo anterior pedem dois métodos para a abordagem do fenômeno descrito. Isto é, um estudo que analise a forma em que ocorre o diálogo intratextual, estabelecido pelos aspectos internos e constitutivos de cada texto, articulado à maneira sobre como se dá a interação inter e extratextual, ou seja, o diálogo entre os textos e entre estes e o mundo que os cerca. Veremos, portanto, a inserção da história, por meio da organização e exclusão social, da exploração e dos elementos culturais, que são aspectos de suma importância na ficção e vice-versa. A abordagem parte do princípio de que os textos deixam de ter vida própria e se alimentam dos elementos de seu contexto imediato e remoto. Assim, procuramos verificar o que está por *trás dos textos*, como e por que esses elementos penetraram nos textos.

Por último, a própria estética enquanto área da teoria literária proporcionará elementos para indicar a transformação dessas entidades migrantes, que ingressaram nos romances, em elementos literários, a partir de sua relação com as entidades nativas. Isto é, uma entidade do mundo histórico só pode se tornar elemento literário a partir de sua relação com as entidades que derivaram da criação literária.

Diante disso, então, nossa metodologia calca-se fundamentalmente na pesquisa bibliográfica, entendida tanto como o suporte documental quanto as obras de referência sobre os temas e as questões que os cercam, que dão subsídios para a análise das fontes literárias eleitas em termos estruturais e hermenêuticos. Hermenêutica é entendida como método de interpretação que busca encontrar os sentidos contidos em tais fontes ou obras literárias, compreendê-los, ou, segundo Foucault (1984, p.45-6), “fazer os signos falarem e

descobrir seu sentido”, por meio de um conjunto de conhecimentos e de técnicas. A interpretação de tais textos é primordial nessa busca de compreensão.

Compreensão hermenêutica que busca clarear a prática literária dos autores e também de alguns de seus receptores, ainda que leitores especializados, a crítica e os historiadores da literatura; que intenta abordar os locais, os lugares e os contextos históricos de existência e de produção dos autores; que procure estabelecer as interações entre o presente, no qual nos situamos, e o passado expresso na obra; que almeja apreender o sentido global dos textos para compreender os elementos isolados neles contidos; que perceba a historicidade dos objetos estudados e dialogue com as interpretações previamente empreendidas; que implementa uma interpretação das obras à luz dos referenciais expostos. (PAVIS, 2008).

No transcorrer do estudo, primeiramente, buscamos desvelar o quadro teórico e conceitual que oferece sustentação às nossas reflexões. Em seguida, debruçamo-nos sobre os textos, os autores e os contextos a que se referem e nos quais foram produzidos, assim como ainda sobre alguns de seus receptores críticos, para, posteriormente, empreendermos uma leitura de cada obra em si e suas questões, em separado, e, por fim, realizamos uma comparação entre ambas, buscando explicitar aproximações, similitudes, diálogos, mas também particularidades e especificidades.

Nesse sentido, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, “Literatura, sociedade, cultura, linguagem e identidade”, o objetivo foi refletir sobre os conceitos básicos que dão sustentação a esta pesquisa, que são: identidade, cultura, territorialização, perda territorial, linguagem e suas relações com o campo da literatura e com o social. No segundo, “Graciliano e as *Vidas secas*”, intentamos abordar, primeiramente, o autor, sua trajetória intelectual e política, seus textos e os contextos de sua produção, para, em seguida, realizarmos uma análise de seu romance eleito como fonte para esta investigação, tratando do processo de constituição e transformação identitária de suas personagens, atentando às questões culturais e sociais a que referem. No terceiro capítulo, “Euclides Neto e *Os magros*”, ater-nos-emos, a princípio, à figura do escritor, seu percurso literário e político, o contexto de tal existência, para focarmos, posteriormente, nos meandros da produção identitária de suas personagens na obra escolhida e as transformações que sofrem ao longo da narrativa. No quarto capítulo, “Um diálogo entre *Vidas secas* e *Os magros*”, visamos comparar as obras na intenção de estabelecermos um confronto entre as duas narrativas, examinando-as, a fim de conhecermos as semelhanças e as diferenças, as aproximações e os distanciamentos, as relações entre elas, os diálogos, as particularidades e as especificidades de cada texto e autor.

Nas considerações finais, almejamos destacar os pontos mais relevantes da leitura realizada sobre os autores e as obras acerca da temática proposta.

CAPÍTULO I

LITERATURA, SOCIEDADE, CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADE

É objetivo neste capítulo refletirmos sobre os conceitos básicos que dão sustentação à pesquisa, que são: identidade, cultura, territorialização e desterritorialização, buscando estabelecer uma relação entre estes e o campo da literatura.

O homem não escolhe onde vai nascer, nem em que tempo ou classe social se dará seu nascimento. Ele não opta por sua cultura e língua materna, simplesmente nasce em uma sociedade já formada por outros indivíduos, que já possuem suas práticas, regras e línguas definidas, que fazem com que se constitua como ser social e histórico, formando, assim, sua identidade.

Na busca para compreendermos as condições socioculturais e históricas de indivíduos marginalizados e oprimidos pela sociedade capitalista contemporânea, os rumos que as vidas desses sujeitos tomam e os caminhos por eles trilhados ou os modos pelos quais realizam suas ações, a produção literária se apresenta como lugar privilegiado para nossa atuação.

Por meio das condições históricas e culturais em que o sujeito nasce e vive se dá sua formação identitária, que se configura como um processo dinâmico e em constante transformação, assim, por meio do contato com novas experiências vividas, são possibilitadas as mudanças identitárias. Com o intuito de analisarmos tais aspectos, no que refere ao homem nordestino brasileiro na primeira metade século XX, recorreremos a dois textos da literatura brasileira, *Vidas secas* e *Os magros*, que representam esse espaço geográfico e as práticas culturais de seu povo aí constituídas. O primeiro descreve a Caatinga e as pessoas que ali vivem; o lugar por onde as personagens caminham, pois “quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem” (CANDIDO, 2007, p. 53). *Os magros* apresenta o território do sul da Bahia, onde as personagens trabalham nas fazendas cacauceiras. Nesses espaços se inserem as tramas das duas obras, os enredos e as figuras humanas (ou não) das narrativas. “O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo” (CANDIDO, 2007, p. 53). Por meio das duas obras acessamos as mazelas sociais vivenciadas

na Caatinga e na região sul da Bahia, àquelas referentes àquele “ser a quem roubaram horizontes, mas que aspira a ser íntegro numa sociedade que o mutila” (LUCAS, 1987, p. 52).

Buscamos perceber, por meio desses textos literários, seus personagens e enredos, o estabelecimento de identidades desses seres mutilados e a instauração e expressão de uma consciência crítica que desvende os mecanismos de dominação e marginalização produzidos e ocultados pela sociedade e que denuncia os desníveis sociais e a exploração do homem pelo homem por meio deles, ou seja, um sistema social que coisifica os seres humanos, esmaga sua dignidade e os empurra, gradativamente, para as margens da sociedade.

1.1 Produção literária e sociedade

A literatura busca representar a sociedade e seus aspectos constituintes por meio da ficção, do enredo e das personagens, os quais estabelecem uma dada relação com a realidade a que se referem. Em se tratando da personagem, Candido (2007) afirma que:

A personagem é um ser fictício, — expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão a mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste (CANDIDO, 2007, p. 55, grifo do autor).

Desse modo, a literatura intenta retratar os seres e os problemas sociais por meio da ficção, e esta se assenta e se sustenta no princípio da verossimilhança presente na trama e nas personagens apresentadas, que, como seres fictícios, comunicam uma verdade da existência social e humana. O romance se baseia na relação entre o ser fictício, manifestado por meio da personagem, e os seres vivos existentes na realidade social. “A personagem vive o enredo e as idéias, e os torna vivos”, não sendo estranho que “pareça o que há de mais *vivo* no romance; e que a leitura deste dependa basicamente da aceitação da *verdade* da personagem por parte do leitor” (CANDIDO, 2007, p. 54, grifos do autor). Aceitação ao considerar se está de acordo, em conformidade, com as circunstâncias históricas, sociais e culturais a que se remete, sendo um ser possível, aceitável.

As personagens podem ser seres humanos, coisas e animais, e serem classificadas por suas características, sendo “*individuais*, ao se identificarem com seres nitidamente caracterizados em sua personalidade”, ou “*típicas*, quando trazem características que as

identificam com um grupo social”, ou “*caricaturais*, quando têm exageradamente acentuadas certas características marcantes e definidoras”. Já pelas funções que desempenham podem ser “*protagonistas*, as figuras principais da história” e/ou “*antagonistas*, os que se opõem a figura principal” (PROENÇA FILHO, 1992, p. 50, grifos do autor). Para uma melhor compreensão de tal questão, Candido aponta que:

O *Homo fictus* é e não é equivalente ao *Homo sapiens*, pois vive segundo as mesmas linhas de ação e sensibilidade, mas numa proporção diferente e conforme avaliação, também diferente. Come e dorme pouco, por exemplo; mas vive muito mais intensamente certas relações humanas, sobretudo as amorosas (CANDIDO, 2007, p. 63).

O romancista, como criador de uma realidade possível, verossímil, a qual nos apresenta numa narrativa, pode, segundo Candido (2007, p. 71-3), criar seus personagens por meio de diversos procedimentos, balizado pela cópia fiel de pessoas reais ou inventando-as a partir de formas especiais de trabalho sobre a realidade. Assim, alguns são transpostos do real com relativa fidelidade, por meio da experiência direta; outros são reconstituídos indiretamente por documentação ou testemunhos; outros, edificados pela desfiguração de um modelo real, direta ou indiretamente conhecido, e outros, ainda, são construídos com fragmentos de vários seres vivos. A natureza da personagem depende, em parte, da concepção que preside o romance e das intenções do romancista. Desta feita, um traço irreal pode tornar-se verossímil conforme a ordenação dos fatos e os valores que o norteiam. E, inversamente, os dados mais autênticos podem parecer irrealis e mesmo impossíveis se a justificação não estiver organizada.

De modo geral, pode-se dizer que “a narrativa é o ato verbal de apresentar uma situação inicial que, passando por várias transformações, chega a uma situação final” (MESQUITA, 1987, p. 21). Os fatos literários podem se distinguir da forma como se narra e daquilo que se narra e a ação da narrativa acontece por meio do movimento das personagens dentro do enredo, o qual “é a disposição artística construída daquelas vivências” (MESQUITA, 1987, p. 22). Logo, o enredo e as personagens estão sempre juntos, completam-se; o enredo existindo por meio da ação das personagens e estas vivendo no enredo.

A literatura é uma forma de lidar, registrar, analisar e transmitir ao leitor uma leitura dos fatos históricos, sociológicos e culturais. Ela se realiza na expectativa de colocar o leitor não como simples expectador, mas de levá-lo a transpor para além das páginas lidas e ter uma participação ativa na cultura e na sociedade, na medida em que o texto literário descreve

paisagens, espaços físicos naturais e artificiais e os seres humanos com suas experiências, emoções, expectativas e desejos. Desse modo, o texto literário não se propõe a cristalizar uma noção de “verdade científica”, ele faz uma leitura e representação do social, do espaço; apresenta uma interpretação sobre aquilo que é percebido e vivido pela sociedade, conforme Janaína Cardoso de Mello (2008).

A estética literária elabora e apresenta uma imagem da sociedade, de uma época vivida por homens e mulheres, estando em diálogo constante com as condições sociais e culturais que aborda e sobre as quais se refere ou foi elaborada. Para Borges (1996, p. 198), “não existe uma relação unilateral entre a realidade e Literatura, e sim um processo dinâmico de interações e modificações”. A literatura representa nas narrativas, no enredo e nas personagens uma época e as situações vividas pelos povos de que trata. Essa representação do social, empreendida pelos literatos, transmite aos leitores inclusive momentos de agruras vividas pelos seres humanos no decorrer de sua história, em sua existência social e cultural. Sobre a relação entre literatura e sociedade, Velloso explica que:

Ao longo da nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social (VELLOSO, 1988, p. 239).

Nesse contexto e sentido, foram raros os autores que buscaram outras formas de pensar a relação literatura-sociedade. Segundo Borges (1996), desde o fim do século XIX uma vertente de nossa intelectualidade acreditou que a sociedade só poderia ser apreendida pela ciência e nem mesmo a literatura escapou de tal influência. Dessa forma, ela deveria espelhar os fatos sociais de forma fiel, florescendo a ideia de ser um reflexo imediato do real, uma forma de documentar e registrar o acontecido, sendo retrato ou foto da sociedade. Essa concepção de matriz positivista prevaleceu nas visões realistas e naturalistas de literatura, que, buscando respeitabilidade, escoravam nos parâmetros cientificistas. Nessa perspectiva, a literatura, com a função de capturar o real, deveria recorrer aos instrumentos da ciência, à observação, ao discurso objetivo e à conceitualização.

Com a concepção de literatura como representação da nação, exercendo papel-chave na constituição da nacionalidade e na ideia de brasilidade, na década de 1930, o romance se afastou do subjetivismo dos primeiros tempos modernistas, vinculando-se diretamente à sociedade, ao regionalismo e ao sertão.

Para os ideólogos do Estado Novo, o romance da década de 30 representa a verdadeira literatura, porque voltado para a construção da nacionalidade. Unindo os elementos inspirados na modernidade com aqueles herdados da tradição naturalista, o romance de 30 iria perder muito do ímpeto modernista. [...] a literatura volta a ganhar sua aura _ identificada com uma função social [...] Assim, a funcionalidade da arte, levada ao extremo, acaba esvaziando-a do seu verdadeiro papel, que é o da transformação e recriação poética da realidade. [...] A partir daí, estabelece-se uma verdadeira antinomia, que vincula *sociologia-objetividade-sertão-brasilidade* em contraposição a *literatura-subjetividade-litoral-cosmopolitismo*. A série sociológica, eleita como a mais capacitada para o conhecimento da nacionalidade, acaba desaguando na tradição regionalista. [...] a região sempre se constituiu em referencial obrigatório para se pensar a nação. [...] Assim, o ponto de partida para se traçar uma interpretação da nacionalidade deveria ser regional e rural. [...] Daí porque os ideólogos do Estado Novo saúdam com entusiasmo o romance dos anos 30, vendo a corrente ‘sociológica-regional’ como anunciadora dos novos tempos. Segundo sua avaliação, tal corrente levaria a um reencontro com o Brasil, determinando o ‘fim do período subjetivo’, dos ‘abusos da literatura’ e do esteticismo modernista [...]. (VELLOSO, 1998, p. 243-246, grifos da autora).

Conforme Candido (1985, p. 123-5), o romance do decênio de 1930 é “fortemente marcado de neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país”, tais como a decadência da aristocracia rural e a formação do proletariado, a poesia e a luta do trabalhador, o êxodo rural e o cangaço e a vida difícil nas cidades em rápida transformação. É um romance: marcado pela preponderância do problema sobre o personagem, do que constitui sua força e sua fraqueza; que aparece como instrumento de pesquisa humana e social, fundindo a libertação do academicismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário, às tendências de educação política e reforma social; acrescido ao ardor de conhecer o país, manifestando-se numa “ida ao povo” por meio de uma arte interessada e de investigação histórico-sociológica.

Segundo Moisés (2001, p. 339), a produção ficcional dos anos 1930 “corria por trilhos próprios, obedientes a cânones, perspectivas e compromissos nem sempre alinhados com o movimento de 22”, com o “romance social, mais próximo da geração realista dos fins do século XIX que do esteticismo modernista.” Já na década de 1940, operou-se uma reviravolta instalando uma preocupação de ordem morfológica e estrutural nos domínios da ficção, mas a prosa do pós-guerra manteve-se movida por anseios menos experimentalistas e presa por condição à realidade concreta (MOISÉS, 2001). Isso seu deu na ficção de costumes ou psicológica, contemporânea a ficcionistas voltados para o regionalismo, cujos antecedentes imediatos se enraízam no decênio de 30 (MOISÉS, 2001). Continuando a prosa dos anos 1930, autores visavam desenhar as características humanas mais autenticamente regionais e atingir uma universalidade, preferindo as vias do realismo (MOISÉS, 2001, p. 364-5).

Nesse contexto de vários regionalismos e de preocupação com a realidade, podemos falar de Euclides Neto, leitor de Graciliano Ramos, que também buscou denunciar a exploração do rico, do proprietário, sobre seu funcionário. Tanto na década de 1930 quanto na década de 1960 havia a intenção de contextualizar as experiências, nesse sentido, a literatura incorpora em seu conteúdo textual dimensões individuais, coletivas e históricas de uma determinada realidade social e, dessa, produz abstrações, leituras que revelam sua forma de existir, de ser, sua constituição, conforme Borges (1996).

O texto literário não é alienado da história, da realidade social. Mesmo não sendo um texto de historiografia pode ser considerado como uma historiografia com características próprias, ao representar mecanismos, aspectos e dimensões presentes numa sociedade, como as formas de dominação, as relações de poder, as ideias, as formas de expressão e as aspirações de dados segmentos sociais. Nesse sentido, afirma Cardoso (2006), que a literatura, que expressa o imaginário de um povo e expõe suas contradições, vem denunciando as formas de dominação, de poder.

Desse modo, muitos autores e estudos literários se propõem a indagar sobre a realidade social vivida pelo sujeito excluído e marginalizado como, por exemplo, o retirante nordestino que precisa se deslocar de um lugar para outro em busca de sobrevivência e para se desvencilhar de formas opressivas de relação.

Ao lidar (com) e representar tais formas de dominação, as posturas e as aspirações de um povo, bem como o contexto histórico, cultural e linguístico, tornam-se aspectos inerentes ao texto literário por se constituírem como dimensões primordiais da formação identitária de um grupo ou indivíduo. Afinal, a literatura, quase sempre, para além da questão estética, apresenta-nos outros elementos da realidade social, como seus problemas e angústias, que são representados pelas personagens e pela reconstrução do tempo, do espaço, do lugar e da cultura de um determinado povo. Segundo Borges (2010), o trabalho com a fonte literária requer atenção a três aspectos:

Pensando que as narrativas, sejam históricas ou literárias, ou outras, constroem uma representação acerca da realidade, procura-se compreender a produção e a recepção dos textos, entendendo que a escrita, a linguagem e a leitura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. Desta forma, há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, o texto e a leitura (BORGES, 2010, p. 95).

As narrativas, históricas ou literárias, são veículos de comunicação das representações elaboradas dos espaços, dos tempos e dos acontecimentos históricos vividos pelos seres humanos. São representações e reflexões acerca das relações estabelecidas entre os sujeitos que vivem a história na literatura. No entanto, o leitor/receptor recebe o texto e o decodifica conforme suas experiências de vida. Nesta perspectiva, Borges (2010, p. 98) aponta que:

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo o seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p. 98).

Assim, a literatura registra aspectos do campo social a partir de uma dada percepção e leitura do real, das experiências humanas inseridas numa determinada sociedade. É uma forma de ler, interpretar e representar o meio e o tempo em que o sujeito está inserido, pautando-se na noção de verossimilhança; ela dialoga com a realidade, reflete e projeta o que pode vir a ser na realidade social. Sobre isso, Siqueira (2010) explica que:

A literatura suscita a história. Todo autor, em toda parte, coloca diante de si – consequentemente ou não – a questão inelutável do meio social e a quem remete a obra. Ou seja, o autor e, em consequência, a obra, ganha aí rubrica do seu “chão social”. Assim, naturalmente, como forma de expressão, colocam autor e obra temas históricos e sociológicos por definição: o gosto das classes, as ideias sociais, ideologias e mentalidades coletivas de época (SIQUEIRA, 2010, p. 99).

A literatura, portanto, realiza um trabalho de ressignificação da história, propiciando variadas interpretações. O literato coloca diante do leitor uma realidade social e o enredo passa a expressar uma vida que parece real, ao envolver personagens, espaços sociais e épocas históricas. Desta feita, Mesquita (1987) aponta que se deve

Considerar o enredo como a própria estruturação da narrativa de ficção em prosa. Ele será não o somatório, mas o produto das relações de interdependência entre a sucessão e a transformação de situações e fatos narrados e a maneira como são dispostos para o ouvinte ou o leitor pelo discurso que narra (MESQUITA, 1987, p. 21).

A autora ainda esclarece que “a ação em uma narrativa se desenvolverá à proporção que as situações vão se modificando” (MESQUITA, 1987, p. 34). Os elementos que constituem o enredo, como o tempo e o espaço, vão se modificando de acordo com as ações das personagens. As descrições de objetos, paisagens, traços físicos ou morais das personagens são contadas por meio da voz narrativa, que “é a voz que articula a narração. É o sujeito da enunciação, tão ficcional quanto qualquer personagem” (MESQUITA, 1987, p. 38). Assim, a história pode ser narrada em primeira pessoa, tendo o narrador como personagem protagonista, ou em terceira pessoa, quando ele apenas conta a história. Borges (2012) esclarece que

as representações do mundo social, de uma realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, de um tempo e lugar, resultam do entrecruzamento de aspectos individuais e coletivos. O literato não cria a partir do nada. Não se faz literatura sem contato com a sociedade, a cultura e a história (BORGES, 2012, p. 103).

Desse modo, a literatura se constitui como uma forma de testemunho da história, visto que, por meio do contato com a realidade, com a ação social, o literato produz sua trama na qual transforma e combina os elementos presentes na sociedade. Portanto, a literatura é fruto do processo social e, como tal, tanto produz uma representação dos aspectos identitários presentes nos campos sociais quanto age no sentido de estabelecê-los.

As representações sociais, dentre elas as literárias, estão articuladas à nossa formação identitária e às nossas práticas de dotação de sentidos simbólicos aos bens com os quais nos deparamos ao longo de nossa experiência social. Por meio delas produzimos significados, estabelecemos lugares, hierarquias e divisões a partir de determinados posicionamentos no interior de um campo sociocultural e histórico. Nesse contexto, as representações sociais estabelecem relações com nossas experiências e identidades culturais. Segundo Chartier (2002), as representações culturais, coletivas, presentes numa sociedade, são matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social, na medida em que comandam atos, sendo incorporadas e apropriadas pelos agentes sociais.

As representações elaboradas pela literatura, em diálogo com uma realidade exterior, que lhe é referente, ao serem lidas, atingem o leitor, seu mundo e a própria imagem que elabora sobre si. Elas, imagens próprias de si mesmo, do mundo social e de suas práticas culturais, permitem produzir e reconhecer o sujeito social, ao exibir uma maneira própria de ser no mundo e de edificar certa unidade em oposição à outra. Tais construções sociais resultam, sempre, de uma relação de forças entre diferentes grupos e categorias que formam a

sociedade, havendo tanto aceitação quanto resistências às imagens produzidas e veiculadas, ocorrendo contínua luta de representações devido ao seu poder de ordenar, hierarquizar e comandar os atos dos indivíduos em sociedade. (CHARTIER, 2002).

1.2 Identidade como representação nas narrativas

A identidade humana, incluindo os traços, os caracteres e as qualidades de uma pessoa, que em conjunto a distinguem e a individualizam, que fazem com que seja parecida ou se identifique com outra, por um lado, e que, por outro, fazem com que esse ser seja determinado, próprio e não outro, diferente, é modificada pelas experiências sociais dos sujeitos históricos. Elementos relativos à idade, à profissão, ao gênero, à religiosidade e tantos outros aspectos culturais da existência dos seres humanos em sociedade definem-na e modificam-na. Nesse sentido, estão as experiências de opressão, de empauperamento e vários outros fatores que as personagens, seres ficcionalizadas nos textos literários aqui analisados, sofrem no decorrer de suas vidas, transfiguradas em tais narrativas.

São essas personagens pauperizadas, oprimidas, desterradas que elegemos como foco para análise em nossa pesquisa; personagens sofridas e marcadas profundamente pela opressão social. As fontes literárias debruçam sobre aqueles sujeitos que não são reconhecidos e valorizados pela sociedade como seres humanos, sendo tratados de modo coisificado em um trabalho brutalizado, vivendo em condições precárias. Ou seja, indivíduos sujeitos à exploração e que não recebem atenção e reconhecimento da sociedade, sendo lançados à margem e excluídos do processo de acesso aos bens e riquezas produzidos, inclusive sua própria força de trabalho.

Assim, os textos literários são textos da cultura de uma sociedade, pois são inerentes à dada formação material e simbólica, conseqüentemente, às identidades sociais dos indivíduos, que são construídas e transformadas num campo social marcado por relações de força e por disputas. Bauman (2005, p. 17-8) explica a identidade não como fixa e nem “sólida como uma rocha”, mas mutável, transformada de acordo com as decisões que o ser humano toma e conforme suas experiências e vivências, além de responder às tendências de cada época. Hall (2006), por sua vez, aponta que “a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11).

De tal maneira, a formação identitária e suas mudanças ocorrem no campo da cultura, no contato do indivíduo com o meio social do qual ele pode internalizar valores e práticas, incorporando-os e tornando-os parte de si mesmo. Assim, criando e recriando sua identificação, o sujeito, como ser social, adquire constantemente novos conhecimentos e, por isso, pode-se dizer que a identidade não é fixa, mas mutável. O modo de pensar e agir do sujeito pode se transformar, tornando-se um “outro”, assim, o indivíduo edifica novos conhecimentos e experiências. A identidade se forma, desenvolve e se transforma por meio das diversas experiências vivenciadas pelo indivíduo. Diante disso, Silva esclarece que,

as identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial (SILVA, T., 2012, p. 25).

As mudanças sociais e culturais que ocorrem em diferentes épocas, mas que se avolumam e são cada vez mais velozes na atualidade, colocam no mundo contemporâneo a questão da formação identitária, da crise e das lutas pela afirmação das identidades. A contemporaneidade proporciona um clima crescente de mudanças, de fluidez na cultura e nas formações identitárias e em conflitos, que são localizadas num mundo social global. A pluralidade nas formas de comunicação e os contatos com o novo, com a diferença, com novas experiências e novas descobertas que o sujeito estabelece por meio da interação social, possibilitam e agem nas movências da identidade.

Falar de identidade mutável é o mesmo que dizer que a mesma “é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2006, p. 38). Nesse sentido, a identidade é sempre incompleta, está em constante em processo de formação, mudando de acordo com as experiências culturais vividas pelos seres humanos. É, então, um processo em andamento, no qual o sujeito vai entrando em contato com novas experiências, aprendendo com novas situações e absorvendo conhecimentos, seja individual ou coletivamente.

A identidade singulariza cada ser humano, que é identificado como um sujeito que vive e atua no meio social e cultural. Ela é uma forma do indivíduo se identificar no seio da sociedade e no contato entre o “eu” e o “outro”. O espaço geográfico é como um pano de fundo, o cenário em que o “Eu” se relaciona com o “outro”, com o diferente, e age sobre o meio, absorvendo conhecimentos que vão constituindo sua identidade. A vida cotidiana do sujeito e o contato com outras línguas e outros saberes contribuem para a sua formação e

transformação identitária. Essa transformação se imbrica, formando e expressando uma forma de ver o mundo. Isso significa que os agrupamentos entre as diferenças étnicas e espaciais e as variedades culturais formam elos autodefensivos. Assim, o “Eu” faz com que as experiências vividas formem e transformem o ser humano, conforme Oliveira (2006). Hall (2006), refletindo sobre as concepções de identidade e suas diferenças no que refere às noções de sujeito, pondera que:

O sujeito do Iluminismo estava baseado na pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. [...].

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...].

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. [...].

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006, p. 10-13).

Historicamente, com Hall (2006), compreendemos que o conceito de identidade foi mudando de acordo com cada época. O pensamento Iluminista concebia o sujeito como unificado, centrado, que emergia em seu nascimento e o atrelava a uma identificação, geralmente nacional, por pertencer a um determinado país. Já a noção de sujeito sociológico é definida conforme o contato com as outras pessoas, como aquelas importantes para o indivíduo, o que o faz dele um sujeito não autônomo. No entanto, a noção de sujeito pós-moderno aponta para uma identidade que não é fixa, que muda de acordo com os contatos com outras culturas, estando em contínuo deslocamento, pois cada ser humano possui várias formas de identificação como sujeito na sua relação do “eu” com o “outro”, ocorrendo, portanto, uma pluralidade de identificações, ligadas às questões das práticas de grupos, étnicas, religiosas, etárias, que se sustentam na cultura, que é plural e fornece os substratos para que ele possa edificar-se como sujeito.

A identidade é construída a partir do contato do ser humano com o meio em que vive. Por meio de tais contatos, a mesma torna-se mutável, uma vez que as experiências vividas por cada sujeito influenciam essas mudanças, pois o ser humano aprende com suas vivências

conforme sua inserção na sociedade. Nesse sentido, as manifestações culturais pertencem a um campo social que age ativamente na formação identitária dos sujeitos históricos. Sobre isso, Hall (2009) esclarece que:

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. E impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades — os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor (HALL, 2009, p. 64).

Se a edificação identitária dos indivíduos está ligada diretamente ao campo da cultura e a um dado lugar que eles ocupam na sociedade e no espaço, os fatores acima expostos, como a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades, configuram-se como forças que produzem deslocamentos e uma transformação na constituição identitária desses indivíduos. Logo, pensar a identidade transformada pelos deslocamentos advindos de condições hostis de existência experimentadas pelos indivíduos, como as formas subumanas de sobrevivência e trabalho, como a força da opressão, de classe ou grupo social, requer se ater às questões ligadas à busca por subsistir em meio à fuga e aos deslocamentos territoriais, como acontece àqueles que precisam e são levados a se mudarem de um lugar para outro.

No decorrer da história o ser humano ocupa espaços sociais nos quais as relações de poder sempre operam. Nessas ocupações, homens e mulheres são identificados como sujeitos que agem no meio em que estão inseridos e, ao agirem, oprimem ou sofrem opressões num mundo de diversidades culturais e de diferenças e desigualdades sociais e econômicas. No entanto, erroneamente, são entendidos como sujeitos prontos, acabados, imutáveis. Hall (2009) considera a existência de uma identidade cultural única como um mito e explica que:

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando o passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de sua fidelidade as origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. E, claro, um mito — com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado as nossas vidas e dar sentido a nossa historia (HALL, 2009, p. 29).

Assim, as questões identitárias e culturais, ligadas aos processos que levam à dispersão de um povo ou de grupos sociais, precisam ser pensadas como formas inquietantes e

desconcertantes para os sujeitos que sofrem com a pauperização na sociedade. Isto porque é, irrevogavelmente, um aspecto histórico composto por elementos produzidos social e publicamente, constituintes das tradições que são passadas de uma geração para outra, por meio de regras, paradigmas, costumes, valores e pela linguagem como veículo de comunicação de cada povo. Nos movimentos de deslocamento dos povos de seus territórios, terras que originalmente lhes pertenciam são tomadas pela exploração capitaneada por outros grupos dominantes, obrigando-os a viverem experiências de desagregação e de espalhamento na busca pela sobrevivência. E, nesses processos, suas identidades mudam conforme as experiências vividas, os espaços ocupados e os contatos culturais operados.

A construção das identidades sociais se encontra inserida em relações simbólicas de força e dominação. Tais relações definem a construção do mundo social e das identidades como êxito ou fracasso. O trabalho dos grupos sociais afeta a eles mesmos e aos outros. A busca por transformar as propriedades e por condições objetivas e subjetivas comuns a seus membros efetuam uma pertença, que é percebida, mostrada, reconhecida ou negada. Essa construção compreende a dimensão da dominação simbólica como o processo por meio do qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas, as quais visam a assegurar e perpetuar seu sujeitamento ao longo de um processo de violência e de controle de afetos (CHARTIER, 2002).

Dessa forma, pode-se dizer que a identidade é um processo que se desenvolve e se transforma com a história e de acordo com as concepções culturais de cada sujeito e sua inserção em um grupo e no mundo social. O processo de formação identitária é uma maneira do indivíduo preencher seu interior e exterior e de projetar-se na dimensão social. O ser humano se modifica em contato e em diálogo contínuo com as diferentes sociedades e culturas, tendo a linguagem como meio de comunicação e de transmissão dos diferentes saberes, conforme Gregolin (2008).

As histórias e experiências vividas pelo ser humano fazem com que a identidade vá se desenvolvendo e se transformando. Segundo Silva, “a identidade não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente” (SILVA, T., 2012, p. 96). As transformações identitárias ocorrem por meio dos contatos com outras culturas e formações sociais, sendo o processo de identificação inacabado, pois o sujeito pode sempre redefini-la por meio de suas experiências e de novos saberes.

As mudanças identitárias do indivíduo requerem o contato com outros conhecimentos, com a diferença. Conforme Silva (2012), para o ser humano se identificar como membro de

uma determinada sociedade, ele precisa ter o contato com outras culturas, ou seja, ter o contato com a diferença. Assim, o conceito de identidade implica o sentimento e a experiência de pertencimento a determinada sociedade, a determinado povo, grupo ou classe,.

Ao tratar de identidade e seus processos inseridos em movimentos de deslocamentos no território, torna-se primordial refletirmos também sobre a questão do hibridismo cultural. O hibridismo e a identidade existem de formas separadas, mas se combinam, gerando novas estruturas. Da mistura entre culturas se formam novas identidades com saberes híbridos que vão se combinando e constituindo novos sujeitos com novas formas identitárias e culturais. Canclini (2008) explica que o

Hibridismo são processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas, foram resultados de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras (CANCLINI, 2008, p. 19).

Logo, o fenômeno do híbrido e da formação de novas identidades é constituído de processos socioculturais em que as diversas experiências se combinam e geram novas experiências e saberes, novas identidades, que só existem por meio da combinação de elementos de culturas diferentes. O hibridismo resulta, portanto, da experiência de seres que nasceram em um lugar e o deixaram por opção ou por imposição de forças maiores, passando a viver em outro, mas vivenciando uma luta constante para retornar ou para prosseguir na fuga das opressões presentes em seus territórios natais.

Conforme Deleuze e Guattari (1992), as atividades voltadas para a formação de territórios, para o abandono ou a saída destes, ou, ainda, para o ato de refazê-los, mesmo entre os animais, são importantes, pois todo animal possui “um mundo específico” e aqueles com território são prodigiosos. Já o homem, em si, “não tem um mundo” apenas, mas “vive a vida de todo mundo”, existindo, portanto, territorialidades, visto que as diferentes espécies animais estabelecem relações distintas com o território (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 90).

Por território podemos entender o espaço em que um determinado grupo vive, o qual é constituído e modificado por ações e interações do ou do coletivo, por meio dos quais estes mesmos, asseguram uma certa estabilidade e localização. O ambiente individual ou aquele social, permeado por hábitos, em sentido amplo, é um território, que pode ser subjetivo, sociológico, geográfico:

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Mas, como tudo pode ser agenciado, tudo também pode ser desterritorializado e ainda reterritorializado:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Nesse sentido, a reterritorialização consiste “numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323). Nas sociedades modernas existem forças que atuam na formação e desconstrução de territórios, como o desejo, força criadora e produtiva, com fluxos oriundos dos afetos e da busca de devires, que realizam agenciamentos que produzem tais processos. As forças ligadas ao Estado e à dinâmica do capitalismo também operam em tais movimentos de compor, decompor e recompor territórios (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Tratando da experiência da perda de um território no qual um ser ou grupo se ancorava, Zinani (2010, p. 145) afirma que “o processo de desterritorialização desequilibra emocionalmente o sujeito, uma vez que duplica o estranhamento da terra nova”. A perda territorial do sujeito oprimido pode ocorrer pela ação do capital, que faz com que o empobrecimento chegue ao extremo, ou por outros motivos que impõem a partida. Ela contribui para que o sujeito, que não possui um lugar fixo para morar, perca sua cultura e, logo, sua identidade, podendo experimentar situações de zoomorfização, haja vista que o indivíduo pauperizado, marginalizado ou perseguido é impelido a imigrar em busca de dias melhores. Nesse contexto de experiências de desterramento e de deslocamentos humanos de um lugar para outro, de mudanças identitárias, a questão da linguagem é marcante, como aponta Silva (2012):

Essa característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e das identidades culturais. Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade. [...]. Ela só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas. Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem (SILVA, T., 2012, p. 80).

A identidade é marcada pela diferença na linguagem e modos de vida de cada povo, que se distinguem para produzir suas representações sociais. Cada região possui sua própria maneira de se comunicar, verbalmente ou por meio de outros símbolos não verbais, comidas típicas, roupas, religiosidades. Dessa forma, se a construção da identidade é simbólica, mediada pela expressão verbal e outros produtos e objetos culturais, os quais estabelecem certo pertencimento a um grupo e lugar, o ser humano tende a seguir os costumes e a cultura da sociedade em que se insere, mas também a manter dados aspectos tradicionais, de origem, vivenciando práticas híbridas.

1.3 A cultura

A palavra cultura nasce das relações entre fenômenos que deixam marcas na sociedade e na linguagem. Segundo Bosi (1992, p. 11. grifos do autor), “as palavras cultura, culto e colonização derivam do verbo latino *colo*, cujo particípio do passado é *cultus* e o particípio do futuro é *culturus*”. *Colo* significava na “língua de Roma, *eu moro, eu ocupo a terra*, e por extensão, *eu trabalho, eu cultivo o campo*”, enquanto, cultura, “é o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. *Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar” (BOSI, 1992, p. 11, grifos dos autor). Ainda, conforme o autor, o radical de cultura, “*cultus*, traz em si, não só a ação sempre reproposta de *colo*, o cultivar através dos séculos, mas principalmente a qualidade resultante desse trabalho e já incorporada à terra que se lavrou” (BOSI, 1992, p. 13, grifos dos autor). Isso significa que ação humana, a luta coletiva, numa terra, num espaço, transformou-se em experiências que foram passadas de uma geração a outra por meio das vivências, de formas de comunicar, dos símbolos e das linguagens.

As regras e normas, os comportamentos, as crenças e os costumes de uma sociedade específica formam a cultura e diferenciam uma sociedade de outra, é uma forma de pertencimento de um indivíduo a um determinado grupo social e sua integração nessa sociedade permite a ele ser identificado como pertencente a tal sociedade. Assim, segundo

Bosi (1992), cultura “é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16). Resignifica o que já está posto como fixo e diferencia uma sociedade de outras, trazendo um significado singular, dentro da pluralidade. Dessa maneira, pode-se considerar um equívoco:

Falar em cultura brasileira, assim, no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes (BOSI, 1992, p. 308).

Falar em cultura no singular é o mesmo que generalizar, pois ela é plural. A admissão desta palavra no plural remete às diversidades culturais decorrentes das diferenças de classes sociais e de grupos étnicos, profissionais, religiosos. Além disso, há diferenciações dentro de uma mesma cultura, as quais agem na formação das identidades. Assim, “a herança cultural é assaz forte para a conformação dos hábitos e costumes, para o modo de pensar e comportar-se do homem” (MELLO, L., 2009, p. 58), que se forma no processo de interação e adaptação ao meio que o cerca e que é dinâmico, mudando no decorrer das épocas.

Laraia (2009) concebe o termo cultura como um complexo de aprendizagens e de trocas de experiências que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e os hábitos adquiridos pelo ser humano como membro de uma determinada sociedade. Aspectos esses construídos por essa sociedade no decorrer de épocas e transmitidos de uma geração a outra por meio da linguagem e das formas de comunicação. Assim, a ideia de cultura está associada e demonstra a capacidade ilimitada do ser humano de obter e produzir conhecimento. Esta capacidade ocorre desde seu nascimento, com os instintos e com seus semelhantes. Já Geertz (1989) considera a cultura seguindo as proposições de Max Weber: “O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Para Geertz (1989), então, a cultura, como sendo “essas teias” que os próprios homens teceram e que os amarram, é um código público, socialmente estabelecido, produzido e percebido, possuindo significados que requerem ser interpretados; código em que as ações humanas recebem sentidos que carecem ser decifrados, lidos. O comportamento humano é uma ação simbólica, dotada de sentido, que é transmitido e sobre o qual se produz uma leitura

que norteia a existência humana em dada sociedade. Esta ação simbólica se localiza na mente e no coração dos homens e “consiste no que quer que seja que alguém tem que saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros” (GEERTZ, 1989, p. 20-1), estabelecendo o pertencimento e definindo a localização do ser humano numa sociedade, num dado grupo social, com seus comportamentos, suas crenças, seus valores, suas normas e seus paradigmas.

A cultura é, portanto, um emaranhado de teias, tecidas pelos próprios seres humanos, que conseqüentemente é seguida pelos mesmos, ou seja, cada local e povo tecem sua cultura de acordo com suas necessidades e experiências, e a transmitem para as gerações seguintes num processo contínuo e dinâmico. Assim, podemos dizer que o ser humano está amarrado às suas próprias teias culturais, tecidas por ele mesmo. Desse modo, os homens publicamente produzem e estabelecem sentidos, significados para suas ações e práticas.

Chartier (2012), por sua vez, considera a cultura como produto da prática humana social, os produtos e objetos como as representações e a linguagem e os símbolos como constituintes e matrizes de novas práticas sociais, possuindo a força de comandar os atos dos sujeitos sociais. Ela expressa maneiras de ser no mundo e de ver o mundo, é um instrumento, veículo produtor de identidades sociais. As representações culturais incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; elas exibem e estilizam a identidade que pretendem ver reconhecida e estabilizada, afirmada. Dessa forma, a história das construções sociais, que se pauta na cultura, encontra-se transformada em uma história das relações simbólicas de forças (CHARTIER, 2002).

É por meio da relação do sujeito com o meio em que vive que ele vai adquirindo valores, apreendendo, conhecendo os costumes e as regras da sociedade em que está inserido. A cultura, como os saberes de cada povo, é transmitida aos membros de uma sociedade por meio da linguagem. A consciência manifesta no ser humano junto com a linguagem, resultando da relação das pessoas entre si e com o mundo, no movimento de solucionar as questões da vida. O ser humano se percebe como ser singular em relação ao outro, formando-se na relação do “Eu” com o “Outro”, e a língua é um meio de comunicação pelo qual a cultura é produzida e transmitida na sociedade. É por meio dela (a língua) que os homens se relacionam com o mundo e com os outros, produzindo valores, conhecimentos e sentidos para suas práticas.

Na concepção de Borges (1996), remetendo aos pensamentos de Bakhtin e de Ginzburg, a cultura é uma dimensão social marcada por diferenças, não se limitando às

práticas de uma determinada classe ou grupo, mas havendo um diálogo entre essas. Por isso, não podemos pensá-la apenas do ponto de vista de uma dessas dadas instâncias, como se a sociedade a ela se resumisse. Sendo dinâmica e inacabada, estando em constante movimento, agrega diferentes níveis de experiências existentes, tanto as ditas eruditas como as populares, que, articuladas de forma circular, conforme Ginzburg (1987), formam uma totalidade.

Chartier (2006, p. 34) considera que a cultura de uma comunidade é “a totalidade das linguagens e das ações simbólicas que lhe são próprias”. As heranças e tradições culturais de uma comunidade são transmitidas por meio da linguagem, dos símbolos, de uma geração a outra pela comunicação efetivada através de vários de seus artefatos, dentre eles a literatura.

A literatura, como um produto histórico e cultural, representa e exprime tanto as condições sociais e culturais em que ocorre, incorporando valores e práticas humanas presentes numa determinada sociedade, quanto ainda é capaz de agir na formação desse mesmo mundo, de transmitir valores e de propor novos; ela apreende e expressa a dinâmica social, as questões de uma época, como aquelas relativas às identidades pessoais e sociais. Esse produto humano é primordial para o conhecimento de uma sociedade e de uma época. Nela, o escritor expõe visões de mundo, modos de ser na sociedade e no tempo, pois, nas páginas de seus livros, inscreve seu tempo e as formas de ver o mundo nele presentes, recorrendo a utensílios da cultura, como a língua e a linguagem.

CAPÍTULO II

GRACILIANO RAMOS E AS *VIDAS SECAS*

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. Pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima: diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigosos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (FOUCAULT, 2012, p. 20).

O objetivo deste capítulo é abordar, em conjunto, três pontos básicos referentes à obra *Vidas secas* que são: o autor, o texto e o contexto em que foi produzida e a que refere. Nesse exercício atentaremos, inclusive: aos aspectos estéticos da obra e do autor, como sua linguagem e filiações a movimentos ou escolas; aos fatos ligados à trajetória e às posições do autor; aos contextos a que se refere o texto e àqueles em que se deram sua elaboração. Buscamos, desse modo, historicizar a produção e o produtor cultural, inserindo-os no tempo e no espaço, na sociedade em que o autor viveu e praticou seu ofício como, ainda, aquela que se constitui como referente de sua narrativa. Dessa forma, almejamos melhor apreender o fenômeno literário e as questões que a obra aborda, pois uma obra literária incorpora em seu conteúdo textual tanto os elementos comuns, que são os temas e assuntos de que trata, quanto aqueles formais, estéticos, sendo, em sua totalidade, uma expressão que incorpora traços advindos das dimensões individuais do autor, como também das dimensões coletivas e históricas de determinada realidade social e dessas produz uma leitura que revela e registra uma forma de existência e de constituição do mundo social.

Nesse sentido, ater-nos-emos, primeiramente, ao escritor Graciliano Ramos, sua trajetória intelectual, a imbricação de sua obra com os contextos que a envolvem, como o campo político e o campo da cultura. O autor foi um literato que buscou, em suas obras, dar

voz a sujeitos oprimidos pela sociedade, empurrados para a margem, apenas vistos como coisas, forças de trabalho para as atividades brutas, como o retirante nordestino, sem voz, zoomorfizado pelas agruras da sociedade. Nesse ínterim, a forma como Foucault, acima, fala do poder e de seu exercício, no recorte utilizado como epígrafe deste capítulo, inspira nossa reflexão. Tendo seu pensamento como um horizonte de pontuações, almejamos compreender como o autor edificou sua trajetória intelectual e como abordou problemas que emergiram e preocupavam a sociedade brasileira no momento em que escreveu seu romance. Assim, interessa-nos perceber como Graciliano Ramos traçou e percorreu um caminho como intelectual, literato, e como, especificamente, tratou, de forma política, as questões que afligiam o Nordeste brasileiro na década de 1930, na chamada era Vargas, levando-o a buscar dar voz ao sertanejo nordestino explorado e tratar de suas agruras.

2.1 Graciliano Ramos, sua obra e o tempo

Falar de Graciliano Ramos requer tratar do Nordeste, pois a maioria das experiências vividas pelo autor foi nessa região. Elas contribuíram para alimentar a ideia de que o ser humano oprimido pela fome, sede e miséria, sofria violência pela desigualdade social e que ele deveria representar tais angústias em suas obras, como em *Vidas secas*, que retrata o retirante nordestino, sofrendo a opressão social, a perda territorial e de identidade. O Nordeste aparece como destaque na escrita de Ramos, pois a seca retratada em seus enredos é uma das causas da fome, da sede e do sofrimento do nordestino, que imigra para outras terras em busca de sobrevivência, conforme Abel (1999).

Ramos nasceu e viveu parte de sua vida em Alagoas, pertencendo à classe dos proprietários, das elites do lugar, mas sempre olhou para os oprimidos e explorados por outros homens, que não tinham voz e eram empurrados para a margem da sociedade naquela região. No entanto, cabe esclarecer que o Nordeste como região brasileira não é um dado natural, mas, sim, fruto de uma construção histórica e cultural levada a cabo pelas elites políticas e literárias daquele espaço, iniciada por volta da década de 1910 do século XX. Esses segmentos criaram primeiro a ideia de Nordeste e depois do ser nordestino como possuidor de caracteres e aspectos próprios que eram possíveis identificar. Porém, a identidade nordestina, elaborada por essas elites a partir dos anos 1920, só se popularizou nas duas décadas seguintes com ações variadas, dentre elas a de Gilberto Freyre, no campo sociológico; de Luiz Gonzaga, na esfera da música, e dos literatos do chamado Romance de 30, como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, dentre

outros. Suas obras construíram uma dada forma de olhar para o Nordeste e de ver seus habitantes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Graciliano nasceu no Nordeste, aos 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, Alagoas. Ele viveu, presenciou e experimentou a vida nordestina. Seu pai era comerciante e sua mãe era filha de fazendeiro dono de engenho. Foi um dos 15 filhos de uma família de classe média do sertão nordestino onde viveu sua infância, parte em Palmeiras dos Índios (AL), em Buíque (PE) e em Viçosa (AL). Ali vivenciou as estações das secas e amargou as surras que seu pai lhe aplicava, fazendo-o considerar, desde logo, que as relações humanas eram marcadas pela violência. Para Abel (1999, p. 19), “Graciliano Ramos era da classe dos proprietários de terra, do latifúndio, também ligado ao comércio, esporadicamente homem de governo, na medida em que exerceu vários cargos públicos, por eleição ou nomeação”.

De Quebrangulo, logo nos primeiros anos de sua vida, em 1895, sua família mudou-se para a Fazenda Pintadinho, em Buíque, sertão de Pernambuco. Nesse local teve seus primeiros contatos com as letras, iniciando sua alfabetização, conforme Abel (1999, p. 13). De acordo com Pólvora (1975, p.13), o mote memorialista abrange muitos livros do conjunto da obra de Graciliano. Nesse sentido, em *Infância*, de 1945, pelos meandros da memória, se remeteu a esse período de sua vida e às experiências no meio rural, como descreve o narrador:

Mergulhei numa comprida manhã de inverno. O açude apoiado, a roça verde, amarela e vermelha, os caminhos estreitos mudados em riachos, ficaram-me na alma. Depois veio a seca. Árvores pelaram-se, bichos morreram, o sol cresceu, bebeu as águas, e ventos mornos espalharam na terra queimada uma poeira cinzenta. Olhando-me por dentro, percebo com desgosto a segunda paisagem. Devastação, calcinação. Nesta vida lenta sinto-me coagido entre duas situações contraditórias – uma longa noite, um dia imenso e enervante, favorável à modorra. Frio e calor, trevas densas e claridades ofuscantes (RAMOS, 2003, p. 21).

O narrador remete a duas situações opostas que marcavam a vida no nordeste, o tempo da chuva e aquele da seca, que foram tratadas em *Vidas secas*, obra que seria lançada em 1938. Em 1899, sua família se mudou para Viçosa, Alagoas. Segundo Ramos, rememorando em *Infância*, de 1945:

De repente me vi apeado, em abandono completo, num mundo estranho, cheio de casas, brancas ou pintadas, sem alpendres notáveis. Havia duas maravilhosas: uma de quadrados fascinantes, uma que se montava noutra. Avizinhei-me do sobradinho, fugi medroso e confuso: nunca teria podido imaginar uma casa trepada (RAMOS, 2003, p. 47).

A voz narrativa apresenta como o autor viu a cidade de Viçosa pela primeira vez e o que vivenciou com suas mudanças pelo sertão nordestino. Ramos mergulhava num contexto social significativo da realidade brasileira e escreveu sobre suas experiências ali vividas, a seca, a fome e o clima seco da região, fatores que contribuíram e serviram de matéria prima para a escrita de seus textos literários.

Em 1904, com apenas 11 anos, publicou o conto “O pequeno pedinte”, no jornalzinho *O Dilúculo*, por ele criado no “Internato Alagoano”, de Viçosa, onde estudava desde os sete anos de idade. A partir daí começou sua vida como literato. Em 1905, foi para o colégio interno “Quinze de Março”, em Maceió, cidade na qual fez estudos secundários, mas não cursou faculdade. No ano seguinte, redigiu o periódico *Echoviscosense*, de periodicidade quinzenal, mas que só teve publicados dois números devido ao suicídio de Mário Venâncio, um de seus redatores e seu mentor intelectual. Nesse ano, com o pseudônimo de Feliciano de Olivença, publicou sonetos na revista carioca *O Malho*, na qual continuou a colaborar posteriormente, como em 1909, oculto pelos nomes de Soeiro Lobato e Soares de Almeida Cunha. No mesmo ano, ainda em Maceió, começou a colaborar com o *Jornal de Alagoas*, publicando o soneto “Céptico” com o codinome de Almeida Cunha, além de vários outros trabalhos também sob diversos pseudônimos, como o já mencionado Soares de Almeida Cunha e Lambada, empregado nos textos em prosa até 1913 (GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013).

Em 1910, completando 18 anos, mudou-se para Palmeira dos Índios onde estabeleceu sua família, ajudando o pai num pequeno estabelecimento comercial, uma loja de tecidos. Deu sua primeira entrevista como escritor ao *Jornal de Alagoas*, de Maceió. No ano seguinte, entrou a colaborar com o jornal *Correio de Maceió*, também como Soeiro Lobato. Em 1914, embarcou para o Rio de Janeiro almejando trabalhar na imprensa carioca, sendo revisor de provas tipográficas em jornais como *Correio da Manhã*, *A tarde* e *O século*. Além disso, colaborou, simultaneamente, com o jornal fluminense *Paraíba do Sul* e com o *Jornal de Alagoas*, assinando seus textos como R. O. (Ramos de Oliveira), os quais foram, posteriormente, compilados e passaram a compor sua obra póstuma *Linhas Tortas* (1962). Voltou a Palmeira dos Índios em setembro de 1915, deixando de colaborar com todos os periódicos acima mencionados e casando-se com Maria Augusta de Barros, com quem teve quatro filhos e que morreu em decorrência de complicações no parto. Passados cinco anos sem publicar, em 1921, passou a colaborar com o jornal semanal palmeirense *O Índio*, com os codinomes de J. Calisto, Anastácio Anacleto, Lambda e J. C. Em 1925, deu início à escrita de

Caetés, que seria seu primeiro romance.(GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013).

Em 1926, foi nomeado presidente da Junta escolar de Palmeira dos Índios e, no ano seguinte, foi eleito Prefeito dessa cidade pelo Partido Democrata, conforme Facioli (1987), tomando posse em 1928, ano no qual se casou com Heloísa Leite de Medeiros. Sua experiência como prefeito lhe ofereceu material para o primeiro romance, *Caetés*, escrito no ano em que José Américo de Almeida publicara *A bagaceira*. Em 1929, ao escrever para o governador de Alagoas seu Relatório de Prestação de Contas do Município, “um resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928”, que fora publicado pela Imprensa Oficial do Estado naquele ano, sua verve de escritor fora relevada. Por suas qualidades literárias o texto chegou a Augusto Frederico Schmidt, editor, chamando sua atenção, e este passou a animar Ramos a publicar *Caetés* e outros escritos que possuísse.

Sobre esse momento tão importante e os fatos que o marcaram, Ramos, em 1937, em carta ao tradutor Raúl Navarro, que lhe pedira seus dados biográficos, escreveu:

Os dados biográficos é que não posso arranjar, porque não tenho biografia. Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. (GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013).

No ano seguinte, aquele da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil e inaugurou a chamada Segunda República, e no qual Rachel de Queirós publicou *O Quinze*, tratando da seca de 1915, Ramos escreveu artigos para o *Jornal de Alagoas*, como Lúcio Guedes; mudou-se para Maceió e foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, um mês após renunciar ao cargo de prefeito (FACIOLI, 1987, p. 43). Ao demitir-se do cargo de diretor da Imprensa Oficial, em dezembro de 1931, por motivos políticos, como não suportava os interventores militares do governo Vargas, voltou a Palmeira dos Índios onde fundou uma escola na sacristia da igreja Matriz e neste espaço deu início à escrita dos primeiros capítulos de *São Bernardo*.

Refletindo sobre este período histórico, Prado Junior (1977, p. 11) afirma que o termo “revolução” aponta uma mudança no poder político no Brasil na década de 1930 face às reformas e transformações que visavam reestruturar a vida do país. O poder político, controlado pelas oligarquias e pelo coronelismo, era contestado por militares (os tenentes),

camponeses, pequenos comerciantes e operários, que lutavam por reformas e participação na política:

A Getúlio Vargas cabia a tarefa não só de fazer cumprir as promessas da Aliança Liberal, mas de equilibrar-se entre interesses e correntes ideológicas conflitantes. À sua esquerda, os tenentes, inspirados por um marxismo, imberbe, exigiam mudanças radicais; à sua direita, os estancieiros e grandes proprietários de terras, apenas preocupados em acotovelar-se no parapeito do poder e assim continuar influenciando nas decisões; à sua frente, um país sem feições de nação, um povo sem direitos mínimos de cidadania, uma classe trabalhadora urbana com reivindicações cada vez mais claras (MENDES, 1986, p. 30).

No que se refere ao campo e à questão agrária, desde o período colonial, existia o senhor proprietário da terra, que tinha o domínio absoluto sobre ela, mas quem trabalhava nela eram homens escravizados ou livres, a ele submissos. A produção nos engenhos de açúcar ou nas fazendas de gado pertencia, em sua maior parte, ao proprietário, ao senhor da fazenda, e os trabalhadores se sustentavam com uma porção aviltante. O romance *Vidas secas* posteriormente retrataria as estruturas de dominação e exploração dos fazendeiros sobre os trabalhadores, herdadas de longe e geradoras de experiências de perda de suas moradias do ser humano oprimido pelo sistema de produção.

Em 1932, ano em que José Lins do Rego publicou *O menino do engenho*, Ramos, sem emprego e sem esperança, dedicou-se a escrever *São Bernardo*. Em 1933 retornou a Maceió, pois foi nomeado, em janeiro, diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo correspondente ao que hoje se diria secretário da Educação (FACIOLI, 1987). Aí conheceu Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado. Nesse mesmo ano publicou seu primeiro romance, *Caetés*, pela Editora Schmidt, do Rio de Janeiro e foi contratado como redator do *Jornal de Alagoas*, onde publicara diversos textos, entre eles “Comandante dos Burros”, “Doutores” e “Mulheres”. (GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013).

Segundo Pólvora (1975, p. 21), *Caetés* “é produto do realismo psicológico” e já aponta “o estilo telegráfico das próximas obras: o romancista procura deliberadamente a condensação”, sendo um romance

filho natural da mais recente etapa do neorealismo brasileiro – o realismo de 30, quando principia a ocupar a geografia nacional, mas ainda não se despegou da doutrina básica do naturalismo: a ideia de que o homem é condicionado por fatores externos que não domina fatores de natureza social, sociológica, atávica (PÓLVORA, 1975, p. 17).

Sodré (1988, p. 555), considera que o livro é “uma pequena intriga de província, sem grandes horizontes” e, por isso “mesmo, parece abafado pelo reinado dos documentários com a realidade nordestina” que “vai sendo desvendada e posta ao alcance de todos”.

Em 1934, publicou *São Bernardo*, seu segundo livro, pela Editora Ariel, do Rio de Janeiro. Para Pólvora (1975), *São Bernardo* é o livro menos pessoal de Ramos, o mais imaginado, “alheio às lembranças” (PÓLVORA, 1975, p. 25), “aparentemente desenraizado de si mesmo” (PÓLVORA, 1975, p. 26), ainda que tipos e situações familiares a Graciliano no seu tempo de comerciante em Palmeira dos Índios fornecessem a crônica da vida calcada nos costumes e nos enredos. Com ação que transcorre a poucas léguas de Viçosa, numa fazenda de algodão, mamona e gado, retrata a classe média rural, proprietária, numa linguagem enriquecida “de regionalismos, de expressões coloquiais, de palavras e ditos próprios do falar nordestino” (PÓLVORA 1975, p. 27). Linguagem “trabalhada literariamente até a última possibilidade” e que estabelece “uma identificação – a de Graciliano com sua personagem, com o meio, com a sociologia do ambiente” (PÓLVORA 1975, p. 28), num “jeito sintético e direto, contido e denso” (PÓLVORA, 1975, p. 28), fugindo ao que não é essencial, contornando subterfúgios, evitando extrapolações, subtraindo contrapesos verbais.

Em 1935, a situação política do país foi balançada pela Intentona Comunista. O governo de Vargas promulgou uma Lei de Segurança Nacional aumentando a repressão e restringindo as liberdades públicas frente à “onda” comunista cujo lema era “pão, terra e liberdade”, que ganhou muitos seguidores. Então, o governo getulista decreta a repressão levando milhares de pessoa às cadeias e já dando andamento à criação do Estado Novo, em 1937. Em março de 1936, mesmo antes da implantação do Estado Novo, mais em decorrência do pânico insuflado por Vargas depois da Intentona, Ramos fora preso em Maceió e enviado ao Recife, de onde embarcou para o Rio de Janeiro no navio “Manaus”, junto com outros 115 presos do regime varguistas, sendo acusado de subversão.

Sob a ditadura de Vargas e do poderoso coronel Filinto Müller, por conta do que foi chamado de “ideias extremistas”, ficou preso no Rio até janeiro de 1937, passando por vários presídios, como o Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, a Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), voltando à Casa de Detenção e, por fim, ficando na Sala da Capela de Correção. *Memórias do Cárcere* (1953) é um relato contundente que denuncia a vida nestes cárceres e sua experiência na prisão, sendo publicado após sua morte, no mesmo ano de 1953. Enquanto se encontrava preso, com a ajuda de amigos, dentre eles José Lins do Rego, publicou seu romance *Angústia*, pela Editora José Olympio, do Rio de Janeiro,

considerado por muitos críticos como sua melhor obra, em que retrata a decadência da família rural, a imprensa corrupta, a malandragem política, o crime, a loucura, a ruína da burguesia.

Angústia, outro “romance naturalista”, aborda a pequena burguesia, encolhida e acuada de Maceió, com cenas e tipos que povoaram a infância de Ramos. Suas memórias enriquecem a obra de forma direta, sem subterfúgios, com fatos da vida do escritor que não se limitariam a recordações trazidas do interior alagoano, cobrindo impressões de sua experiência como burocrata e jornalista na capital, antes de sua prisão por motivos políticos. Assim, constitui-se como um “Romance de intensa e dorida sociologia nordestina, na sua viscosidade dramática”, conforme Pólvora (1975, p. 31-33). Para W. Martins (1977-78, p.84. grifos do autor), com *Angústia*, Ramos “afastava ainda mais do ‘realismo socialista’ e da ortodoxia em que os meios de Esquerda (a que ele dizia pertencer) desejavam vê-lo circunscrito”.

No veio memorialístico, posteriormente, em *Memórias do Cárcere*, Ramos trataria de sua experiência de preso nas prisões varguistas e da perseguição aos opositores do regime autoritário, que se tornava uma ditadura, remetendo-se ao contexto em que ocorreu sua prisão:

No começo de 1936, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço. Desprezei as ameaças: ordinariamente o indivíduo que tenciona ofender outro não o avisa. Mas os telefonemas continuaram. Mandei responder que me achava na repartição diariamente, das nove horas ao meio dia, das duas às cinco da tarde. Não era o que pretendiam. Nada de requerimentos: queriam visitar-me em casa. Pedi que não me transmitissem mais essas tolices, com certeza picuinhas de algum inimigo débil, e esqueci-as: nenhum minuto supus que tivessem cunho oficial. Algum tempo depois um amigo me procurou com a delicada tarefa de anunciar-me, gastando elogios e panos mornos, que a minha permanência na administração se tornara impossível. Não me surpreendi. Pelo meu cargo haviam passado em dois anos oito sujeitos. Eu conseguira aguentar-me ali mais três anos, e isto era espantoso. Ocasionara descontentamentos, decerto cometera numerosos erros, não tivera a habilidade necessária de prestar serviços a figurões, havia suprimido nas escolas o Hino de Alagoas, uma estupidez com solecismos, e isto se considerava impatriótico. O aviso que me traziam era, pois, razoável, e até devia confessar-me grato por me terem conservado tanto tempo (RAMOS, 1969, p. 8).

Num contexto político de culto nacionalista e patriótico, de perseguição aos opositores do governo, em especial aos comunistas, Ramos, por seus posicionamentos e ideias de esquerda, por sua busca em denunciar a exploração e de dar voz aos excluídos, aos pobres e marginalizados pela sociedade, por sua visão socialista, fora preso sem acusação formalizada e depois transferido para o Rio de Janeiro. Sobre isso, Davi (2007) aponta que:

Durante o período em que ficou preso, Graciliano Ramos não foi indicado, interrogado ou recebeu qualquer explicação que indicasse o motivo exato de sua prisão. Sua situação não foi diferente da de centenas de outros presos políticos, encarcerados nas prisões do governo Vargas, no período anterior ao Estado Novo. Após a Intentona Comunista de 1935, o governo promoveu uma feroz repressão aos comunistas, identificados como um dos maiores problemas do Brasil. A polícia política de Getúlio podia prender e interrogar suspeitos de comunismo sem esses terem sido formalmente indicados ou mantê-los na prisão, mesmo quando já tinham cumprido as penas determinadas pela justiça (DAVI, 2007, p. 32-33).

Nesse contexto, depois de dez meses e dez dias de prisão, em janeiro de 1937, por iniciativa de amigos e com a ajuda do advogado Sobral Pinto, Graciliano foi posto em liberdade. Solto resolveu morar definitivamente no Rio de Janeiro e fixar-se em sua nova profissão de escritor. Daí escreve a *Terra dos meninos pelados*, um romance infantil, para participar de um concurso promovido pelo Ministério da Educação e Saúde, obtendo o terceiro lugar (FACILOI, 1987, p. 62). O romance foi publicado em 1939 pela Livraria Globo, de Porto Alegre. Mas, ainda em 1937, ano marcado internacionalmente pelos bombardeiros de Guernica, Picasso pintou seu quadro, e, no Brasil, ocorreu o Golpe de Estado por Getúlio Vargas, iniciando o Estado Novo, que colocou na ilegalidade a Ação Integralista Brasileira, em 1938, ano em que Ramos publicou o romance *Vidas secas*, o quarto do autor, em que ele mostra a permanência de estruturas sociais e agrárias na região nordeste que a dita “Revolução” não resolvera.

Vidas secas se refere à gente do nordeste, trazendo os representantes típicos da região supremamente pobre que buscam um lugar menos agreste, sendo lavrado “com a compostura de um sereno testemunho” (PÓLVORA, 1975, p. 34), parecendo “depoimento, reportagem, crônica.” Segundo W. Martins (1977-78, p. 111, grifos do autor), “esse suposto ‘romance’ é, na verdade, constituído por uma série de contos, escritos e publicados em momentos diversos” como esclarece o depoimento do próprio Ramos:

No começo de 1937, utilizei num conto a lembrança de um cachorro sacrificado na Maniçoba, interior de Pernambuco, há muitos anos. Transformei o velho Pedro Ferro, meu avô, no vaqueiro Fabiano; minha avó tomou a figura de sinhá Vitória; meus tios pequenos, machos e fêmeas, reduziram-se a dois meninos.

Publicada a história, não comprei o jornal e fiquei dois dias em casa, esperando que os meus amigos esquecessem ‘Baleia’. O conto me parecia infame e surpreendeu-me falarem dele. A princípio, julguei que as referências fosse esculhambação, mas acabei aceitando como razoáveis o bicho, o matuto, a mulher, os garotos. Habituei-me tanto a eles que resolvi aproveitá-los de novo. Escrevi a ‘Sinhá Vitória’. Depois apareceu ‘Cadeia’.

Aí me veio a ideia de juntar os cinco personagens numa novela miúda _ um casal, duas crianças e uma cachorra, todos brutos (...) Fiz o livrinho sem paisagens, sem diálogos. E sem amor. Nisso pelo menos, ele deve ter alguma originalidade. Ausência de tabaréus bem falantes, queimadas, cheias, poentes vermelhos, namoros de caboclos. A minha gente, quase muda, vive numa casa de fazenda; as personagens adultas, preocupadas com o estômago, não tem tempo de abraçar-se. Até a cachorra é um criatura decente, porque na vizinhança não existem galãs caninos. A narrativa foi composta sem ordem [entre maio e outubro de 1937]. Comecei pelo nono capítulo. Depois chegaram o quarto, o terceiro, etc. (RAMOS apud MARTINS, W., 1977-78, p. 111-2).

Essas palavras de Ramos, que se referem à composição de *Vidas secas*, remetem-nos às reflexões de Candido (2007) e Proença Filho (1992) antes apresentadas sobre a edificação dos personagens na ficção e sua relação com o que existe na realidade, logo, sendo marcadas por um paradoxo ante o problema da verossimilhança e a possibilidade de um ser fictício comunicar uma verdade existencial, ao serem baseados em modelos vivos, por estarem ligados às experiências da vida e da observação.

As personagens de *Vidas secas* podem ser planas ou desenhadas, tendendo à caricatura ou se tornando tipos, sendo, portanto, mostradas como representantes típicas de um grupo ou classe social, de um setor profissional, de uma etnia e região. Há certa individualização dessas personagens, como o menino mais novo, o menino mais velho, o soldado amarelo, eles não possuem nomes próprios, mas há essa individualização em relação à maneira como o narrador os chamam. E até mesmo Fabiano, que é vaqueiro, o narrador enfatiza sua profissão, transmitindo o modelo do vaqueiro nordestino.

Depois desse romance, segundo o autor, “o fluxo da memória retomará seu curso natural em *Infância e Memórias do Cárcere*, sob a forma de confissão desejada e declarada” (PÓLVORA, 1975, p. 34). Ramos não era adepto da política do governo de Vargas, como explicitado a seguir:

A política do governo Vargas passava pelo aspecto pedagógico e ideológico desenvolvido em cada manifestação cultural a fim de levar à população as noções e visões do mundo defendidas pelo governo, professadas por meio de um nacionalismo xenófobo, característica de uma sociedade que não interagia com o diferente, elegendo como inimigo os comunistas, os estrangeiros, os homossexuais e os malandros. No tocante à literatura, o governo procurou cooptar a intelectualidade, por meio de incentivos, concursos, etc., para que escrevessem sobre os temas almejados pelos ideólogos varguistas (exaltação da nacionalidade, temas que não atacassem as políticas governamentais e promovessem a noção de uma nação harmoniosa) (DAVI, 2007, p. 27).

No ano de 1939, marcado pelo início da Segunda Guerra Mundial, Ramos foi nomeado Inspetor Federal de Ensino secundário do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, traduziu *Memórias de um negro*, de Booker T. Washington, para a Editora Nacional, de São Paulo. Em 1940, frequentou com assiduidade a sede da revista *Diretrizes*, em companhia de Álvaro Moreira, Joel Silveira, José Lins do Rego, dentre outros, “conhecidos comunistas e elementos de esquerda” (DAVI, 2007, p. 27), conforme descrição de sua ficha na polícia política.

Publicou, em 1941, uma série de crônicas na *Revista Cultura Política*, no Rio Janeiro, intitulada “Quadros e costumes do nordeste”, e, em 1942, pela Livraria Martins, de São Paulo, o romance coletivo *Brandão entre o mar e o amor*, escrito em parceria com Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz. Sua próxima publicação foi em 1944, *Histórias de Alexandre*, pela Editora Leitura, do Rio Janeiro. Já em 1945, publicou *Infância*, pela José Olympio e *Dois dedos*, pela *Revista Acadêmica*, do Rio de Janeiro, além de ingressar no Partido Comunista Brasileiro (GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013), de orientação soviética e comandado por Luís Carlos Prestes, que, em 1925, empreendera a Coluna que percorreria o Brasil até 1927.

Como filiado ao Partido Comunista Brasileiro considerava o Presidente Getúlio Vargas um homem corrupto e nunca lhe poupou seus piores adjetivos. Para ele, Vargas era um ditador, uma marionete dos generais, movido pelas vontades deles, conforme Abel (1999). Por outro lado, Ramos, “apesar de ser um militante disciplinado, mesmo percebendo as falhas do Partido não emitia opiniões contrárias em público e até submetia-se a resoluções partidárias” (DAVI, 2007, p. 39). Porém, não se curvou às tentativas dos dirigentes e membros do PCB de imporem a estética do realismo socialista – o *zhdanovismo* - à sua escrita.

Em 1946, veio a público suas *Histórias incompletas*, reunindo os contos “Dois Dedos” e “Luciana”, além de capítulos de *Vidas secas* e de *Infância*. No ano seguinte, lançou *Insônia*, seu sexto romance, também pela Editora José Olympio, para quem traduziu, em 1950, o romance *A Peste*, de Albert Camus. Em 1952, viajou pela União Soviética e outros países do bloco socialista, além de França e Portugal, relatando suas experiências em *Viagem*, que foi publicado em 1954, ano seguinte ao de sua morte. Após seu falecimento foram ainda publicados, além *Memórias do Cárcere* (1953) e *Viagem* (1954), *Linhas Tortas, Viventes das Alagoas, Alexandre e outros heróis*, em 1962; *Cartas*, uma compilação da correspondência pessoal do escritor, em 1982; *Garranchos*, organizado por Thiago Mio Salla, com textos inéditos de Graciliano, em 2012. (GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS, 2013).

Pela trajetória de Ramos como escritor pode-se perceber que a Editora José Olympio teve papel importante na publicação do conjunto de sua obra. A Editora e Livraria José Olympio era uma das maiores do Brasil no século XX, em especial, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, publicando autores como Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda. Nessa casa alguns desses escritores podiam ser encontrados cotidianamente, reunidos no fundo da loja, discutindo política e literatura e eventualmente dando autógrafos. Ali se reunia quase todo o primeiro time da literatura brasileira num tempo em que o mercado ainda tratava os escritores como diletantes que deveriam considerar como favor que alguém publicasse seus livros. A casa pagava adiantamentos de direitos autorais e realizava edições com tiragens enormes e, logo, tornou-se um ponto de sociabilidade dos literatos. Graciliano, após sair da prisão como preso político da ditadura de Vargas, não raro podia ser ali encontrado ao lado de José Lins do Rego. A casa era a editora dos novos: abriu espaço aos modernistas e encampou os grandes nomes do regionalismo nordestino publicando comunistas como Jorge Amado e Graciliano, mas também integralistas como Plínio Salgado. Assim, abrigava muitos intelectuais que se opunham ao regime varguista, mas editava também os discursos do próprio Getúlio. (TEIXEIRA, 2006).

Como aponta Bastos (1998), Graciliano em suas obras, embora produzindo uma literatura voltada para os oprimidos, sabe que, dada a sua sofisticação estética, reforça a instituição literária e a sociedade da qual ela é uma das pilastras de sustentação. Para ele, a literatura aparece como algo vital, capaz de dar sentido à vida, por isso ele busca dar voz àqueles que estão excluídos socialmente. De acordo com Bastos (1998),

Aspecto central do testamento é a opção de Graciliano Ramos por uma literatura identificada com a vida, oposta àquela entendida e praticada como arte desinteressada. Mas o liame literatura/vida não é natural: resulta de esforço obstinado, pois a vida, tomada como dado bruto, é matéria a ser retrabalhada. A exigência de pautar a escrita pelo que foi vivido, experimentado, não faz da literatura uma repetição da vida: ao escritor cabe “descascar fatos”, como diz o narrador em *São Bernardo* (BASTOS, 1998, p. 33, grifos do autor).

No decorrer de sua vida, Ramos buscou representar as experiências do povo nordestino sofrido, como no caso de *Vidas secas*, que representa a história de uma família desterritorializada e excluída pela sociedade. Ele se manifesta, numa linguagem peculiar, ao dar voz ao oprimido e marginalizado pela sociedade. Isso porque,

independente da vontade do homem, a arte nasce da vida e reflete a vida, e a verdadeira base da comparação artística só pode consistir na fidelidade e na profundidade com que representa a vida. Ora nem a vida é estática e nem está somente na superfície dos acontecimentos. (SODRÉ, 1988, p. 383).

Pode-se considerar Graciliano Ramos um artista em seus textos, apesar de não fazer parte da Academia Brasileira de Letras, pois ele não pretendia ocupar uma das quarenta cadeiras e, menos ainda, sair por aí mendigando votos, não era o perfil dele. Mas, sempre foi bem sarcástico e ainda disse que as cadeiras talvez nem pudessem estar ocupadas pelos quarenta eleitos, mas por um número bem mais elevado, por ser dessa forma corrupta que funciona a política do Brasil, conforme Abel (1999, p. 143-144). Abel (1999) considera Graciliano

um artista completo, tanto na escritura de ficção quanto na teorização acerca da literatura. Contudo, antes de literato, um cidadão. Não se alienou para criar... Criou dentro de um contexto e de uma situação sociopolítica, definidos e objetivos. Escritor profissional e político (ABEL, 1999, p. 20).

Assim, Graciliano foi um político e um escritor regionalista, que refletiu sobre as questões econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira por meio da escrita ficcional. Foi um político com ideias e posturas socialistas, apaixonado pela humanidade e, em suas obras, buscou denunciar a opressão social advinda do desnível econômico. Participou ativamente das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, inclusive como político, o que refletiu em uma escrita com postura explicitamente política. Sua escrita representa o contexto complexo e conflituoso no qual o autor se inseria, abordando temas pendentes, como a problemática da terra, dos conflitos sociais do nordeste, dando voz aos oprimidos num período em que o Brasil era governado por Vargas de forma autoritária e, após 1937, de modo declaradamente ditatorial.

Em sua obra tratou dos problemas que assolavam a sociedade brasileira, em especial, a nordestina, com seus conflitos e tensões. Denunciou injustiças, acusou a degradação humana, assumindo posição frente a elas, o desnível social e as contradições socioeconômicas geradas pela sociedade, as quais produziram uma onda de estudos históricos, literários e sociológicos na tentativa de se conhecer e se pensar suas mazelas (DAVI, 2007, p. 26-28). Essa sociedade brasileira, com seus problemas e pendências, foi apresentada em *Vidas secas*, que

causou grande interesse na época pelo tom de denúncia, ou seja, por mostrar um Brasil que estava invisível. Távora já no século XIX tentava fazer essa parte do país ser vista, mas é só no decênio de 1930 que há condições favoráveis para que essa visão prevaleça (ARAÚJO, 2006, p. 30).

O Brasil, desde o fim do século XIX, perseguia a ideia de “país novo” que ainda não tivera condições de cumprir seus anseios e as possibilidades de desenvolvimento social e econômico do dito “progresso”. Nessa conjuntura, a “geração de trinta nordestina se reuniu em torno da problemática da terra, meditando e denunciando os conflitos sociais da região” (DAVI, 2007, p. 26). Ramos abordou as questões que inquietavam essa sociedade, suas contradições, seus conflitos e suas tensões em suas obras, que apresentam as injustiças e a degradação humana, o desnível social e as desigualdades sociais e econômicas.

Segundo Bosi (1980), nas décadas de 1930 e 1940, o romance brasileiro apresentou diversas interpretações da vida e da história de nosso povo por meio da pesquisa humana e social, explicitando suas fraquezas e sua força ante aos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Esse contexto de crises do poder político, da economia, do café e de declínio do nordeste, que aprofundou as fendas nas estruturas locais, marcou os novos estilos de ficção com a rudeza e a captação direta dos fatos, numa retomada naturalista. Mas com uma “*visão crítica das relações sociais*”, característica que deu à obra de Ramos sua grandeza severa de testemunho e de julgamento desta realidade, explicitando seu *engajamento* social e político, que foi a tônica dos romancistas entre 1930 e 1940. Pensando a questão do engajamento na literatura, Denis (2002, p. 9, grifos do autor) considera que: “Sumariamente todos sabem que a expressão ‘literatura engajada’ designa uma prática literária estreitamente associada à política, aos debates gerados por ela e aos combates que ela implica (um escritor engajado, seria em resumo um autor que ‘faz política’ nos seus livros).”

Assim, os temas fundamentais de sua obra são a sociedade reificada, a falta de comunicação entre os indivíduos, os seres humanos animalizados, as injustiças sociais e a submissão, características que são representadas em personagens, sobretudo, que vivem à margem da sociedade. Ainda que rompendo com a obsessão fotográfico-documental da década de 1930, exibiu as deformações sociais e a miséria, preocupando-se e imaginando uma sociedade de seres humanos felizes, tendo a dor e o sofrimento como sentimentos constantes em sua obra. (DAVI, 2007, p.29-30).

Graciliano tratou das questões sociais, mas se manteve preocupado com seu estilo e sua linguagem, por isso, suprimiu repetições excessivas, encurtou trechos, tendendo à concentração. Segundo Lins (2011), o autor, tratando de personagens que eram de fato “vidas secas”, trabalhou em um estilo igualmente seco para exprimi-las em construções verbais harmônicas, estando a substância, o conteúdo temático e a forma concentrados na direção de

revelá-las, de expressar o sentimento da terra nordestina, áspera, dura e cruel, mas amada por aqueles ligados a ela.

Em admirável estilo de concisão, unidade entre as palavras e os seus sentidos, rígido ascetismo tanto na narração como nos diálogos, rápidos, exatos, precisos. Diálogos e narração que fazem do Graciliano Ramos um mestre do seu ofício de romancista. Um mestre da arte de escrever, acrescento, sem nenhum medo de estar errando. (LINS, 2011, p. 136).

Dessa forma, Graciliano representou um mundo de vidas secas, sem amor, sem dignidade, de sofrimento e dores, marcado por instintos e um destino fatal, transformando a matéria colhida na realidade social, árida e sombria, em literatura, em obra de arte. Portanto, “a visão de Graciliano Ramos é universalista, um ponto de vista próprio de todo o gênero humano. Atentou para a agrura, a desagregação e a alienação do povo, problemas que emanam de uma divisão social injusta” (ABEL, 1999, p. 22).

Graciliano olhou para aqueles que viviam o sofrimento e eram explorados por outros seres humanos, sendo desprovidos de voz e empurrados à margem da sociedade. Ele deu voz ao sujeito oprimido e marginalizado, buscou denunciar a opressão social advinda da desigualdade econômica. Conforme Pólvora (1975, p. 36), “Graciliano Ramos escreveu alguns livros sobre temas e indivíduos do Nordeste. Criou em torno deles pequeno torvelinho ficcional”, numa “literatura de aparência modesta” marcada por “sua fidelidade ao depoimento – compromisso em que ele envolveu até a forma de se expressar”.

Imbuído de ideias socialistas, sem ser homem ideal de partido, sempre olhou para os que viviam o sofrimento e eram explorados. Ele exerceu cargos públicos, inclusive o de prefeito, porém, em suas obras, buscou denunciar a opressão social advinda da desigualdade econômica (ABEL, 1999, p. 19). Graciliano foi um escritor de seu tempo, engajado nas questões de sua época e as tratou com linguagem seca, sintética, direta e contida, pois “o escritor engajado deseja ser compreendido pelo maior número de pessoas” (DENIS, 2002, p. 80).

2.2 Uma análise de *Vidas secas*

O contexto e as relações apresentados na obra resultam de um processo de exploração econômica do espaço físico e dos seres humanos oriundo do período da colonização, como o desmatamento, os empreendimentos agropecuários, a prática da monocultura, entre outros, os quais se inserem no movimento de expansão e de acumulação primitiva do capitalismo.

Foram formas de exploração que produziram uma sociedade dividida e desigual. Sociedade esta inerente ao sistema de produção social pautado no princípio de tirar o máximo proveito das forças naturais e sociais, sendo, portanto, dividida entre ricos e pobres, exploradores e explorados, que se apresentam de forma bastante distinta entre si e muito desigual. Nossa intenção, na análise dessa obra, é abordar a relação de constituição da identidade das personagens e sua modificação, com as condições naturais, sociais e culturais que as cercam, marcadas por perdas variadas, pela pauperização da existência, pelas forças opressoras, pela perda de território e pela zoomorfização, como vimos no capítulo I.

2.2.1 Transformações identitárias

O ser humano se diferencia dos outros animais pelo uso da razão, pelo domínio dos instintos e da natureza, por sua capacidade de produzir cultura, de se estabelecer em grupo, em sociedade, princípios que norteiam a vida em coletividade. Nesse contexto, a sociedade, composta pela diversidade e marcada por desigualdades, por agrupamentos vários, que possuem objetivos e interesses também variados, dá lugar à formação de processos construtores de identidades, que são ancoradas em um território e em suas produções culturais.

Se a vida em sociedade e as culturas nela produzidas nos conferem nossa dimensão humana, diferenciando-nos de outros animais, processos de perda dessa humanidade, de desumanização, também podem ser observados na história das sociedades. A exploração extremada do homem pelo homem pode produzir miséria, empobrecimento das condições consideradas básicas para sua existência. A dor, a fome, a opressão, o sofrimento, a humilhação e a falta de dignidade para viver podem rebaixá-lo ao nível da existência dos animais ditos irracionais. Atrélado a esse rebaixamento do humano, pode ocorrer o seu inverso em relação aos animais, isto é, a elevação do animal a certa condição de humano, tornando-o, por exemplo, um membro da família. Assim, as condições precárias de existência podem levar o ser humano a se sentir inferior a outros seres humanos. As condições econômicas reduzidas a um nível mínimo para subsistir, logo, desfavoráveis à manutenção da vida, podem produzir o fenômeno da zoomorfização. A falta de horizontes, oportunidades ou o horizonte inatingível, mas buscado, ainda que fugidio, leva o indivíduo a se sentir inferior e mesmo a se zoomorfizar.

A narrativa de Ramos apresenta uma travessia, a busca pela conquista de condições econômicas básicas para a sobrevivência humana e de circunstâncias para produzir os bens

necessários à garantia da vida, como lugar para morar, trabalho para manter o sustento e repor a força de produção com alimentos, proteção do corpo com vestes, cuidado com a saúde, enfim, a permanente realização das atividades mantedoras da vida. Nessa trajetória, a identidade das personagens se desfigura, havendo perda identitária como ser humano, advinda da pauperização, da opressão, do sofrimento e das dificuldades enfrentadas.

A família do personagem Fabiano tem sua identidade deslocada no desenrolar da narrativa e no movimento da vida. A fome, a sede, a pobreza e a hostilidade do meio natural, a Caatinga, castigada pela seca, aproxima-os da existência animal. Nesse contexto hostil os dois filhos do casal sequer possuem nomes próprios ao passo que a cadela o tem: Baleia. Conforme Kiffer (2002), num contexto tão árido, em que a mortalidade infantil era altíssima, o temor da perda influía nessa prática.

Ao dar nome tão grandioso à cachorra e não nomear os filhos do casal, Graciliano já indica a aspereza que percorre esse universo. Isso porque, como se sabe, o medo de que as crianças não sobrevivessem à fome e miséria do sertão brasileiro fazia com que inúmeras famílias simplesmente não dessem nome aos seus filhos (KIFFER, 2002, p. 2).

Ao aproximar o homem do animal, o narrador faz com que “a história vem diretamente, através da mente das personagens, das impressões que fatos e pessoas deixam nelas. Há um predomínio quase absoluto da cena” (LEITE, 1985, p. 47). O narrador, que não é o autor, conta os fatos e interroga a respeito dos limites definidores da humanidade, que delineiam a condição humana num mundo em que os humanos se animalizam e se coisificam e os animais se humanizam. Tais mudanças identitárias ocorrem de acordo com as experiências vividas, de uma vida minguada, mísera, em condições subumanas, em ambiente natural hostil e social opressor, desigual e explorador, que contribuem para que essa transformação ocorra.

Tratando-se da identidade da personagem Fabiano, que passa a se ver como um bicho, observamos que ele vive apartado dos outros homens, só se relacionando bem com os animais. Animalizado, “os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra” (RAMOS, 1996, p. 19), mas sofria “com a família morrendo de fome, comendo raízes” (RAMOS, 1996, p. 18). A pobreza definia seu corpo, que entrava em contato direto com a natureza, sem proteção. Endurecidos como cascos, os pés dormentes não sentiam o solo ardente. Com todo o sofrimento, carências e misérias foi perdendo a identidade como ser humano, e se questionava se era homem ou bicho. Sentia-se humano ao se apossar de uma casa desocupada e o fazendeiro deixá-los ficar, expressando que o sentimento de ligar-se a

uma terra dava-lhe ancoradouro, pois deixava de ser vagante, “pisou com firmeza o chão” e disse: “- Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta” (RAMOS 2012, p. 18). Mas, ao continuar pensando, julgou que “não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros”. Não era correto achar-se “um homem” e corrigiu: “- Você é um bicho, Fabiano”, o que foi complementado pelo narrador: “Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (RAMOS, 2012, p. 18).

Para Bosi (2003),

De um lado arma-se uma tática de aproximação com a mente de sertanejo, pois são os desejos de Fabiano que se projetam aqui. Mas, de outro, o modo condicional ou potencial (e não o simples futuro do presente) registra a dúvida com que a visão do narrador vai trabalhando o pensamento do vaqueiro (BOSI, 2003, p. 21).

Essa mudança identitária foi ainda expressa pelo próprio Fabiano que reconhece a si como um ser animalizado ao viver a vagar pela caatinga fugindo da seca, passando por fazendas sem vida, abandonadas pelos moradores também em fuga, experimentando aquele estado de miséria e de sofrimentos. São circunstâncias que afetam sua identidade, pois, conforme Bauman (2005), as decisões tomadas e as experiências e vivências humanas fazem com que a identidade se transforme. Fabiano vivia como um animal e se via como “um bicho” vencendo as dificuldades. O reconhecimento do sujeito como ser social varia de acordo com sua inserção social e cultural e suas condições econômicas. Ele não se sentia parte constituinte da sociedade, vivia separado dos outros homens, vendo-se e se reconhecendo como animal hábil que sobrevivia às adversidades.

A zoomorfização pode ser observada no sujeito que se comporta de forma animalesca, como agia Fabiano, que adotou atitudes semelhantes às dos animais, bebendo onde eles bebiam, cavando com as unhas como estes fazem, debruçando-se na terra e tomando grande quantidade de água. Saciada a sede, esse animal se sentiu feliz, traço de humanidade num espaço quente e seco. As dificuldades vividas por Fabiano para sobreviver à fome e à miséria fazem-no agir e se sentir como um sujeito inferior aos demais. E, assim, a personagem vai se zoomorfizando, pois a sociedade roubou-lhe os horizontes, conforme Lucas (1987). Ele se sente um “bicho” por vencer tantas dificuldades, por viver apartado de outros homens e por passar a maior parte da vida em contato com os animais, em geral, cuidando deles. Nesse sentido, são várias as situações em que Fabiano se comporta de forma zoomorfizada:

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse e, debruçando-se no chão, bebeu muito. Saciado caiu de papo para cima, olhando as estrelas que vinham nascendo. Uma, duas, três, quatro, havia muitas estrelas, havia mais de cinco estrelas no céu. O poente cobria-se de cirros – e uma alegria doida enchia o coração de Fabiano (RAMOS, 2012, p.15).

O narrador indica que a zoomorfização ocorre devido a pouca convivência social e a boa relação com os animais: “Vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais” (RAMOS, 2012, p. 18). Animais que poderiam ser tratados como parte do grupo, como o papagaio que sinhá Vitória levava na gaiola e que matara para alimentá-los, ou a cachorra Baleia que “era como uma pessoa da família” (RAMOS, 2012, p. 85). Os filhos do casal brincavam com Baleia não havendo diferenciação entre eles. Para onde a família se mudava, os animais iam junto.

Fabiano imaginava como seria o futuro de seus filhos tão animalizados, pois “os meninos eram uns brutos, como o pai. Quando crescessem, seriam pisados, maltratados por um soldado amarelo” (RAMOS, 2012, p.38). Assim, os mecanismos de transformação ou zoomorfização dos indivíduos numa sociedade estão relacionados ainda à opressão, à violência e à desigualdade social. Essas experiências podem ser percebidas, expressas e sentidas em situações de confrontos e de conflitos entre o sujeito e a sociedade na qual apenas formalmente está inserido, mas que, na realidade, o exclui.

A vida constante junto à natureza, a convivência contínua com os animais, as poucas relações sociais e interações com outros indivíduos, as penúrias, as violências e as perdas experimentadas produzem a zoomorfização, a perda de traços sociais e culturais, metamorfoseando os personagens em animais. A comunicação de Fabiano era carente, “o vocabulário dele era pequeno” e se atrapalhava em circunstâncias em que esta era requerida, como na relação com as autoridades e seus mandos: sempre “havia obedecido. Tinha muque e substância, mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia” (RAMOS, 1996, p.27). O sujeito sem instrução, sem conhecimentos maiores sobre a organização da sociedade, oprimido, acostuma-se a obedecer aos outros investidos de poder, que representam alguma autoridade, como os agentes do governo e os patrões. Mas, mesmo sendo ele analfabeto, tinha noção de que estava sendo roubado, como nas operações e nos momentos de divisão daquilo que fora produzido por suas mãos na fazenda, e dizia para si mesmo: “_ Ladroeira” (RAMOS, 2012, p. 95).

Ao tocar nesse tema, Ramos denunciou a realidade social vivida por muitos brasileiros, sobretudo na região nordeste, apresentando situações que deveriam ser corrigidas

pelo sistema político. Realidade observada tanto na época das grandes oligarquias, do coronelismo, como em outros períodos históricos opressores. O autor demonstra angústia em relação aos fatos apresentados em sua narrativa, fruto de forças políticas antagônicas, denunciando situações que deveriam ser solucionadas pelo governo, como a exploração, a opressão, a pauperização da população e a imensa desigualdade social. Numa realidade social dividida, desigual, os oprimidos sonham com uma vida melhor.

No contexto das relações de poder que permeavam aquela sociedade, o soldado amarelo era símbolo do poder do Estado e representava a incomunicabilidade entre o homem do campo e o governo. Respalado pelo poder simbólico da farda policial, humilha, oprime o homem do povo, trabalhador, representando as adversidades sociais e urbanas vivenciadas pelo homem do campo. A experiência do vaqueiro com o soldado amarelo expressa ainda sua pouca capacidade de lidar com a vida citadina, seu desconhecimento dos códigos que regem o espaço urbano e as relações que nele ocorrem. Assim, à medida que ele transita por esse universo e pensa sobre ele, questiona e problematiza sua forma de organização, seus mecanismos de controle social, como a força policial, que também oprime, agride e animaliza os seres humanos, sobretudo, o povo, os trabalhadores pobres.

Fabiano foi humilhado e oprimido pelo soldado amarelo, preso injustamente por se defender dos insultos e arrelias daquele. O soldado, agente da lei em serviço, jogava cartas, ato ilícito, e ganhara o único dinheiro que o vaqueiro possuía. Além disso, ainda o perseguia, provocando-o, arreliando, pisando suas alpercatas, e, por sua reação, um xingamento à mãe daquela autoridade, fora preso. Essa experiência marcou sua vida e permeava sua memória: lembrava-se do tempo que passara na prisão e da surra, levando-o a refletir sobre a figura do soldado amarelo como autoridade e representante do governo. Assim, expressou como percebia sua relação com o Estado e de seus agentes com o povo, os trabalhadores: como “um inimigo” e como “coisa mais grave, uma autoridade”, que o deixava em situação de “perigo”, pois “ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas” (RAMOS, 1996, 99-102). As lembranças o enraiveciam, faziam-no se sentir “um sujeito violento” e questionava a figura do agente do governo e seu trato com os trabalhadores:

Aquela coisa arriada e achacada metia as pessoas na cadeia, dava-lhes surra. Não entendia. Se fosse uma criatura de saúde e muque, estava certo. Enfim apanhar do governo não é desfeita, e Fabiano até sentiria orgulho ao recordar-se da aventura. Mas aquilo... Soltou uns grunhidos. Por que motivo o governo aproveitava gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder as pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos

trabalhadores e dar pancadas neles? Não iria. (RAMOS, 2012, p.105).

Ante o soldado, símbolo da opressão governamental do governo Vargas aos trabalhadores, pensava em se vingar da injustiça, pois a “ideia de ter sido insultado, preso, moído por uma criatura mofina era insuportável”. Ressentido e resistente se viu na eminência de matar o soldado, mas, pensando que aquilo o inutilizaria, curvou-se “ordeiro” àquele: “- Governo é governo” (RAMOS, 2012, p. 107). Disciplinado, dócil, ordeiro, respeitava o desprezível agente do Estado por ser uma autoridade, mostrando o reconhecimento do “poder” que o governo tem sobre o meio social, sua força que domestica, oprime e minimiza as resistências. A atitude de Fabiano de acato à autoridade representante do governo aponta que o Estado e seus aparelhos repressores se impõem ao social. Eles oprimem o indivíduo, restringem sua ação e vontade tornando seu poder reconhecido e internalizado a ponto de, num confronto direto, o vaqueiro preferir permanecer em silêncio, calar-se, para não receber outra punição, conforme estabelecido pela máquina do poder. Para Foucault, “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda engrenagens” (FOUCAULT, 2004, p.13).

Na disputa entre a autoridade do soldado, que humilha e prende, e a força rústica do sertanejo marginalizado, um “bicho”, sem moradia e trabalho fixos, o primeiro prevalece. Segundo Foucault (2012, p. 72, 136), na prisão o poder se manifesta em estado puro, em suas dimensões mais excessivas. Ela fabrica delinquentes, pois, sem delinquência não há necessidade da polícia, da presença e do controle do policial, que seria intolerável pela população sem o medo do delinquente, sendo essa figura, portanto, útil tanto no domínio econômico como no político. A prisão não resolve os problemas sociais e o encarcerado é humilhado e tratado como um bicho. A agressão física e mental ao preso faz com que ele se sinta inferior a outros seres humanos e se torne útil como mão-de-obra barata a ser explorada.

Assim, a vigilância dos agentes do Estado e a punição são formas de controle social, eles agem, em geral, com brutalidade e violência, pondo fim a autonomia dos indivíduos, produzindo dominação e sujeição dos indivíduos no interior do corpo social. A autoridade tem o poder de punir, de prender, de surrar, práticas de seus agentes, como os policiais, materializadas na figura do soldado amarelo, que tem a liberdade de disciplinar por meio de mecanismos coercitivos.

Dessa forma, de acordo com as nossas necessidades humanas, a identidade surge e se transformando, podendo ser preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas por meio das quais nos imaginamos ser vistos por outras pessoas que vivem próximas a nós mesmos.

Assim, à medida que a identidade vai se modificando com as mudanças da época e da vida, ou até mesmo com a desigualdade social, pode ocorrer uma crise identitária, como afirma Stuart Hall (2006):

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 1).

Hall (2006) explica que a formação da identidade ou transformação da mesma está relacionada à interação entre indivíduo e meio social, o que leva à consideração da influência cultural na expressão identitária. Com as mudanças que ocorrem no decorrer das épocas há uma variação cultural na sociedade e a questão da identidade torna-se mais crítica, podendo gerar crises individuais ou coletivas. Na instabilidade, o sujeito busca um ponto de referência para se firmar e afirmar como ser social e se adaptar às mudanças culturais.

Ao tratar da maneira como o indivíduo internaliza suas experiências vividas e como forma e muda sua identidade, Muszkat (1986) ressalta o papel das experiências:

Por meio da constante experimentação e transformação do mundo e das próprias necessidades, que vão se modificando a cada momento da vida, a complexa funcional identidade vai se configurando e se definindo. Essa experimentação é vivida primeiramente através do próprio corpo, que representa sempre uma “abertura” para o mundo, situando o Ser em relação a Si próprio e ao Outro, evoluindo para experiências que envolvem estruturas cognitivas cada vez mais especializadas (MUSZKAT, 1986, p. 28).

Ramos mostra que Fabiano se sentia um “bruto” e pensava o mesmo dos filhos que, como o pai, não haviam frequentado escola, não aprenderam nada advindo da educação escolar, daí seriam, futuramente, iguais a ele, humilhados e oprimidos por aqueles que possuíam ou representavam alguma “autoridade”, como o soldado amarelo e o patrão.

A opressão e a pauperização agem sobre os indivíduos produzindo um processo de perda de identidade e de sua mudança, principalmente, por meio da zoomorfização e da coisificação do ser humano. Experiências opressivas e desumanizadoras, associadas a outras como as adversidades meteorológicas e a falta de moradia, marcam profundamente a imagem e o sentimento que os indivíduos têm de si e, logo, a relação que estabelecem com outros indivíduos. O mando das oligarquias, as práticas coronelísticas de poder, a imensa desigualdade social, a situação econômica desfavorável, as experiências ligadas à busca pela

sobrevivência, como aquelas acerca da moradia, da alimentação, do cuidado com o corpo e a saúde, dos mecanismos de controle social, das formas de exclusão social, entre outras, são forças adversas e agressivas, produtoras de desumanização e de coisificação dos indivíduos, interferindo na formação e transformação de sua identidade, que é marcada pelas condições sociais e culturais nas quais os mesmos se encontram. Expondo a visão de uma sociedade dividida, desigual, de opressão e de sonhos de um amanhã melhor, o narrador apresenta o confronto no pensamento de Fabiano com sua esposa, ao dizer que sinhá Vitória

desejava possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira. Doidice. Não dizia nada para não contrariá-la, mas sabia que era doidice. Cambembes podiam ter luxo? E estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria fora, e eles ganhariam o mundo, sem rumo, nem teriam meio de conduzir os cacarecos. Viviam de trouxa arrumada, dormiriam bem debaixo do pau. (RAMOS, 2012, p.23).

A esposa de Fabiano sonhava com uma cama igual àquela de seu Tomás da roda de ralar, homem remediado e lido, “diferente” dos outros brancos, e que também fugira com a seca. Mas eles não tinham como possuir luxo algum, as condições financeiras não permitiam. Ainda que vivessem dias melhores sabiam que, ao chegar o novo período de grande estiagem, teriam que procurar outra fazenda para trabalhar e conseguir sustento, e não morrer de fome.

A passagem acerca do confronto entre uma cama macia e a baixa condição financeira expressa aquilo que R. Oliveira (2006) aponta acerca da relação do “Eu”, a consciência individual do ser humano, e sua capacidade de se autoavaliar como integrante de uma sociedade. Esse processo ocorre na oposição com o “outro”, o “diferente”, que era seu Tomás:

O Eu cria diferença básica para que toda experiência em processo seja subordinada. Esse senso reflexivo pode também envolver um senso de consistência e continuidade simplesmente porque a diferença básica persiste. A diferença básica entre Eu e tudo o mais pode ser dotada de sentidos diferentes, transmitindo culturalmente ou engendrados por experiências da história da vida individual (OLIVEIRA, R., 2006, p. 67).

O reconhecimento do indivíduo no processo identitário se encontra submetido à vida social e à reflexão que desenvolve em sua vida cotidiana. Fabiano, em sua atividade mental, ao refletir acerca do problema que o inquietava, da questão se era homem ou bicho, usou do aspecto da fala, do como falar como ponto importante para se localizar. “Via-se perfeitamente que um sujeito como ele não tinha nascido para falar certo” (RAMOS, 2012, p. 22). E se opunha à pessoa de seu Tomás, “que falava bem” e sabia ler, no jogo que expressa a relação do “eu” e do “outro”, do que assemelha, aproxima e do que difere, distancia.

Falar bem, ser letrado, ser cortês, pedir e não mandar são características que diferem aquele homem, seu Tomás, da maioria dos homens do sertão de mesma condição econômica que a sua e, sobretudo, daqueles em situação inferior. Logo, o povo não se identificava com ele e achava aquilo tudo uma “esquisitice”. A expressão de tal estranhamento, dada pela diferença na forma de ser, foi ainda mais reforçada ao continuar a oposição entre seu Tomás e outros homens de sua etnia. “Os outros brancos eram diferentes. O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão.” (RAMOS, 2012, p. 22).

À medida que o ser humano busca o reconhecimento de si próprio como ser social, que interage com outros seres, estabelece comparações e ligações afetivas. De início aquelas primárias, com a família, de afeto, de companheirismo, para depois alargá-las ao convívio com outros grupos e tecer uma rede de sociabilidades na qual se reconhece como ser integrante da sociedade. Sinhá Vitória, na caminhada causticante pela Caatinga, com o espírito atribulado com a doença do filho mais novo, o fim do resto de farinha e sem sequer ouvir berro de rês perdida, rememorava antigas relações que lhe dava, sem ter consciência disso, sentimento de pertencimento à sociedade. Fragmentos de lembranças faiscavam em sua memória das relações que a prendiam a outras pessoas, a coletividade: “pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão.” (RAMOS, 2012, p.11).

2.2.2 A Desterritorialização

Se as lembranças permitem à personagem Sinhá Vitória certo ancorar num contexto social e espacial, a desterritorialização opera em sentido oposto, desequilibrando os sujeitos e causando estranhamentos. Ao narrar o drama da família de retirantes, obrigada a se mudar constantemente de uma terra para outra para sobreviver, Ramos expõe a aridez do espaço, a fragilidade dos laços sociais, as relações opressoras de poder e suas consequências para os sertanejos, vitimados, ainda, pela extrema desigualdade social e pela miséria. Nesse contexto, as personagens são obrigadas a se mudar de tempos em tempos para áreas menos castigadas pelas adversidades climáticas.

Desde o começo do século XX, uma das questões discutidas pela sociedade brasileira foi a manutenção do monopólio da terra, acompanhada de rígido enquadramento político das populações rurais, a despeito da não conquista autônoma e estável do campesinato, que era drasticamente confrontado pela oposição entre a sociedade agrária e a sociedade industrial. O poder verticalizado e as relações sociais com os Estados e com o coronel “feudaliza” o

campesinato, tornando-o dependente da política de clientela sob condições de lealdade e conformidade absoluta ao lhe delegar o usufruto parcial da terra. Nas zonas rurais pobres, diante da penúria geral, amplas camadas se acomodavam às precárias condições de existência. Essa situação do pacto oligárquico desembocou na dita Revolução de 1930 e resultou na necessidade de reajustamento das camadas urbanas em expansão e dos grupos regionais excluídos, alijados da máquina oligárquica e do jogo político. O programa do Clube tenentista 3 de Outubro, por exemplo, para reconstrução política e social do Brasil, possuía propostas de reformulação da ordem social, que abarcavam a moralização da atividade política e das funções administrativas: a *racionalização* da economia, adotando planos de produção e desenvolvimento econômicos, impostos progressivos sobre a renda e outras medidas. Ele buscava limitar os latifúndios e estimular a formação e a manutenção da pequena propriedade rural, transferindo lotes, terras cultiváveis aos trabalhadores agrícolas, auxiliando-os a formarem, em terra própria, a concretização de um modesto patrimônio para sua prosperidade e bem-estar, cabendo ao Estado o papel de redistribuição da propriedade para estimular o uso social de terras devolutas ou ilegalmente ocupadas e usufruídas. Visava também o aproveitamento de terras em regiões sujeitas a crises climáticas, fixando o homem a seu *habitat*, como nas secas que assolavam o Nordeste, no ano de 1932 (CAMARGO, 2004).

No programa, o proletariado agrícola, categoria à parte no campo, seria beneficiado pela legislação trabalhista que deveria ser estendida aos trabalhadores rurais, amparados quando desempregados em núcleos coloniais que assegurassem sua sobrevivência. Mesmo nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1933/34, a hostilidade dos tenentes contra as oligarquias permanece, inclusive visando estimular a educação de base, incentivando a alfabetização popular para enfraquecer as bases de sustentação oligárquica (CAMARGO, 2004). Assim, naquele momento a questão das oligarquias era vista como problema, como a questão da terra e da educação, aspectos presentes no texto de Ramos.

Os retirantes, como o próprio nome indica, são alijados da possibilidade de continuarem a viver no espaço que ocupavam, sendo obrigados a se retirarem para outros lugares, em busca de fazendas menos castigadas pela seca. Uma das implicações dessa vida nômade dos sertanejos em retirada é a fragmentação temporal e espacial. Ramos captou essa fragmentação na estrutura de *Vidas secas* ao utilizar um método de composição que rompia com a linearidade temporal costumeira nos romances do século XIX.

Costa (2007, p. 30) define a desterritorialização como a perda de um espaço territorial, no qual o indivíduo ou o grupo social, inserido num lugar, é obrigado a se retirar de sua terra, de seu “pedaço de chão”, buscando novas formas de sobrevivência, de vencer a fome, a

miséria, a opressão e a violência. A perda de seu único “pedacinho de chão” faz com que Fabiano e sua família se retirem do lugar onde viviam, em decorrência da pauperização, na tentativa de sobreviverem às adversidades meteorológicas do sertão nordestino. Nessas circunstâncias precisam migrar de um lugar para outro, o que acarreta uma desculturalização e a perda identitária, pois esses indivíduos são forçados a deixarem o lugar em que nasceram, sua cultura e tradições ligadas ao território e ao aparato linguístico que lhes foi transmitido por outras gerações, na busca pela sobrevivência.

O poder advindo do território está ligado e caracterizado pela cultura nele edificada em dada sociedade e transmitida às novas gerações. Para Rama (2008, p. 78), “Uma tradição não é uma ideia nem um sistema, mas um complexo de sugestões espirituais que representam o homem e seu destino inserido numa situação geográfica, cultural, social”. A cultura resulta da prática social, sendo formada por discursos, atitudes, valores, comportamentos, sonhos, expectativas inerentes a um período histórico, um sistema linguístico que exprime a época, e a um imaginário no qual a sociedade, de maneira simbólica, constrói imagens de si.

Desse modo, percebemos a cultura como uma construção simbólica expressa por meio das diversas linguagens de uma determinada sociedade. Contudo, o processo da desterritorialização tem como marca a desilusão dos “sonhos”, como afirma Berman (2007, p. 17): “Eu não sei, a cada dia, o que vou amar no dia seguinte”. Sonha, em desespero, com algo sólido a que se apegar, mas vê apenas fantasmas que rondam seus olhos e desaparecem assim que os tenta agarrar. Assim, Fabiano e sua família bem representam essa situação referida por Berman (2007) e outros autores, como Deleuze e Gattari (2008), que tratam de perda do território, tanto por vítimas de adversidades naturais, climáticas, quanto das opressões e explorações humanas. Primeiramente, fugindo da seca e de seus desastres, Fabiano e sua família se mudaram da terra onde moravam e estavam caminhando pelo sertão como “fugitivos” atormentados por desgraças, pavores e receios de perder até a esperança que os alentava. Encontraram a tapera, abandonada por outros moradores que também tinham fugido, expulsos pela seca. Chegaram ali morrendo de fome, comendo raízes, e se apropriaram da terra e morada. Imaginava uma “ressurreição” e “satisfeito” pensava que ali “eram todos felizes”, que a saúde voltaria com a caatinga verde (RAMOS, 2012, p. 15-6). O pai se sentia, enfim, “um homem”: “Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocado como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. [...] Ele sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra.” (RAMOS, 2012, p. 19).

Mas, em estado de alerta, questionava a durabilidade da nova condição, e, desiludido, via-se como eterno desterrado, ser sem ter onde se fixar, pois “plantado em terra alheia”,

sendo um “hospede” que ali estava “de passagem”, tinha a “sina” de “correr mundo [...] como judeu errante”, como “vagabundo” (RAMOS, 2012, p. 19). Por entre projeções e ilusões, desenganos e desilusões, pensava na educação dos filhos e, em horas de loucuras, desejava ser como seu Tomás, que falava bem, lia livros e jornais, era cortês e não sabia mandar, pedia. Pensava nos sonhos da esposa de possuir uma cama igual à de seu Tomás. Mas a desilusão e o estado de constante alerta o acompanhavam, pois, “estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria fora, e eles ganhariam o mundo, sem rumo”. Considerava que “sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera” e, mesmo antes disso, “sucederia o mesmo” (RAMOS, 2012, p. 23). Via-se, por suas experiências e por aquelas de tantos outros sertanejos, como um desterrado. Ficava feliz em “criar raízes”, em estar “plantado” na moradia de que se apropriara, de possuir um lugar para trabalhar e garantir a vida, mas mantinha-se alerta e era tomado pela desilusão, por saber da transitoriedade de sua situação, da eminência de nova perda daquela terra e do que ela lhe proporcionava. Perder a terra, as condições de trabalhar, a moradia, o alimento, a saúde, além da possibilidade de perder a vida, eram experiências das quais não se podia desligar. Sua memória estava repleta delas. Sem a terra, sem estar plantado, sem ter raízes, era “vagabundo”, “judeu errante”, era ser “bicho”, “tatu”, “cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia” (RAMOS, 2012, p. 24).

A voz narrativa também aponta as relações de exploração do homem pelo homem como fator de desterro ao mencionar o sistema de trabalho pautado na “partilha” da produção. O vaqueiro recebia por seu trabalho, na partilha, a quarta parte dos bezerros e dos cabritos. Pagamento este que Fabiano via como injusto, pois “como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito” (RAMOS, 2012, p. 92). Sentia-se roubado, entretanto, tinha medo de se confrontar com o patrão e ser expulso da fazenda, e afirmava: “Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa” (RAMOS, 2012, p. 94). Refletindo sobre as relações de exploração e de dependência no trabalho, geradas pelo capital, Bosi (2003) afirma: “Mas o trabalho que ele explora tem mãe, tem pai, tem mulher e filhos, tem língua e costumes, tem música e religião. Tem uma fisionomia humana que dura enquanto pode.” (BOSI, 2003, p. 19).

Imerso em relações de dependência o sertanejo sentia-se explorado não apenas pelo patrão, pelo dono da terra. O mesmo se dava em relação à administração pública, como a prefeitura que lhe cobrava impostos para vender na cidade o que produzia no campo, assim como multas ao vendedor. Ao vender pedaços de porco na cidade “o cobrador da prefeitura

chegara com o recibo e atrapalhara-o”, explicando que, “para vender o porco, devia pagar imposto” (RAMOS, 2012, p. 94). Mas, mesmo não compreendendo o que era imposto, sentindo-se roubado, e indo vender a carne noutra rua, escondido, Fabiano terminou “atracado pelo cobrador”, gemendo no imposto e na multa. Cobia baixar “a crista. Se não baixasse desocuparia a terra”. Lembrando as marchas penosas, resignou-se: “Tinha obrigação de trabalhar para os outros”, como seus antepassados, e, “como um cachorro, só recebia ossos”, os quais “os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte” (RAMOS, 2012, p. 96).

Vivendo nessa situação de exploração, Fabiano, sem ensino escolar, tinha medo das palavras difíceis usadas por aqueles que o extorquiam e sabia que essas palavras “só serviam para encobrir ladroeiras” (RAMOS, 2012, p. 96). Por não compreender as palavras, não gostava de estar no meio do povo, que sempre “esfolavam-no” (RAMOS, 2012, p. 97), tomando suas coisas. Ele desejava aprender as palavras para “ter recurso para se defender” (RAMOS, 2012, p. 98) dos outros, como instrumento de comunicação.

Se a identidade e a diferença marcam as operações de incluir e de excluir os indivíduos em algum grupo, Fabiano se sentia “um bicho” também na cidade, ou seja, via-se como excluído do povo urbano, não pertencente àquela realidade. Na Caatinga, em tempo de seca, lugar de pouca gente, que ele conhecia com maior profundidade, também se sentia um bicho por se aproximar dos animais que lá encontrava e por subsistir a todas as dificuldades, indicando seu pertencimento ao sertão e ao mundo animal. Assim, demarca as fronteiras e a separação dos mundos, dos dois espaços, a inclusão ou marginalização na sociedade. Estar à margem da sociedade nordestina na Caatinga é não estar ligado a uma terra que garanta o sustento da vida, mesmo que não seja sua, é viver se mudando de um lugar para outro.

2.2.3 Os espaços das vidas secas

Na narrativa, Ramos apresenta o espaço no qual transcorre sua trama, a região Nordeste, como bastante sofrida e castigada pelas adversidades naturais e pelas condições sociais de exploração do trabalhador e pela enorme desigualdade. Mas, como já dito, o Nordeste, como recorte regional do Brasil, como espaço com identidade regional, nem sempre existiu, sendo uma construção cultural do século XX. A região era conhecida como Norte até, aproximadamente, a primeira década do século XX. A designação só surgiu muito recentemente, na década de 1910. De acordo com Albuquerque, “antes, a divisão regional do Brasil se fazia apenas entre o Norte, que abrangia todo o atual Nordeste e toda a atual Amazônia e o Sul que abarcava toda a parte do Brasil que ficava abaixo o Estado da Bahia”

(ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 90). Foi por meio de ações da elite do próprio Nordeste que a região foi dividida e nomeada. A “criação da ideia de Nordeste e, conseqüentemente, da idéia de ser nordestino, surgiram nesta própria área, foram produzidas pelas elites e pelos letrados deste próprio espaço, não foi uma criação feita de fora, por membros das elites de regiões” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 90).

Nessa construção do Nordeste, alguns aspectos foram mobilizados para lhe dar identidade, como os falares regionais, o analfabetismo da camada menos favorecida, as músicas populares e a condição de ficar para trás no processo de desenvolvimento intelectual e cultural do país. Outros aspectos que marcam a identidade dos nordestinos são a seca, o coronelismo, o cangaço e o messianismo. Esses reforçam a mitologia em torno do espaço nordestino e de seus habitantes, reduzidos, muitas vezes, a figuras emblemáticas dos retirantes, dos flagelados, do beato, do cangaceiro, do sertanejo, aspectos que, somados, ilustram uma dada forma de ver a região. Diante disso, podemos pensar na forma como a identidade nordestina “foi pensada e construída desde o início do século XX e uma forma de compreendermos os estereótipos que circulam nacionalmente em torno do nordestino” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 119-122).

Em *Vidas secas*, a família de retirantes nordestinos sofre as penúrias de um deslocamento pelo espaço, pelo sertão marcado pela seca, o qual é assim descrito:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes caminhavam o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala (RAMOS, 2012, p. 9).

A maneira como o narrador apresenta o sertão, a Caatinga, e a forma como as personagens vão caminhando por esse espaço transmitem a aridez do ambiente, a vegetação seca, a temperatura elevada pelo sol que queima a pele dos retirantes, que, após longa jornada, estavam à procura dos juazeiros e de suas sombras para descansarem, para um repouso. Ainda remetendo ao espaço, o narrador descreve: “A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos” (RAMOS, 2012, p. 9-10). A Caatinga é a região mais agredida pela seca nordestina, pelo clima quente e seco que maltrata a vegetação, os animais e os moradores daquele espaço. Com a vegetação seca, os animais não aguentam e morrem aos

poucos de sede e de fome, os homens batem em retirada, perdendo seus poucos bens materiais e vidas humanas.

As forças políticas que atuaram na revolução de 1930 lutavam por reformas sociais e pelo alijamento do aparato oligárquico do jogo político e, em *Vidas secas*, as personagens caminham pela Caatinga em busca de novas condições de vida. Esse processo de anseio pela transformação política e social é discutido pela narrativa de *Vidas secas*, ao passo em que ela apresenta personagens despossuídas de suas terras, desterritorializadas, em busca de outro lugar e alguma dignidade. Mas, ao encontrarem lugar para temporariamente se fixarem, também lhes ocorre a exploração pelo dono da fazenda: “E o patrão era seco também, arreliado, exigente e ladrão, espinhoso como um pé de mandacaru” (RAMOS, 2012, p. 24) ou “na hora das contas davam-lhe uma ninharia” (RAMOS, 2012, p. 95).

Em tal contexto e espaço as práticas sociais do mandonismo, da humilhação e da opressão realizadas pelos proprietários de terra, pelos “patrões”, em relação a seus trabalhadores eram frequentes. O exercício exacerbado da autoridade patronal e a violência simbólica a ela atribuída não possuíam limites e controles, coisificando o trabalhador. Nada regulava tais relações senão a vontade do proprietário, por isso, o trato era desumano:

O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida?

Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste, seria despedido quando menos esperasse. (RAMOS, 2012, p. 23).

Num espaço de relações humanas coisificadas, a voz narrativa apresenta outros aspectos que o compõem, além da natureza seca. O espaço é composto por fazendas mortas, abandonadas, currais e chiqueiros desertos, sem gado, casa de vaqueiro fechada, uma “tapera”. Depois de experimentarem a vida em descampados, dormindo em leito de rio e debaixo de arbustos, encontrar casa, quarto, era um alento, ainda que o aposento fosse escuro, ao ponto de parecer uma toca de ratos. Já no período das chuvas, a casa foi assim descrita: “as varas estavam bem amarradas com cipós nos esteios de aroeira. O arcabouço da casa resistiria à fúria das águas” (RAMOS, 2012, p. 66). Mesmo que a casa fosse construída com materiais primários, como varas e cipós, oferecia alguma condição de moradia e dava proteção ante às intempéries.

Segundo Borges Filho (2009, p. 169), “o ser humano relaciona com o espaço circundante através de seus sentidos. Cada um deles estabelece relação de distância/proximidade com o espaço”. O homem percebe o espaço por meio da audição, do paladar, do olfato, do tato e da visão. As personagens divisavam o espaço pelo olfato e tato: “chape-chape. Os três pares de alpercatas batiam na lama rachada, seca e branca por cima, preta e mole por baixo. A lama da beira do rio, calcada pelas alpercatas, balançava” (RAMOS, 2012, p. 18). Conforme Borges Filho (2009, p. 180), através do tato, a personagem pode receber um número enorme de informações sobre o espaço e os objetos que o ocupam.

Fabiano percebia o lugar também por meio da visão: “Fabiano espiava a Caatinga amarela, onde as folhas secas se pulverizavam trituradas pelos redemoinhos, e os garranchos se torciam negros, torrados. No céu azul, as últimas arribações tinham desaparecido” (RAMOS, 2012, p. 117). Tanto pelo tato, como pela visão, a Caatinga é descrita de forma a revelar o clima seco e quente do Nordeste, ambiente hostil. São planícies avermelhadas, manchas de juazeiros, galhos pelados, caatinga rala, ossadas, círculos de urubus, bichos moribundos, rios secos, propriedades mortas, desertas, abandonadas que vão compondo a ocupação do espaço narrado.

Ao se deslocar no espaço do sertão, Fabiano sonhava com a conquista da dignidade e com a possibilidade de ser visto e respeitado por outras pessoas como um homem e não como bicho, como as condições naturais e relações sociais o faziam se sentir. Ele desejava conhecer outros lugares, espaços e pessoas, principalmente importantes, letradas, sair daquela situação, andar de cabeça erguida. Para isso, precisava mudar a situação de sujeito sem moradia, vencer a fome e a pobreza. Portanto, sonhava com a chuva que traria vida melhor e mudaria o espaço:

A lua estava cercada de um alo cor de leite. Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos brincavam no chiqueiro das cabras, sinha Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. (RAMOS, 2012, p. 15)

O grupo familiar sonhava com a chuva, com a “ressurreição” de tudo ali, com os meninos gordos, saudáveis, Sinhá Vitória usando saias de ramagens, o curral cheio de vacas. Saias de ramagens que remetem ao anseio de vida mais colorida e alegre, ao contrário do sofrimento que estavam vivendo. Por outro lado, a narrativa também constrói os espaços interiores das personagens em oposição e em diálogo com o espaço externo. Espaço interior

como “espaço feliz”, contrário ao exterior, de forças adversas e agressivas, onde as oposições se encontram e se constrói a consciência de tal ambivalência. Espaços amados, de fuga da realidade externa, hostil e opressora; que busca desconsiderá-la, superá-la ou esquecer os problemas que a constitui; defender-se do adverso e da agressão, como esclarece Bachelard (2008, p. 30). Espaços de intimidade e de felicidade, espaços amados, espaços de posse e proibidos ao adverso, que contêm valores humanos associados ao íntimo e à proteção, que permitem o aconchego, o bem-estar do indivíduo, como nossa casa. As imagens de tais espaços revelam a topografia do nosso espaço interior.

Seguindo essa ideia de felicidade por meio do devaneio, a esposa do vaqueiro também passava horas sonhando com uma vida mais confortável, estável e segura, com cama macia, igual àquela de seu vizinho: “Sinha Vitória desejava uma cama real, de couro e sucupira, igual à do seu Tomás da Bolandeira” (RAMOS, 2012, p. 46). Ela desejava algum conforto, imaginava cama macia com lastro de couro, como possuíam outras pessoas, para descansar o corpo e recompor-se. Ela não gostava da vida de penúria que levava, sonhava com outra realidade, dormir em cama macia, o que significa a fuga daquela opressão e ambiente hostil. Na fazenda em que se instalaram se consideravam “quase felizes”, se não fosse a falta da cama. E isso aperreava a mulher, que pensava e repensava a vida. As novas condições de existência apagaram as memórias do sofrimento; esquecia “a vida antiga, era como se tivesse nascido depois que chegara à fazenda” (RAMOS, 2012, p. 43). Assim, opunha a realidade da casa que agora habitava e de tudo que ali possuía, àquela anterior, que sempre poderia retornar, num movimento ambivalente entre presente, passado e futuro. “Tudo ali era estável, seguro”, dava “sensação de firmeza e repouso”, questionava se teria de passar a vida inteira dormindo em varas. Isso a incomodava: “Bamba, moída de trabalhos, deitar-se-ia em pregos.” Se viera “um começo de prosperidade” e todos “eram quase felizes”, apenas “faltava uma cama”, pensava (RAMOS, 2012, p. 44).

Para Bachelard (2008, p. 44), “a fenomenologia do devaneio pode deslindar o complexo de memória e imaginação”. O devaneio faz com que o sujeito viva momentos felizes, fuja da realidade que o oprime, e nele consiga ser feliz. O devaneio é vital para as personagens, pois é meio de fuga da realidade imediata, hostil, adversa e opressora. Para Fabiano, sonhar com uma fazenda e se fixar nela com sua família, ser reconhecido como vaqueiro, era uma forma de vencer o sofrimento gerado pela desterritorialização. Para Sinhá Vitória, o desejo de uma cama macia para dormir também é uma forma de sonhar com o conforto, com o aconchego que ela e sua família não tinham; ela projetava um amanhã diferente.

Retornado ainda aos espaços exteriores, o narrador se remete àquele das procissões e feiras ocorridas na cidade. Tratando de tais costumes e práticas culturais, o narrador aborda a experiência da família ao ir à cidade, à igreja e à festa na praça, além daquela do vaqueiro na feira, expressando seu sentimento de estranhamento em relação ao espaço citadino: “Difícil mover-se. Lentamente conseguiu abrir caminho no povaréu, esgueirou-se até a pia de água-benta, onde se deteve receoso de perder de vista a mulher e os filhos” (RAMOS, 2012, p. 75). Fabiano se sentia estranho entre a multidão, tendo medo de perder a família, pois viviam nas fazendas, quase não tendo contato com outras pessoas, não dominando, portanto, o espaço urbano.

Se, conforme Proença Filho (1992, p. 54), o espaço na narrativa possibilita ao leitor conhecer o lugar onde vivem e por onde se deslocam as personagens, chamado meio, no texto de Ramos este meio é delimitado pela fazenda, pela cidade e pelas poucas léguas entre uma e outra. As três léguas entre a fazenda e a cidade separavam dois mundos e, o último, era desconhecido por alguns da família, como os meninos, e perigoso para Fabiano. Ir até ele, em ocasião de festa, requeria vestimentas próprias, inusitadas no cotidiano do grupo, o que era motivo de desconfortos, mas usadas para não “arriscar a prejudicar a tradição”, ou seja, a cultura do lugar, pensada conforme Laraia (2009), como os costumes e os hábitos adquiridos pelos indivíduos como membros de dada sociedade. Presos nos fios tênues da cultura (GEERTZ, 1989), que lhes garantia certa humanidade e expressava um pertencimento a uma coletividade, ao atravessarem uma pinguela e alcançarem a rua, Fabiano e os meninos caminhavam espiando os lampiões,

sentiam medo, e por isso pisavam devagar, receando chamar a atenção das outras pessoas. Supunham que existiam mundo diferentes da fazenda, mundos maravilhosos na serra azulada. Aquilo, porém, era esquisito. Como podia haver tantas casas e tanta gente? Com certeza os homens iriam brigar. Seria que o povo ali era brabo e não consentia que eles andassem entre as barracas? [...] os pequenos retraíam-se, encostavam-se às paredes, meios encandeados, os ouvidos cheios de rumores estranhos. (RAMOS, 2012, p. 72, 73-4).

Medo, esquisitice e estranhamento marcavam a experiência no espaço urbano e sua percepção. Ao entrarem no espaço do sagrado, na igreja, sentimentos semelhantes lhes acompanhavam. “Os meninos também se espantavam. No mundo, subitamente alargado” (RAMOS, 2012, p. 74). Viam os pais menores que as figuras apresentadas nos altares. As luzes da cidade e os cantos os deixavam extasiados. Fabiano, por sua vez, ficava em silêncio, sentia-se constrangido na roupa nova e apertado pela multidão que o embaraçava.

Rememorava a surra, a prisão, o soldado amarelo; “era como se as mãos e os braços da multidão fossem agarrá-lo, subjugá-lo, espremê-lo num canto de parede. [...] sentia-se rodeado de inimigos, temia envolver-se em questões e acabar mal a noite” (RAMOS, 2012, p. 75). Na cidade, por ele associada ao mal, era difícil mover-se, era como estar amarrado. Suas vivências e memórias do e no espaço citadino não eram boas:

Os caixeiros, os comerciantes e o proprietário tiravam-lhe o couro, e os que não tinham negócios com ele riam vendo-o passar nas ruas, tropeçando. Por isso desviava daqueles viventes. Sabia que a roupa nova [...] o tornavam ridículo [...] Estava convencido que todos os habitantes da cidade eram ruins. (RAMOS, 2012, p. 76).

Ao saírem da igreja, desceram os degraus por entre “encontrões” e foram se distrair vendo os cavalinhos rodarem montados na praça. Encaminharam-se às barracas de jogo e depois Fabiano foi beber cachaça numa tolda, começando a insultar os homens ali presentes, refletindo sobre a identificação desses com os animais, ao considerar que “os matutos como ele não passavam de cachorros” (RAMOS, 2012, p. 81). Sinhá Vitória, por sua vez, via o formigueiro humano que circulava na praça, a mesa de leilão, as listas luminosas dos foguetes, chegando mesmo a considerar que “Realmente a vida não era má. [...] O burburinho da multidão era doce” (RAMOS, 2012, p. 82). Os meninos continuavam a conhecer esse mundo novo, “pasmados” com “tantas maravilhas juntas” (RAMOS, 2012, p. 84) e pensando que aquelas coisas tinham nomes e as admiravam, falando baixo.

Assim, o espaço citadino era concebido e percebido de modo diferenciado por cada um dos membros do grupo. Para Fabiano, com as marcas de suas experiências anteriores ali, presentes em sua memória, era lugar do mal, de inimigos, de perigos e ameaças. Para Sinhá Vitória a possibilidade de uma vida boa, propiciando uma sensação agradável. Para os meninos, era lugar de um mundo novo, desconhecido, de admiração, mas também de estranhamento e medo ante às novidades, de maravilhamento e êxtase. Sobre isso, Barbieri (2009), refletindo sobre o espaço físico da narrativa, pondera que:

O espaço na narrativa, muito além de caracterizar os aspectos físico-geográficos, registrar os dados culturais específicos, descrever os costumes e individualizar os tipos humanos necessários à produção do efeito de verossimilhança literária, cria também uma cartografia simbólica, em que se cruzam o imaginário, a história, a subjetividade e a interpretação (BARBIERE, 2009, p. 105).

Nos espaços em que a narrativa se desenvolve inserem-se os dados culturais e os costumes sociais da região. Sendo assim, “O espaço está intimamente ligado à ação, aos

personagens, ao enredo, ao tempo e à perspectiva narrativa” (BARBIERE, 2009, p. 108). O espaço de uma determinada obra está sempre contextualizado em relação à categoria narrativa, dando ao leitor o sentimento de verossimilhança necessário à identificação e à compreensão do texto.

Nesse sentido, a experiência da exploração social dos homens faz parte, de modo marcante, das práticas dos proprietários de terra da região que a fazem produzir por meio da exploração, que é apresentada inserida no espaço territorial do sertão. Santos (2007) considera que a ideia de explorar deixa como herança social a prática de distribuir no espaço, de forma desigual, a economia entre os homens. Explorar é tirar proveito de algo ou de alguém, é abusar de alguém para viver à custa dele. Diante disso, o desnível social representado na obra é bastante esclarecedor sobre tal experiência. O indivíduo explorado ao extremo se percebe como um ser que perdeu sua humanidade, sua dignidade, vivendo à semelhança da vida animal, buscando sobreviver com o que encontra pelo caminho.

Por outro lado, o espaço do sertão não é apenas descrito como seco, morto, abandonado, associado ao tempo da estiagem, ele também é verde, refletindo vida, felicidade. Nesse tempo, do inverno, a família resgatava sua identidade como seres humanos e sociais, vivendo satisfeita; eles se reuniam em torno do fogo de uma trempe de pedras, dormiam, conversavam, ainda que com sua linguagem própria marcada por frases soltas, repetições, incongruências, interjeições guturais, além de ouvirem histórias do pai que tinha bom humor e pensava no futuro sem o perigo da seca. Segundo o narrador, “estava um frio medonho, as goteiras pingavam lá fora, o vento sacudia os ramos das catingueiras, e o barulho do rio era como um trovão distante”. Na região nordestina, há também tempos chuvosos, e, assim, “não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizara a família durante meses” (RAMOS, 2012, p. 64-5). A chuva no sertão mudava o cenário e o espaço antes marcado pela seca:

A ventania arrancara sucupiras e imburanas, houvera relâmpagos em demasia – e sinha Vitória se escondera na camarinha com os filhos, tapando as orelhas, enrolando se nas cobertas. Mas aquela brutalidade findara de chofre, a chuva caíra, a cabeça da cheia aparecera arrastando troncos e animais mortos. A água tinha subido, alcançado a ladeira, estava com vontade de chegar os juazeiros do fim do pátio. Sinha Vitória andava amedrontada. Seria possível que a água topasse os juazeiros? Se isto acontecesse, a casa seria invadida, os moradores teriam que subir ao morro, viver uns dias no morro como preás (RAMOS, 2012, p. 65-6).

A chuva chegava forte, com ventanias e barulhos de trovões, mas Fabiano se sentia feliz, pois os animais, “iriam engordar com o pasto novo, dar crias. O pasto cresceria no campo, as árvores se enfeitariam, o gado se multiplicaria. Engordariam todos, ele, Fabiano, a

mulher, os dois filhos e a cachorra Baleia” (RAMOS, 2012, p. 67). A chuva trazia mais vida aos animais e Fabiano e sua família teriam mais tempo vivendo na fazenda. Nesse período, a família tinha comida e podia sonhar com uma vida melhor, com cheiros e sabores, possuindo alimentos, mantas de carne, sal, animais, aves, “quintalzinho” com flores e ervas curativas. Naquele momento, “comiam, engordavam”, tudo ali parecia estável, seguro, e o pai “roncava com segurança” (RAMOS, 2012, p. 46).

No inverno, o espaço do sertão mudava e com ele o humor e a estima de seus habitantes. As enchentes e inundações cresciam, matavam bichos, ocupavam grotas e várzeas, além dos trovões, relâmpagos e ventanias que arrancavam árvores. A água do rio subia no leito, transbordava, subia a ladeira, e dele ouvia-se o barulho. A lagoa enchia, cobria currais, barreiro. Era momento de otimismo, de contar façanhas, de esfregar as mãos de contentamento. As vacas engordavam, abrigavam-se junto à parede da casa, davam crias, o gado se multiplicava, os chocalhos batiam, as goteiras pingavam, os sapos cantavam e “causavam estranheza. Tudo mudado.” (RAMOS, 2012, p. 65-7, 69).

A chuva e a Caatinga verde eram favoráveis à sobrevivência de Fabiano e de sua família. A respeito dessa questão do espaço no qual o sujeito está inserido, Foucault (2006) pondera que:

Não vivemos num espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também, povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço de limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou o cristal (FOUCAULT, 2006, p. 413).

Se, assim, podem ser os espaços exteriores de nossa vivência, também o podem ser os espaços interiores, cheios de qualidades, de sentimentos, de emoções e mesmo povoados de fantasmas, de medos, frustrações e angústias. Fabiano e Sinhá Vitória, no tempo da chuva e de certa fartura, viviam atormentados com o medo da chegada do período da seca que poderia levá-los a se deslocarem novamente, a tomarem os caminhos do sertão afora, sem rumo. A leitura realizada pelos personagens dos sinais que marcavam o espaço do sertão era causa de preocupação:

O MULUNGU do bebedouro cobria-se de arribações. Mau sinal. Provavelmente o sertão ia pegar fogo. Vinham em bandos, arranchavam-se

nas árvores da beira do rio, descansavam, bebiam e, como em redor não havia comida, seguiam viagem para o sul. O casal agoniado sonhava desgraças. O sol chupava os poços, e aquelas excomungadas levavam o resto da água, queriam matar o gado. (RAMOS, 2012, p. 108, grifo do autor).

Se as aves de arribação anunciavam o mau tempo, a volta da seca no sertão, conforme a cultura sertaneja, uma nova fuga seria inevitável. Desse modo, o narrador apresenta o tormento e o desespero que a leitura dos sinais pelo sertanejo trazia:

A VIDA na fazenda se tornara difícil. Sinhá Vitória benzia-se tremendo, manejava o rosário, mexia os beiços rezando rezas desesperadas. Encolhido no banco do copiar, Fabiano espiava a catinga amarela, onde as folhas secas se pulverizavam, trituradas pelos redemoinhos, e os garranchos se torciam, negros, torrados. No céu azul as últimas arribações tinham desaparecido. Pouco a pouco os bichos se finavam, devorados pelo carrapato. E Fabiano resistia, pedindo a Deus um milagre. (RAMOS, 2012, p. 116, grifo do autor).

Fabiano, atento aos indícios, observava a Caatinga temendo ser preciso se retirar da fazenda e se embrenhar pelo sertão novamente. Os animais morriam e a vegetação secava. O período da grande estiagem havia chegado, assomado à dívida contraída com o patrão, que era enorme. Nesse contexto, a fuga era imperiosa.

Mas quando a fazenda se despovoou, viu que tudo estava perdido, combinou a viagem com a mulher, matou o bezerro morrinhento que possuíam, salgou a carne, largou-se com a família, sem despedir do amo. Não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava jogar-se ao mundo, como negro fugido. [...] Saíram de madrugada. (RAMOS, 2012, p. 116).

Ante a nova empreitada, a dúvida assolava Fabiano. A incerteza acerca da decisão de partir em fuga o atordoava:

Arrastara-se até ali na incerteza de que aquilo fosse realmente mudança. Retardara-se e repreendera os meninos, que se adiantavam, aconselhara-os a poupar forças. A verdade é que não queria afastar-se da fazenda. A viagem parecia-lhe sem jeito, adiara-a, tornara a prepará-la, e só se resolvera a partir quando estava definitivamente perdido. Podia continuar a viver num cemitério? Nada o prendia àquela terra dura, acharia lugar menos seco para enterrar-se. (RAMOS, 2012, p. 117).

Se, no devaneio, em oposição à realidade imediata vivida, é comum se elaborar uma nova realidade a ser construída e desfrutada no futuro, Fabiano também elaborava seus projetos, andando para o sul, metido naquele sonho:

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira. (RAMOS, 2012, p. 127).

Dessa forma, percebemos o sonho do migrante nordestino em chegar ao sul, pensado de maneira idealizada, e conquistar uma nova vida, com emprego, escola, mais chances de sobrevivência. Ele e a família pensavam que poderiam chegar a uma terra desconhecida e civilizada e o sertão continuaria a mandar gente para lá, em busca de emprego, de moradia de nova vida. E a voz narrativa termina apresentando o sonho, o grito silencioso dos retirantes de que “o sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os filhos do casal” (RAMOS, 2012, p. 128).

Assim, Graciliano Ramos representa o drama de pessoas vítimas de um sistema social desigual e opressor, pois, embora a seca fosse um fator natural, medidas políticas eficazes para resolver os problemas por ela causados eram inexistentes. Dessa forma, o sertanejo despossuído de um pedaço de terra, que vivia e necessitava trabalhar como assalariado em terra de outrem, de tempo em tempo, via-se obrigado a se deslocar para outro lugar para não morrer de fome. Na mudança, que apenas era de um lugar para outro, os personagens se hibridizavam, perdiam suas prerrogativas humanas e animalizavam-se, perdiam suas identidades e se zoomorfizavam, ou seja, migravam da condição humana àquela de animal.

2.2.4 A cultura: vinculando à sociedade

A identidade é formada por meio da cultura que, como vimos no capítulo I (p. 30), é um código produzido publicamente pelos homens em um dado espaço. Este código que rege suas vidas se constitui como um conjunto de práticas, de técnicas, de hábitos, de costumes, de valores que uma sociedade produz e que garante a coexistência dos indivíduos em seu interior. Ele regula o comportamento dos homens em sociedade, ainda que este comportamento seja diferenciado, haja vista a sociedade ser dividida, resultado do relacionamento dos homens entre si e com o mundo na busca constante de superarem os problemas que suas existências apresentam. Nesse contexto, buscaremos aqui tratar de tais aspectos, que são constituintes da cultura nordestina, rural ou citadina, e que indicam o pertencimento do indivíduo a algo mais amplo, a um grupo, a um lugar, a um espaço.

A figura do vaqueiro, com suas vestes e modos de ser e agir, é um elemento identitário importante. A voz narrativa, a princípio, apresenta Fabiano como retirante e, enquanto tal, sombrio, trazendo “o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro” (RAMOS, 2012, p. 9). No entanto, posteriormente, já morando e trabalhando na fazenda, deparamo-nos com a imagem dele associada e identificada à sua atividade de vaqueiro. Assim, vemo-lo botando arreios na égua alazã e entrando a amansá-la e, nessa ocasião, sendo admirado pelo filho mais novo, que se identificava com tais vestes e fazeres. Para o menino,

Naquele momento Fabiano lhe causava grande admiração. Metido nos couros, de pernas, gibão e guarda peito, era a criatura mais importante do mundo. As rosetas das esporas dele tilintavam no pátio; as abas do chapéu, jogado para trás, preso debaixo do queixo pela correia, aumentavam-lhe o rosto queimado, faziam-lhe um círculo enorme em torno da cabeça. (RAMOS, 2012, p. 47).

A descrição do pai, realizada pelo filho, expressa a identificação deste último com aquele. Vendo a façanha do pai, amansar o animal, “o menino mais novo torcia as mãos suadas, [...] cheio de alegria e medo” (RAMOS, 2012, p. 47). Ele admirava Fabiano, via-o vestido de vaqueiro e, mesmo tendo medo do pai, chegou-se a ele devagar e esfregou-se nas pernas, tocou as abas do gibão, pois todas essas roupas de vaqueiro, gibão, guarda-peito, esporas e barbicacho do chapéu maravilhavam-no. Tudo isso dava “grandeza” ao pai. O menino pensava: “Fabiano era terrível” e depois “foi contemplar as pernas, o guarda-peito e o gibão pendurados num torno da sala.” (RAMOS, 2012, p. 48).

Portanto, pela admiração e identificação com o pai e seu trabalho, planejou ser como ele, que, com suas roupas, utensílios e instrumentos, formava a imagem de um homem típico do lugar, da região, o vaqueiro. Primeiro pensou em mostrar à Baleia e ao irmão que podia ser igual a Fabiano. Em seguida, quando o irmão e a cachorra Baleia levavam as cabras ao bebedouro na margem do rio, trepado na ribanceira, coração acelerado, esperou que o bode chegasse, e ali em cima, sentiu-se crescido e que podia virar Fabiano. Na vontade de mostrar uma proeza e conseguir a admiração do irmão, quando o bode se avizinhou escanchou-se no espinhaço dele que começou a saltar, sacudindo-o fortemente e lançando-o para todo lado, até que o menino se estirou na areia e percebeu que a aventura foi perigosa. Recompondo-se pensava:

Precisava entrar em casa, jantar, dormir. E precisava crescer, ficar tão grande como Fabiano, matar cabras a mão de pilão, trazer uma faca de ponta à

cintura. Ia crescer, espichar-se numa cama de varas, fumar cigarros de palha, calçar sapatos de couro cru. [...] Quando fosse homem, caminharia assim, pesado, cambaio, importante, as rosetas das esporas tilintando. Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catinga como pé-de-vento, levantando poeira. Ao regressar, apear-se-ia num pulo e andaria no pátio assim torto, de perneiras, gibão, guarda-peito e chapéu de couro com barbicacho. O menino mais velho e Baleia ficariam admirados. (RAMOS, 2012, p. 52-3).

Assim, a vida no sertão, a lida nesse espaço e a observação do que ali ocorria proporcionava às crianças conhecimentos do meio em que estavam inseridas e a possibilidade de se identificarem com tudo aquilo. Notadamente, percebemos que mesmo as brincadeiras estavam ligadas às atividades e trabalhos ali realizados pelos adultos. Nesse sentido, vemos o menino mais velho “metido no barreiro com o irmão, fazendo bichos de barro, enlambuzando-se” (RAMOS, 2012, p. 57). Esses bichos estavam associados aos animais da fazenda, como bois e cabras, e ligados à realidade imediata, à atividade de adulto, logo, significando o estabelecimento da identidade das crianças com o pai, seus afazeres e modo de ser.

Nesse contexto, a educação possível e pensada para os filhos no sertão estava relacionada à cultura do lugar, aos fazeres comuns e cotidianos, ao aprendizado de uma atividade prática, aos trabalhos ligados ao meio, como ser vaqueiro, cortar mandacaru, entre outros. Fabiano se preocupava com a educação dos filhos e, em seu matutar, refletia sobre o lugar que teria o aprendizado das letras no sertão, sendo seu Tomás da bolandeira a referência de homem lido naquele espaço. Em certos momentos Fabiano desejava imitá-lo, falar como ele, identificando-se com ele; em outros considerava que “o povo censurava aquelas maneiras”, pois “eram diferentes” (RAMOS, 2012, p. 22). Por fim, reconheceu que o aprendizado estaria ligado aos fazeres cotidianos do lugar:

Indispensável os meninos andarem no bom caminho, saberem cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar brabos. Precisavam ser duros, virar tatus. Se não calejassem, teriam o fim de seu Tomás da bolandeira. Coitado. Para que lhe serviria tanto livro, tanto jornal? Morrera por causa do estomago doente e das pernas fracas (RAMOS, 2012, p. 25).

A cultura, como prática humana variada, expressa uma dada inserção dos indivíduos no mundo, por meio dos fazeres, saberes, crenças, formas próprias de a ele pertencer e com ele lidar. Nesse sentido, Fabiano sabia tratar de bichos, explorar os arredores no lombo de um cavalo; era vaqueiro e tinha hábitos herdados:

A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a

percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (RAMOS, 2012, p. 25).

Esses hábitos culturais são a expressão de pertencimento a um grupo, que se adensam na descrição da figura de Fabiano como vaqueiro. Em sua experiência, em geral, curava bicheira de novilha com creolina, mas, em certa ocasião em que não encontrara o animal e supunha distinguir suas pisadas na areia, “baixou-se, cruzou dois gravetos no chão e rezou” (RAMOS, 2012, p. 17), acreditando que se o animal não estivesse morto voltaria para o curral, pois tinha fé que a oração era forte. O que acabou por acontecer. Conforme sua crença, “a novilha estava curada com reza.” Assim o pai, preocupado com a educação dos filhos, querendo dar-lhes um ensinamento, considerou que “era bom eles saberem que deviam proceder assim.” (RAMOS, 2012, p. 20).

Outras passagens remetem às atividades do vaqueiro, como a prática de amansar animais bravos, que é uma expressão daquele universo cultural a que pertencia: “O vaqueiro apertou a cilha e pôs-se a andar em redor, fiscalizando os arranjos, lento. Sem se apressar, livrou-se de um coice: virou o corpo, os cascos de égua passaram-lhe rente ao peito, raspando o gibão” (RAMOS, 2012, p. 47). O trecho apresenta mais uma faceta da imagem típica do nordestino ligado ao trabalho com o gado, mencionado vestimentas, atitudes e comportamentos que fazem parte de sua cultura.

Expressando ainda sua cultura, também por meio de um aspecto ligado ao campo religioso, o das crenças vemos Fabiano, ao pensar na possibilidade da seca chegar e de toda a desgraça que poderia estar a caminho com a vontade que aquela tinha de matá-lo, fazendo sinais de proteção: “Virou o rosto para fugir à curiosidade dos filhos, benzeu-se. Não queria morrer. Ainda tencionava correr mundo, ver terras, conhecer gente importante como seu Tomás da bolandeira” (RAMOS, 2012, p. 23).

Como elemento da cultura local, num espaço marcado pelo analfabetismo, pode-se observar a dificuldade dos pais em esclarecer as dúvidas dos filhos. Segundo o narrador, expressando o pensamento de Fabiano, “o menino estava ficando muito curioso, muito enxerido” (RAMOS, 2012, p. 20), por fazer perguntas que não conseguia responder. Julgava que “eles estavam perguntadores, insuportáveis” e questionava consigo se tinham o direito de saber. Nessa peleja entre a ignorância e o direito de saber, lembrava de seu Tomás, homem que lia demais, mas era o mais arrasado no sertão pela seca. Assim, contrapunha a cultura letrada à cultura cotidiana dos matutos com seus saberes e fazeres. Em certas horas “desejava imitá-lo: dizia palavras difíceis, truncando tudo, e convenciam-se de que melhorava” (RAMOS, 2012, p. 21). Depois, considerava aquilo uma tolice, pois via que um sujeito como ele não

tinha nascido para falar certo. Muitas vezes dizia a ele: “seu Tomás, vossemecê não regula. Para quê tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.” Contudo, sabia que “certamente aquela sabedoria inspirava respeito.” (RAMOS, 2012, p.22).

No jogo identitário, dado no confronto entre culturas diversas e entre igualdade e diferença, Fabiano percebia que seu Tomás era “diferente” dos outros homens brancos do sertão, não usava arrogância com as pessoas, não mandava, pedia, e todos obedeciam e o respeitavam. Os outros tratavam a todos com arrogância. Ante às atrocidades e opressões, vistas como “sorte ruim”, Fabiano desejava brigar com ela (a sorte ruim) e vencê-la, andar de cabeça erguida, ser homem, e pensava na educação dos filhos. Mas, diante da ameaça da seca e de seu pertencimento àquele mundo, considerava que só estando “livres daquele perigo, os meninos poderiam falar, perguntar, encher-se de caprichos. Agora tinham obrigação de comportar-se como gente da laia deles” (RAMOS, 2012, p. 24), como gente do campo que tinha lá uma cultura, seus saberes; que sabia cortar mandacaru para o gado, consertar cercas, amansar animais. Nesse contexto, Fabiano planejava falar com a esposa a respeito da educação dos meninos.

No entanto, noutro momento, de nova retirada, sonhando em ir para o sul, ao encontro de mundo diferente, na cidade, marcado pela cultura letrada, considerava e almejava outro tipo de educação, a escolar, própria à nova situação e espaço cultural. Na vida nova sonhada em retiro pensava que “Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles” (RAMOS, 2012, p. 125). A “terra desconhecida e civilizada” que alcançariam no sul seria “Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas aprendendo coisas difíceis e necessárias”. (RAMOS, 2012, p. 126).

Essas passagens remetem a aspectos da cultura nordestina do homem sertanejo da época do coronelismo. Nesse contexto social e cultural, Ramos inseriu seus personagens, nesse espaço se relacionam uns com outros, com a terra e produzem uma cultura que lhes dá certo sentimento de pertencimento ao lugar e à sociedade. Em tal conjuntura a linguagem é um aspecto relevante da vida social. Fabiano não conseguia conversar como os outros seres humanos e não dominava a linguagem como outros homens. Ele, às vezes, utilizava nas relações com as pessoas “a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas” (RAMOS, 2012, p. 20). Num contexto cultural de linguagem minguada, mesmo o papagaio da família, que terminou servindo de comida, era mudo. Fabiano e sinhá Vitória

falavam por meio de interjeições guturais numa linguagem cantada e monossilábica, sem verdadeiro diálogo, apenas com frases soltas e espaçadas.

No que refere à linguagem e à fala reduzida usada por Fabiano e sinhá Vitória nas conversas entre si, a voz narrativa afirma que:

Quando iam pegando no sono, arrepavam-se, tinham precisão de virar-se, chegavam-se à trempe e ouviam a conversa dos pais. Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade nenhum deles prestavam a atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto. (RAMOS, 2012, p. 64).

Essa animalização da comunicação, esse traço da figura dos retirantes em relação ao uso da linguagem, está bem marcada também na forma como o narrador caracteriza a fala das personagens, por seu vocabulário exíguo. No universo social de opressão e de cultura mínima, experimentado pela família, os filhos não possuíam nomes próprios que os identificassem, sendo chamados de “menino mais novo” e “menino mais velho”. Entretanto, o narrador apresenta alguns traços que os aproximavam e uniam, como ao tratar da admiração que o “menino mais novo” tinha pelo pai, que era vaqueiro, e com ele se identificava, querendo ser também vaqueiro. Sua identificação com pai e com o que ele fazia era tamanha ao ponto de o menino nem pensar sobre os perigos de montar um bode para se sentir um vaqueiro, que era grande e dominava animais. Fabiano era, para o filho mais novo, um exemplo a ser seguido quando crescesse, queria tornar-se idêntico, igual a ele, homem forte que dominava os brutos. Desejava crescer e cuidar dos animais, pertencer àquele mundo, desempenhar aquele papel. (RAMOS, 2012).

Rodrigues (2003, p. 45) afirma que “A criatividade expressa através do jogo, traduz-se, em geral, por livres improvisações cujo principal objetivo é o representar um papel: ali, ela pode ser tudo, todas as possibilidades se lhe oferecem”. Desta feita, a criança brinca e desenvolve sua capacidade de agir sobre o meio natural, social e cultural, de conhecer novas culturas e experimentar novas emoções. Por isso, a criança imagina ser algum herói ou alguém que ela admira, como o adulto que com ela convive.

Em se tratando da identidade infantil, caracterizada como fase do desenvolvimento humano, somente no final século XVII as crianças foram reconhecidas como sujeito. Zilberman (2003, p. 33) explica que: “[...] com a Revolução Industrial e o modelo familiar burguês, houve a emergência de uma nova noção de família [...]. A noção de família era

estimulada na afetividade entre seus membros, isso se deu por volta do final do século XVII e durante o século XVIII[...]. Antes do novo modelo familiar burguês, não se considerava as fases da vida e do desenvolvimento humano; as crianças compartilhavam com os adultos os mesmos eventos e nenhum laço amoroso especial os aproximava. Com a valorização da infância ocorreu uma maior união familiar e despontou a preocupação com o desenvolvimento infantil.

Assim, o romance retrata o processo de desterritorialização do homem sertanejo do nordeste brasileiro na década de 1930, e os filhos de Fabiano, que não sabiam falar direito, como seus pais, representam seres com uma deficiente formação identitária. Apartados de um convívio social mais amplo, convivendo com poucas pessoas e mudando sempre de lugar, possuíam fracos e fragmentados laços identitários, aproximando-se da figura dos animais: “tinha um vocabulário quase mingüado como o do papagaio que morrera no tempo da seca” (RAMOS, 1995, p. 55). O menino mais velho não sabia construir frases; possuía um vocabulário restrito por falta de diálogo com outras pessoas, pois aquelas com quem convivia eram apenas os membros de sua família. Fabiano, o pai, vaqueiro, vivia misturado com os animais; sinhá Vitória, a mãe, não dialogava com os filhos e o irmão mais novo se aproximava do pai, ficava atrás dele, observando-o no trabalho e desejando ser como ele era.

Ao ouvir a palavra “inferno” da boca de uma vizinha da fazenda, o menino mais velho, que não sabia o que significava a palavra, teve a seguinte atitude: “estranhando a linguagem de sinhá Terta, pediu informações. Sinhá Vitória, distraída, aludiu vagamente a certo lugar ruim demais, e como o filho exigisse uma descrição, encolheu os ombros” (RAMOS, 1995, p. 54). São atitudes que remetem a um universo cultural restrito, de pouco conhecimento daquilo que está além das coisas imediatas; um universo de pouco diálogo entre as pessoas.

O ser humano adquire experiências e conhece a sociedade em que se insere por meio de experimentações e da comunicação verbal e física. Na concepção de Rousseau (2004) sobre a educação, “Viver não é respirar, mas agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão sentimento de nossa existência” (ROUSSEAU, 2004, p.16). O ser humano precisa sentir a vida por meio dos órgãos sensoriais; é importante que o indivíduo experimente cada etapa de sua vida para que ele possa adquirir conhecimentos do seu meio social e de outras culturas. Na curiosidade, na busca da descoberta, a criança estabelece relações com o meio em que vive e incorpora a novidade a seu mundo. Mas, no romance em estudo, a voz narrativa mostra o momento em que o menino mais velho resolveu perguntar à mãe sobre o que seria a palavra desconhecida e

fora repreendido: “Aí sinhá Vitória se zangou, achou insolente e aplicou-lhe um cocorote” (RAMOS, 1995, p. 54). Observamos que o vocabulário da família era mínimo e eles comunicavam entre si quase sem palavras, recorrendo mais aos gestos e aos sons guturais, imitando os animais com os quais tinham contato e convivência.

Seguindo as ponderações do narrador acerca da linguagem do menino mais velho, podemos perceber sua aproximação com o mundo natural e afastamento do mundo da cultura e da sociedade: “Como não sabia falar direito, o menino balbuciava expressões complicadas, repetia as sílabas, imitava o berro dos animais, o barulho do vento, o som dos galhos que rangiam na catinga, roçando-se” (RAMOS, 1995, p. 59). Se, conforme Tomanin e Cardoso (2010), a língua pela qual nos exprimimos expressa a cultura que herdamos no convívio social e à qual pertencemos, o menino, afastado do convívio social mais amplo e do aprendizado da cultura, enunciava seus pensamentos e sentimentos por meio de sons que ouvia dos animais ou de outros aspectos naturais; repetia-os, pois não possuía vocabulário maior por não estabelecer convívio com outros seres humanos. Seu aprendizado vinha de sua experiência de vida, marcada pela relação com os animais e a família.

O ser humano aprende a falar e se comunicar ao ouvir o som das palavras, formando assim, a linguagem. Com a formação das palavras, o indivíduo pode se comunicar com outras pessoas falantes da mesma língua e pode compreender o que os outros lhe falam, ocorrendo, então, o diálogo entre os seres de uma mesma comunidade linguística. A formação da linguagem na criança se dá por meio da palavra ouvida e apreendida pela própria criança. A utilidade e o valor do diálogo e a interpretação que o sujeito faz da palavra ouvida acontece com quando ele internaliza os vocábulos, constrói sentidos e desenvolve a memorização no decorrer de sua vida.

A perda da identidade ocorrida pela pauperização mostra como Fabiano e os seus consideravam os animais como membros da família. Segundo o narrador, ao tratar da cachorra Baleia: “ela era como uma pessoa da família brincava junto os três, para bem dizer não se diferenciavam, reboavam na areia do rio, no estrume fofo que ia subindo, ameaçava cobrir o chiqueiro das cabras” (RAMOS, 1996, p. 86). Como não havia outras pessoas com quem a família convivesse, os “outros” com quem se relacionavam eram os animais, ocorrendo, portanto, sua hibridação com estes, como o papagaio, que virou refeição para a família não morrer de fome e Baleia, que era considerada como um membro do grupo.

Enfim, a obra retrata as condições miseráveis de vida de uma família pobre do sertão nordestino. A miséria, neste caso, é gerada pela forma política como o país era governado ao ter o Estado controlado pelas grandes oligarquias, pelo coronelismo na década de 1930.

No decorrer da narrativa, Ramos transmite a aridez do ambiente e suas consequências para os sertanejos, vítimas da desigualdade social e da miséria. Os retirantes, como o próprio nome indica, estão alijados de continuarem a viver no espaço, no território que ocupavam, sendo obrigados a se retirarem para outros lugares em busca de regiões menos castigadas pela seca para se alojarem, por um tempo, e garantirem o sustento da família. Uma das implicações dessa vida nômade dos sertanejos é a fragmentação temporal, espacial e identitária. Ramos abordou com maestria essa fragmentação ao utilizar um método de composição que rompe com a linearidade temporal costumeira que caracterizava os romances do século XIX.

Graciliano representou a realidade em relação ao sistema opressor e suas vítimas, os oprimidos e explorados. Denunciou o drama de milhares de nordestinos oprimidos pelas relações de força com os coronéis e hostilizados pelas condições climáticas, necessitando se deslocarem de um lugar para outro, perdendo sua terra e perambulando pelo sertão na esperança de algo melhor. Nessa mudança de um lugar para outro os personagens vão perdendo sua identidade, vendo-se e sentindo-se como “bichos”, não possuindo conforto e dignidade. Nessa conjuntura, o indivíduo se sente inferior e se zoomorfiza por falta de oportunidades de sobreviver com dignidade na sociedade.

A miséria das vítimas da seca nordestina, de que a história dessa família constitui a principal representação literária, é uma das expressões máximas da situação apartada dos pobres no Brasil.

CAPÍTULO III

EUCLIDES NETO E OS MAGROS

Com a terra mais domesticada pela valentia dos primeiros, os bodegueiros bateram palmas de chegada. Vinham até de fora, no fardo do fruto já colhido, inventando os débitos no borrão guloso das vendas no fiado. Traziam raiva da decadência deixada nos nortes que deixaram. Não era gente da enxada. Gerações deles trocando charque, barricas de bacalhau, bulgariana, pólvora, chumbo, espoleta, pelos pés de cacau que começavam a safrejar, ajudados pelo inspetor de espada e fita verde-amarela na camisa xadrezada. Daí nasceram os fazendeiros cerzindo as roças umas nas outras. Os primeiros viraram agregados, caititus, alugados, vendendo os braços. Edificaram-se casas-sede. (EUCLIDES NETO, *O tempo é chegado*, 2001, p. 11).

Neste capítulo, ater-nos-emos, a princípio, à figura do escritor, seu percurso intelectual, literário e político, seus textos e o contexto de sua produção, sua linguagem, estilo e estética, para, em seguida, realizarmos uma análise do romance eleito, tratando do processo e dos meandros da produção e transformação identitária de seus personagens, abordando aspectos como a relação território/espço e relações de exploração, de opressão e poder; focando a intersecção ou as interfaces entre cultura, identidade, memória (âncoras do social) e sociedade na narrativa.

3.1 Euclides Neto, textos e contextos

Euclides Neto (1925-2000) foi advogado, agricultor, criador de cabras, político e escritor, tendo participado de forma notável na luta pela reforma agrária e na oposição ao regime ditatorial inaugurado em 1964. Nasceu e foi criado na região cacauzeira da Bahia. Autor de vários livros, romancista e articulista conceituado, foi prefeito de Ipiaú e Secretário de reforma agrária e Cooperativismo do governo da Bahia. Nasceu em Jenipapo, estudou lá mesmo os primeiros anos escolares. Alguns anos depois, seguiu para Salvador, ingressando no Colégio Padre Antonio Vieira para o secundário, que foi resultado do imenso esforço financeiro feito por seu pai. Formou-se em Direito e seguiu por longos anos defendendo todas as formas de causa justa, principalmente dos mais necessitados. Ele demonstrou o seu

apego à terra e ao homem do campo, pois viveu a maior parte de sua vida em Ipiaú, região de cacau, que gerou o tema de seus livros, nos quais ele buscou dar voz aquele sujeito empurrado para a margem da sociedade, aquele trabalhador que estava certo de “que gostaria de continuar naquele lugar. Não poderia mais comprar um taco de terra. Os grandes já estavam donos de tudo” (EUCLIDES NETO, 1979, p. 39).

Euclides possuía conhecimento da terra cacauaieira, pois nascera em 11 de novembro de 1925, em Jenipapo, município de Ubaíra, sul da Bahia e morrera, em Salvador, em 5 de abril de 2000. Nesse contexto, Euclides Neto, desde o seu nascimento, possuiu contato com as fazendas cacauaieiras. Aos oito anos foi alfabetizado numa escola que ficava na roça. Em sua formação ética e política, Euclides Neto teve contato com Karl Marx, Dostoievsk, Tostoi e Graciliano Ramos. Na vida literária publicou catorze livros com temática social tratando das relações de poder existentes entre fazendeiros e trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia, que conhecera, conforme A. Silva (2003).

Euclides, devido ao contato com o cacau, retratou bem em suas obras a importância deste para o desenvolvimento da região sul do Nordeste brasileiro, como explica Rocha:

Durante décadas, generosamente, os cacauais produziram os frutos que trariam riqueza, prosperidade, ganância, morte, vida; geraram e sustentaram fazendas, vilas, cidades; construíram o porto de Ilhéus, escolas, estradas, mansões; propiciaram viagens, festas, orgias; financiaram coronéis, estudantes, banqueiros, políticos (ROCHA, 2006, p. 20).

A fartura que os cacauais propiciaram aos proprietários das fazendas, aos coronéis e aos sujeitos de classe social elevada, contribuiu para que Neto escrevesse e registrasse em suas obras o desnível social. Enquanto uns enriqueciam, outros se tornavam cada vez mais pobres, aumentando a exploração do homem pelo homem. Os trabalhadores das roças cacauaieiras não acumulavam bens ou dinheiro, apenas tinham sua força de trabalho explorada, não tinham direitos trabalhistas e nem carteira assinada, como aponta a voz narrativa: “Onde já se viu trabalhador não ter direito a férias, gratificação de Natal e salário mínimo? Ali, todo bichinho andava com o rabo entre as traseiras, mulas de carga, sem vontade nem vergonha. Raras fazendas pagavam os direitos do trabalhador” (EUCLIDES NETO, 1986, p. 31).

Já que o mundo e o meio em que o sujeito está inserido são compreendidos por meio das ações e experiências adquiridas no decorrer de sua vida e Euclides Neto escreveu suas obras literárias e lutou pela reforma agrária seguindo sua experiência e a maneira como compreendia o espaço geográfico. Na literatura, estreou em 1942, com a obra *Porque o homem não veio do macaco*, que foi publicada um ano antes dele entrar na Universidade. Ao

ingressar na Universidade Federal da Bahia, onde estudou Direito, Neto publicou os romances *Berimbau*, em 1946 e *Vida morta*, em 1947. Nessa época, trabalhava como secretário da *Revista Ergon*, em Salvador, conforme A. Silva (2003).

Euclides Neto se formou em Direito pela Universidade Federal da Bahia e exerceu a profissão de advogado, tendo se destacado na defesa de trabalhadores rurais, sobretudo, em litígios pela posse da terra (CESAR, 2003. p. 16). Devido à experiência com as fazendas cacauceiras e seu reconhecimento pelo homem do campo, destacou-se como advogado na luta por sua defesa. Isso se deu graças ao fato de ter nascido e vivido toda sua vida em contato com as roças de cacau, com e com a forma com que os trabalhadores eram tratados nas fazendas, aspectos que lhe garantiram matéria para lutar em defesa dos mesmos. Advogado e agricultor, contava com uma grande experiência sobre a vida, a natureza, as relações sociais e afetivas dos habitantes da região e essa experiência contribuiu muito para a reforma agrária que ele sempre visou em sua região.

Seguindo os passos dos autores brasileiros da chamada geração de 30, Euclides Neto, na obra, *Trilhas da reforma agrária*, publicada em 1999, expõe sua experiência com os problemas agrários e as roças cacauceiras:

Ligado à terra, até onde os braços da genealogia arbustiva alcança. Conheço todas as trilhas de quem assiste na roça. Das quadras de lua às alegrias e dificuldades. Amamentado por uma cabra, trago do berço um duplo complexo de Édipo. Se fazenda só desse prejuízo, mesmo assim teria uma como quem possui escuna. Prazer atávico. De quem não pensa somente no lucro, mas preocupando-se com os ninhos dos pássaros, limpeza dos rios, preservação da mata, admirador de Louis Bromfield², quando dizia que a primeira coisa a ser feita numa fazenda é o jardim, o que aprendeu com a mulher da roça que não dispensa uma fulô na porta de entrada do rancho. Planto sem perguntar quem vai colher. Certamente, um bucólico, mas que sabe fazer o chão produzir, seguro de que ele pertence aos que vão nascer (EUCLIDES NETO, 1998, p. 13).

O narrador mostra que conhecia e pertencia às terras das fazendas de cacauais e conta com uma vasta experiência sobre a vida na zona rural, a natureza, as relações sociais e afetivas dos seus habitantes, que era seu povo. Ainda aponta o valor que a fazenda tem ao dizer que a primeira coisa a ser feita nesse ambiente é o jardim, valorizando a flora da zona rural, somada à fauna também, quando ele afirma que foi “amamentado por uma cabra”. Dessa forma, Euclides Neto, a partir de suas experiências vividas, compôs suas narrativas. Nesse sentido, Simões e Oliveira apontam que:

² Escritor, romancista e roteirista de filmes estadunidenses. Tornou-se internacionalmente conhecido como um autor premiado e como um conservacionista inovador e um fazendeiro científico.

A maioria dos escritores regionalistas baseou-se no conhecimento pessoal da realidade que buscou retratar. Igualmente, Euclides Neto, valendo-se da realidade regional que ele conheceu, haja vista ter nascido e crescido à sombra dos cacauais e jequitibás, soube desenvolver o seu discurso literário, por sua sensibilidade diante das coisas que viu e viveu, bem como pela memória, entendida como uma reconstrução que toma por referência os contextos sociais. (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Como escritor Euclides Neto apresenta um narrador campesino, que vivenciou e que conhece o espaço e o meio em que se insere. Na obra *Os magros*, que estudaremos mais detidamente, apresenta um narrador que conhece o espaço, o meio de onde fala, as lutas e os sonhos daqueles que vivem a opressão. Conhece os desejos e desencantos, esperanças e desespero daquele povo. Essa preocupação é visível na fala do narrador desse romance, que acompanha também o homem público Euclides Neto. A afirmativa é baseada na história construída por ele no exercício de cargos públicos, pois nasceu no campo e, embora tenha usufruído dos benefícios que a cidade oferece, como a educação especializada, sua atuação política é marcada pela presença do sujeito explorado da zona rural, a partir de suas necessidades, sua labuta e seus direitos, conforme Marcelo (2010, p. 20).

Presenciou, nos campos de cacau, as lutas, os sonhos, os desejos, os desencantos, as esperanças e os desesperos do trabalhador, que retirava de seu trabalho o sustento de si próprio e de toda a sua família. O autor também retrata as injustiças vividas pelo proletariado, que trabalha muito e recebe um salário aviltante por parte dos coronéis. Ao que se parece, “A imagem do nordestino como sendo uma figura violenta, como sendo uma figura masculina, viril, rude, autoritária, vai ser reforçada através de outro personagem central na elaboração da figura do nordestino, que é a figura do coronel” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 109).

Portanto, a maneira como o nordestino foi pensado, foi construído culturalmente, contribui para refletirmos sobre a figura do coronel, aquele que escraviza o trabalhador, compra de forma exploradora sua força de trabalho, oprime o proletariado. Por essa forma de olhar para o oprimido, para o trabalhador, Euclides Neto, “em 1961, foi eleito prefeito de Ipiaú, município da região cacauera onde viveu e plasmou a sua obra. Como prefeito implantou a primeira experiência socialista de reforma agrária feita por um administrador público brasileiro” (CESAR, 2003, p. 16). Ele foi um prefeito voltado para as camadas mais

necessitadas da população. Sua administração ganhou repercussão nacional, mesmo sem o apoio do governador Luiz Viana Filho³.

O Brasil, naquela época, era considerado como um país em desenvolvimento, com potencial e recursos bastantes, contudo, possuidor de problemas sociais extremos, como uma vasta pobreza e uma classe rural excluídas de participarem da política. Somando-se a esses problemas, a inflação era alta. Perante a exclusão dos trabalhadores rurais da participação política, o narrador afirma que:

À medida que a terra é vista como um bem de especulação e um instrumento de domínio... perverte-se toda a base justa da propriedade fundiária. Em princípio de absoluta justiça, nenhum homem deveria possuir mais terra do que aquela que pudesse trabalhar com seus próprios braços, ou com os braços da sua família. A propriedade sobre a terra só se justifica se servir de objetivos sociais. Quando isto não ocorre, é dever do Estado, como instituição a serviço da sociedade, intervir e impor reformas ao regime de propriedade agrária (EUCLIDES NETO, 1998, p. 11).

Euclides lutava pela reforma Agrária. Acreditava que a propriedade fundiária deveria ser desenvolvida de acordo com o que as famílias rurais conseguissem produzir para o seu sustento. A questão agrária e os problemas rurais permearam os debates na sociedade brasileira nos anos de 1950. Instituições, partidos, associações fizeram declarações marcantes revelando impulsos e propostas reformistas no campo. Vargas acenara com uma Lei Agrária que condicionava o uso da propriedade para um fim social e propunha que as leis que protegiam o trabalhador urbano seriam estendidas aos rurais, contudo, com o clima de crise permanente vivido em sua gestão pouco poderia ser feito pela reformulação agrária. Vários Partidos políticos defenderam propostas de reforma agrária, que também esteve na ordem do dia na campanha presidencial de 1955, na qual, inclusive, Juscelino aceitou incluir um programa mínimo e ao iniciar seu governo demonstrou sensível à causa e propugnou uma política reformista para o campo, que, cedo, porém, diante das dificuldades políticas, tomou rumos mais conciliatórios e conservadores, mantendo as relações sociais no campo. (CAMARGO, 2004. p. 145-55).

Kubitschek na presidência, com sua política desenvolvimentista, que visava a industrialização e modernização do país, não olhava para o trabalhador rural. Eis aí o contexto da luta e das referências de Euclides Neto pela reforma agrária, como aquela que implementou em Ipiaú, cidade em que nasceu, cresceu e lutou pelos direitos do trabalhador

³ Filho do último governador da Bahia no século XIX, nasceu em 28 de março de 1908, e viveu entre a política, dedicada à Bahia, e a Literatura, chegando a tornar-se um imortal da Academia Brasileira de Letras.

rural. Essa luta é visivelmente percebida quando Euclides Neto aponta a necessidade da reforma agrária na sua obra *64: um prefeito, a revolução e os jumentos*, publicada em 1983.

Segundo a voz narrativa:

Quando tomamos posse, sentimos a gravidade da situação. A zona padecia seca de dois anos. Os fazendeiros andavam murchos, talo caído, cara emborcada, com bicho na capadura. Os trabalhadores zanzando pelas estradas ou se deixando estirar molemente nas calçadas da cidade. As fazendas cortavam dias de serviço. Só havia uma solução: parir mão-de-obra. Estimular ao máximo o trabalho local. De logo, encostamos o único trator caterpillar. Fizemos a conta: o bicho significava tirar farinha da cárie de 300 pessoas, pois iniciamos dando trabalho aos de família de cinco pessoas acima. Com tal medida evitamos gastar dinheiro com óleo, peças nas oficinas qualificadas, que vendem a máquina e criam a galinha dos ovos de ouro da assistência. Pelo menos dinheiro não saía de Ipiaú nem do Brasil, engordando as multinacionais. Não se faz economia de milhão, mas de tostão. O importante: gastar o cobrezinho ali na terra (EUCLIDES NETO, 1983, p. 24).

O que Neto visava era a valorização da mão-de-obra do trabalhador, o qual necessitava do trabalho nas roças de cacau para sobreviver, manter-se empregado e garantir o sustendo dele e de sua família. No entanto, a utilização de máquinas diminuía a capacidade da mão-de-obra e ajudava as multinacionais a crescerem cada vez mais. De acordo com a voz narrativa,

Com as secas nas fazendas despejando gente, quem mais sofria era o pai de família numerosa, o velho de braços flácidos, o homem de pereba nas pernas, a mulher abandonada que descaroça cacau e oferta amor, mas chega ao ponto de não ter mais carne, porque a fome transformou-a em bagaço seco: sem forma, nem gosto (EUCLIDES NETO, 1983, p. 92).

Era necessário que a reforma agrária ocorresse, pois havia um grande número de famílias passando por situações de fome e de extrema miséria, principalmente aquelas que possuíam numerosos filhos. A distribuição desigual de trabalhos, salários e terras era percebida por Neto, que lutava por uma reforma no campo de Ipiaú para melhorar a vida dos trabalhadores rurais. Pensando nesse trabalhador rural excluído, faminto, zoomorfizado pela situação de opressão, criou então a Fazenda do Povo, que ajudaria o trabalhador rural. Nesse sentido, a voz narrativa, em *64: um prefeito...*, explica que:

A Fazenda do Povo demonstraria que não só de cacau podia viver o lavrador. Quem a denominou assim até hoje não sei. Dificuldade passei por quê do nome? Quem firmou o apelido foram seus moradores ao repetirem fazenda do Povo... vou para a fazenda do Povo... estou na ... Terminaram por qualificá-la assim (EUCLIDES NETO, 1983, p. 95).

O que percebemos é que o narrador deixa claro que a intenção do prefeito de Ipiaú era mostrar para o povo que era possível produzir não só cacau, mas também outros alimentos, pois ele sempre criticou a monocultura predadora. Daí surgiu a ideia da construção da Fazenda do Povo, local nomeado pelo próprio povo que lá trabalhava, plantava outros alimentos e retirava da terra seu sustento.

A reforma agrária, a tanto discutida, era uma forma de estimular a formação e a manutenção da pequena propriedade rural, para que o trabalhador agrícola pudesse cultivar sua própria terra, elemento básico para sua prosperidade e seu bem-estar. No programa do Clube 3 de Outubro, de 1932, cabia ao Estado o papel estratégico de redistribuir a propriedade e estimular a utilização coletiva da terra, sendo ela invadida ou usufruída por terceiros, afim de que o homem trabalhador do campo se fixasse a seu *habitat*, sem precisar se deslocar de um lugar para outro em busca de sobrevivência, e isso até mesmo em regiões sujeitas a crises climáticas que assolam o Nordeste. E assim, não havendo favoritismo negociata e insaciável, para que não houvesse ação de interesses individuais sobre a função social da terra, previa também o imposto especial para quem nela trabalhava e que era digno de usufruir de seus proveitos. Já nas discussões políticas realizadas sob a égide da Constituição de 1946, os tenentes, na perspectiva da função social da propriedade, previam uma legislação uniforme para regular o exercício de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, além da criação de um Tribunal de Terras, que foi rediscutido nas propostas de reforma agrária levadas ao Congresso a partir dos anos 1950, com a finalidade de resolver litígios relativos ao domínio, posse e exploração da terra. E o trabalhador agrícola seria automaticamente beneficiado pela legislação trabalhista, uma vez que ficara excluído da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943, empreendida pelo governo Vargas. Além disso, previa também o amparo ao desempregado rural em núcleos coloniais, conforme Camargo (2004).
 Todavia,

Com o Golpe Militar, Euclides Neto teve seu mandato cassado, foi acusado de subversão da ordem constitucional, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o suporte jurídico do regime e obrigado a responder à Inquérito Policial Militar (IPM). Todos os programas sociais da Prefeitura, como a “Fazenda do Povo” e o Centro Agrícola de Educação foram encerrados. O IPM se estendeu até 1965, quando foi arquivado por falta de provas (CESAR, 2003, p. 17).

As circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer e o contexto histórico-social e ideológico mais amplo são indissociáveis e influenciam o sujeito. Portanto, o contexto imediato impõe que Euclides busque formas representativas de denúncia das

injustiças sociais geradas pelo capitalismo, nesse sentido, sua literatura foi e continua sendo um instrumento também de divulgação de suas ideias revolucionárias.

O Brasil, na década de 1950 e início da década de 1960, encontrava-se numa crise de poder decorrida pela deposição de Vargas do governo em 1943, e, posteriormente, de Jango, em março de 1964. Crescia a produção industrial, ocorriam modificações na estrutura social que estabeleciam um predomínio do eleitorado urbano nos centros mais desenvolvidos e geravam atritos entre o Poder Executivo, representando essa nova influência, e o Poder legislativo, o Congresso, dominado pelas velhas oligarquias monopolizadoras das terras e controladoras dos votos. Nos fins da década de 1950, Juscelino Kubitschek pensou um programa desenvolvimentista, de crescimento econômico, que atacaria os problemas críticos da miséria humana. Segundo Parker (1977),

O Brasil era uma democracia constitucional. Era uma nação de potencial espetacular, com recursos abundantes, centros industriais em desenvolvimento e uma crescente classe média. Mas o Brasil também estava prenhe de problemas sociais e econômicos – estarrecedora pobreza, uma classe rural excluída da participação política, um problema crônico de balanço de pagamentos e elevada taxa de inflação (PARKER, 1997, p. 17).

Se antes do Golpe Militar, frente à gravidade da situação econômica da nação, aliada às pressões sindicais e populares, a necessidade das reformas de base colocava-se como premissa e assustava as classes proprietárias, a nova política trabalhista do Estado produziu maior dependência dos trabalhadores face às autoridades patronais, sindicais e previdenciárias, que sofreram forte burocratização após 1964. Controlados pelo Executivo, os sindicatos ficaram esvaziados de seu papel reivindicatório. (MENDONÇA, 1985, p. 74, 79). De acordo com Saes (2004):

O Golpe de Estado de 1964 porá em evidência as dificuldades inerentes a essa orientação sindical ao mesmo tempo profissionalista e “apolítica”, governista e anti-reformista. Embora o sindicato se coloque contra o movimento popular e apóie o novo governo militar, os comerciários se alinharão entre as vítimas da nova política social: desmantelamento dos principais direitos (estabilidade, direito de greve, institutos de previdência) conquistados pelos trabalhadores, ao longo de três décadas (SAES, 2004, p. 478).

Trata-se de um espaço político voltado para os interesses da industrialização e da nacionalização do poder oligárquico em que o Estado era o grande interventor ligado aos interesses industriais. As consequências da má distribuição de terras e de empregos atingiam não só os centros urbanos como também o setor agrário, o que contribuiu para acentuar ainda

mais as desigualdades sociais, pois o poder ficou concentrado nas mãos da classe dominante e, na zona rural, havia o monopólio político.

De fato, esse grande desnível social resulta na luta por reformas e pelo direito do trabalhador rural de ter onde retirar o seu sustento e o sustento de toda a sua família. Nessa luta pelos direitos do trabalhador rural, Euclides Neto teve seu mandato cassado, a “Fazenda do Povo”, que ele havia implantado para ajudar os assentados e os minifundiários, foi encerrada até a justiça não encontrar nenhuma prova contra Euclides Neto. Ele foi processado e punido por ter desenvolvido a experiência de ajudar os assentados. A cassação do mandato do prefeito não foi efetivada, mas, até o fim de seu mandato, ele foi observado pelos militares.

De acordo com Maranhão (2004, p. 263), “a política econômica como a dos governos brasileiros desde os anos 30 se movia entre interesses, ora complementares, ora conflitantes, do setor agrário exportador e do setor industrial”. Os conflitos entre a indústria e a agricultura se referiam à vigente acumulação do capitalismo brasileiro. O cacau, *fruto-de-ouro*, fora, por muito tempo, signo da formação do progresso e estruturação econômica da região cacauzeira da Bahia. Os fazendeiros, coronéis, aproveitaram a boa produção do cacau, a grande plantação, que gerava muitos lucros assentados na exploração dos trabalhadores. Olhando para o aspecto das injustiças que o sistema capitalista ocasiona na relação entre opressor e oprimido, Euclides Neto, em sua carreira jurídica, sempre defendeu os trabalhadores rurais e nunca os exportadores de cacau. E, em suas produções literárias, predominantemente, tratou das desigualdades sociais e econômicas entre os “senhores do cacau” e os trabalhadores rurais. Dessa forma, como secretário de Reforma Agrária, Euclides Neto

Foi um dos principais responsáveis pelo maior assentamento de trabalhadores rurais na Bahia, numa área de 54.000 hectares, em Angical, no oeste do Estado. Defendeu o minifúndio com um argumento lógico, ao comprá-lo, “na pior das hipóteses, a um quintal grande”, onde o pequeno trabalhador, que não dispõe de lugar para morar, pode plantar e criar galinhas e porcos para sobreviver, ascendendo assim à uma condição mínima de cidadania (CESAR, 2003, p. 18).

Essa luta socialista para que o pequeno trabalhador pudesse ter o mínimo de direito à sobrevivência contribuiu para que as famílias minifundiárias passassem a produzir sua subsistência e, sobretudo, garantir sua dignidade.

A história da sociedade humana é construída no decorrer das épocas que são modeladas de acordo com as descobertas, os anseios, os sonhos e as ações humanas sobre o meio em que as sociedades estão inseridas. E o cacau era o *fruto-de-ouro* que contribuiu, sobremaneira, para o enriquecimento de coronéis e para a superexploração dos trabalhadores.

Já com os assentamentos, dezenas de famílias de indigentes, desempregados, desiludidos, abandonados, perdidos, doentes conseguiram ter o seu espaço para viver. Comumente, os trabalhadores vendiam apenas sua força de trabalho para garantirem o sustento da família, pois eles não possuíam bens, apenas seu esforço físico. Eram agregados que se submetiam ao trabalho explorado para terem onde morar e garantir sua sobrevivência e de sua família. Durante anos, o sul da Bahia foi “uma *região* rica, opulenta e poderosa, terra de coronéis, jagunços e trabalhadores rurais, matrizes do perfil da *região*. Tempos em que os frutos de ouro eram o centro gerador de toda a dinâmica sociocultural da *região*, termômetro das alegrias e tristezas de sua gente” (SIMÕES, 1998, p. 120, grifos da autora).

Assim, os coronéis compunham suas identidades como donos do *fruto-de-ouro*, enquanto a identidade dos trabalhadores rurais da região cacauceira, dos agregados, dos jagunços e demais pessoas que contribuíram para a história do cacau era tecida a sua margem. Nesse cenário e contexto, vários literatos retrataram a formação e o funcionamento dessas fazendas, sua hierarquia e práticas, como Euclides Neto, que apresenta a riqueza e a pobreza, a vida e a morte, a fartura e a miséria, advindas da produção cacauceira.

Os coronéis tomavam posse das terras e faziam dos moradores agregados. Estes últimos eram trabalhadores que vendiam sua própria força de trabalho para sobreviverem num regime de opressão. Euclides Neto, como homem e como político, buscou expor as mazelas sociais e lutou contra as diversas formas de exploração e dominação, como ao dar início à reforma agrária na Bahia. Para César (2003, p. 25), “Euclides Neto decidiu ser o cronista social dos sem-terras da zona cacauceira. Poderia ter feito outro tema mais subjetivo, fazer uma crônica de costumes da região. No entanto, optou por falar dos excluídos”. Isso porque ele, além de possuir uma vocação agrícola, buscou alternativas para instalar em Ipiáú uma estrutura que fizesse do município um pólo de influência em relação a outras localidades do Estado a partir dos aspectos geográficos e econômicos.

Euclides Neto faleceu em Salvador no ano de 2000. Em toda a sua vida foi contra a desvalorização do ser humano e sempre buscou dar voz ao trabalhador oprimido das fazendas cacauceiras. As obras publicadas por ele foram: *Porque o homem não veio do macaco* (1940), *Berimbau* (1946), *Vida morta* (1947), *Os magros* (1961), *O patrão* (1978), *Comercinho do Poço Fundo* (1979), *Os genros* (1981), *64: um prefeito, a revolução e os jumentos (A fábula do presidenciável Salém)* (1983), *Machombongo* (1986), *O menino traquino* (1994), *A enxada* (1996), *Dicionareco das roças de cacau e arredores* (1997), *Trilhas da reforma agrária* (1999), *O tempo é chegado* (2001 – livro de contos publicado postumamente pela

Editus. Em sua homenagem a biblioteca do Campus XXI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizada em Ipiaú, leva seu nome.

Euclides Neto apresenta em seus textos literários os espaços de sua região, mesclando ficção e a realidade vivida na zona cacauera. As personagens, exiladas do espaço onde nasceram, apresentadas em seu tempo histórico e em seu espaço físico, buscam, de certa forma, recuperar a dignidade por meio do trabalho em uma terra que outrora lhe pertenceu. A ficção é representada por ele com tantos detalhes que é possível reconhecer o real em seus textos.

Sobre a relação entre os trabalhadores cacauais e o proprietário da fazenda na obra, podemos dizer que é uma repetição da realidade na época da decadência do cacau, em que o proprietário buscava explorar a mão de obra dos assalariados em benefício próprio. Portanto, Euclides faz uma tematização da sociedade a que pertenceu. Ele se destacou em sua atuação como político, advogado e agricultor, e suas experiências de vida se refletiam na construção de seus livros. Assim, a imagem do escritor local, ainda embaçada pelo desconhecimento, fez nascer em nós o interesse em aprofundar a leitura de sua produção escrita e da crítica literária sobre a mesma.

3.2 Uma leitura de *Os magros*

Os magros foi escrito em 1961 e retrata a decadência do cacau, a exploração, opressão e coisificação dos trabalhadores nas lavouras, bem como a perda de sua humanidade e identidade como ser social. Segundo Cidreira, Freitas e Martins (s/d, p. 3), *Os magros* possuem 39 blocos narrativos, sendo que, nos ímpares, o escritor trata das desventuras de João, que é um agregado explorado pelo patrão, o doutor Jorge, dono da Fazenda Fartura; e, nos pares, relata-se as (a)venturas do proprietário da fazenda na capital. Numa sociedade capitalista, caracterizada pela divisão e pela desigualdade entre seus componentes humanos, esta polarização exposta é uma realidade típica.

Na obra, a Fazenda Fartura é o nome fictício que Euclides elegeu para representar o lugar em que ocorria a super exploração e dominação do trabalhador, os quais garantiam a vida farta e suntuosa de seu proprietário na capital. Analisando o processo de inserção e de exploração do trabalhador na esfera produtiva em sociedades desse teor, Marx (2006) esclarece que:

Para o trabalhador, a função produtiva de sua força de trabalho só se torna possível a partir do momento em que, em virtude da venda, ela é posta em combinação com os meios de produção. Antes de ser vendida, ela existe, portanto, dissociada dos meios de produção, das condições objetivas de sua função. Nesse estado de separação, não pode ser empregada diretamente para produzir valores-de-uso para seu possuidor, nem para produzir mercadorias de cuja venda pudesse ele viver. Logo que é posta, com sua venda, em combinação com os meios de produção, constitui parte componente do capital produtivo do comprador dela, do mesmo modo que os meios de produção (MARX, 2006, p. 44).

Portanto, no contexto da lavoura cacaueteira, o trabalhador, inserido no mercado de mão de obra, tem sua força de trabalho vendida ao fazendeiro, a qual, em combinação com os meios produtivos, compreendidos como objetos e instrumentos de trabalho, como a terra, a água, os bosques, as matérias-primas, os edifícios e meios de comunicação ou ligação, torna-se explorada por aquele que a comprou, oprimida por poderes diversos, coisificada e alienada.

3.2.1 Território/Espaço e relações de poder, de exploração e opressão

O cacau, durante décadas, foi o produtor de riquezas e do desenvolvimento das fazendas cacaueteiras da região sul da Bahia, sendo considerado como gerador da riqueza e da prosperidade daquele lugar. Despertou a ganância de muitos coronéis, levando à morte muitos posseiros e trabalhadores que atuavam nessa atividade monocultura.

Com o estabelecimento e o desenvolvimento da lavoura cacaueteira, a região Sul da Bahia, a partir do final do século XIX e início do XX, passou a ser vista como um *Eldorado*. Anualmente, milhares de pessoas chegavam de várias partes do país, principalmente de Sergipe, atraídos pela fama de riqueza atribuída à *árvore dos frutos de ouro* (ROCHA, 2006, p. 18, grifos da autora).

A monocultura cacaueteira produziu o desenvolvimento do sul da Bahia e tornou-se, no imaginário daquela sociedade, o *fruto-de-ouro*. Um contingente imenso de pessoas deslocou-se para as terras do cacau em busca de emprego, moradia e melhores condições de vida. Enfim, em busca de uma nova forma de vida, tanto produzindo cacau por si mesmos como, também, trabalhando em fazendas de outros. Com a expansão da cultura cacaueteira, surgiram diversas cidades, como Ipiauí, a cidade apresentada por Euclides Neto em *Os magros*.

Ao cultivo do cacau muitos se dedicaram e o “fizeram com persistência, denodo, trabalho árduo, muito suor derramado irrigando o chão” (ROCHA, 2006, p. 19). Nesse processo “acreditaram que os cacaueteiros por eles plantados produziriam frutos para sempre, sem necessidade de renovação das plantas e adubagem do solo” (ROCHA, 2006, p. 19).

Contudo, como nada é para sempre no universo, existindo ciclos de nascimento, crescimento, morte e ressurreição, com a lavoura cacaeira não foi diferente e ela entrou em decadência, como já mencionado.

O livro de Neto retrata a fase de decadência do *fruto-de-ouro* e apresenta um grupo de trabalhadores na lavoura cacaeira em busca de sobrevivência por meio de trabalho braçal em meio a muita exploração numa dessas fazendas. Exploração que é própria do sistema capitalista e que ocorreria mesmo que o trabalhador recebesse melhores salários, pois a mais-valia, pautada no tempo de trabalho não pago, sempre é extraída sobre o operário. Desse modo,

Diríamos que este escritor enceta a história da decadência das terras do cacau, iniciada quando o proprietário, herdeiro do antigo coronel, já não vive na fazenda, mas em Salvador, numa luxuosa mansão e entrega todos os cuidados da roça ao capataz, aguardando apenas a remessa dos lucros para a sua conta bancária. (CESAR, 2003, p. 12).

No período abordado pela obra, o cacau já não rendia os lucros alcançados no passado, mas ainda garantia ao proprietário da fazenda vida de fartura na capital do Estado, enquanto no campo seu administrador organizava a exploração da atividade e, posteriormente, remetia-lhe os ganhos. A exploração econômica desse território se deu devastando a natureza e jogando no chão a floresta que ali havia. O desejo da riqueza, a corrida ao lucro e a cobiça destruíram a natureza num processo de exploração que requeria um avanço constante das lavouras sobre espaços antes não incorporados às áreas produtivas, visando, assim, a manutenção ou aumento dos cabedais anteriormente extraídos e acumulados. Descrevendo uma lavoura cacaeira, o narrador aponta esse traço do movimento de exploração econômica:

As brilhantes folhas dos cacaeiros e os brotos roxos avermelhados mostravam a exuberância da terra. Madeiras em carvão deitavam-se pelo solo. Aqui e ali, o ponto negro das goivaras. Centenas de tocos lembravam a mata destruída: mucuris, viotes, paus d’alho, jequitibás e cedros (EUCLIDES NETO, 1992, p. 105).

Desse modo, Euclides apresenta uma forma de exploração depredatória do meio ambiente, com a destruição da floresta originária para dar lugar a novas lavouras de cacau e, assim, garantir ao proprietário das terras os ganhos almejados, num momento considerado como já de decadência dessa atividade monocultora. Da atividade cacaeira dependia a economia e o desenvolvimento dos municípios da região, como de Ipiaú. O autor realizou o feito atentando aos não favorecidos, pois era conhecedor profundo da realidade, e como

observador e como cacauicultor, ainda que sem fins de acumulação capitalista, contra a qual lutava e visava transformar:

Em 1961, Euclides Neto, militante de esquerda da Bahia, foi eleito prefeito de Ipiauí, onde implantou a primeira experiência de reforma agrária feita por um administrador público brasileiro, no assentamento denominado Fazenda do Povo, existente até hoje (CIDREIRA; FREITAS; MARTINS, s/d, p. 7).

Em oposição ao tipo de organização do trabalho na Fazenda Fartura, Euclides implantou a Fazenda do Povo, no intuito de criar condições ao pobre e oprimido pelos proprietários das fazendas para que estes tirassem seu sustento do próprio trabalho e que plantassem para eles mesmos. Seu pensamento marxista se manifesta na obra por meio da voz da personagem Sarará que se refere à questão da reforma agrária, naquele momento em discussão na sociedade brasileira. De acordo com o narrador: “- Estão dizendo por aí que o Governo vai mudar tudo: quem é pobre fica rico e quem é rico fica pobre” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 109). Assim, o autor se remete ao pensamento marxista que questiona a forma capitalista de sociedade pautada na exploração do trabalhador, que perde sua dimensão humana e, como mercadoria que circula no mercado, coisifica-se. Nesse contexto, tem-se na reforma agrária o instrumento de justiça social.

No mundo capitalista a representação do ambiente cultural e dos espaços está associada à compra e venda de mercadorias, de coisas. Para o dinheiro não importa qual seja a mercadoria em que se converte, mas as formas de valores-de-uso que são trocadas, enquanto um vende e o outro compra. O trabalhador vende sua força de trabalho e o possuidor do capital a compra numa operação que não se distingue da negociação de qualquer outra mercadoria. O possuidor do dinheiro e o possuidor do trabalho se comportam, reciprocamente, como comprador e vendedor, conforme Marx (2006). Nesse contexto social de dominação de uma classe sobre outra, entende-se por exploração a apropriação, por parte do patrão, do trabalho despendido pelo trabalhador, mas não pago por aquele, o capitalista; o apossar de seu tempo de trabalho excedente no processo produtivo e da mais-valia nele produzida. Sarará comentou, com seu companheiro de capina, ao prostrar sobre a propriedade da terra e do trabalho nela despendido por trabalhador “alugado”, que este não se convertia àquele que o realizou, que conheceu sujeito vindo de São Paulo, que conversava “uma porção de ciência”, expondo seu conhecimento da teoria marxista da mais-valia:

Dizia que os ricos roubam o trabalho do pobre. Que se nós entendêssemos, poderíamos também apanhar cacau e vender. [...] Que, se nosso serviço vale

cinquenta cruzeiros, o patrão só paga vinte e cinco. Portanto o patrão roubou vinte e cinco. Portanto a gente podia apanhar esses vinte e cinco que o patrão nos roubou. [...] Isso não é roubo. É defesa. Mário era o nome dele. Ainda dizia que se o rico tem o direito de roubar da gente nós também podíamos fazer o mesmo com ele. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 109-110)

Sará, explicitando seu conhecimento da teoria da mais-valia, dizia aos companheiros: “Que nosso dia vale muito mais...” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 142). E, avançando naquele ideário, via na união dos explorados a possibilidade de pôr fim à situação “... no dia que todo trabalhador se juntar não haverá mais dessas coisas. Nós vamos buscar o nosso... E nós plantamos, colhemos e secamos recebemos menos de cem cruzeiros. É ou não furto?” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 144). Ainda segundo o personagem, fazendo lembrar o conclave de Marx e Engels no *Manifesto comunista*, aos “Proletários de todo o mundo, univos!”, essa situação só se findaria com a união dos despossuídos para quebrar os grilhões: “Pobre não pode mais viver. Vive de teimoso. Só se todo pobre se juntasse pra acabar com isso...” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 148). De tais reflexões emerge, de um lado, uma identificação do patrão como ladrão e usurpador e, de outro, a busca por se construir uma identidade entre os trabalhadores.

A cultura, como fenômeno social, como conjunto dos valores materiais ou não, criados pelos homens no desenrolar de sua história, na sociedade capitalista, é marcada por diferenças e contradições, em decorrência de sua divisão e das visões de mundo díspares que comporta. Logo, abarca os valores e as regras a seguir dos diversos grupos sociais, que não são rígidos e nem aleatórios, mas determinados, prevalecendo aqueles dos segmentos que dominam. Neto expressou essa ideia do pensamento marxista ao questionar a ação parcial da Justiça: “E quem já viu pobre ganhar questão com rico?” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 109), e também ao expor a postura do Governo de defesa dos proprietários de terra de quem era representante: “- Mas só teremos a ajuda quando o Governo for da gente pobre, igual a nós. O rico é pelo rico. Cada um puxa brasa para sua sardinha.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 110).

Logo, a cultura se modifica no decorrer das épocas e das descobertas sociais, no deslocar no tempo e no espaço. Assim, a cultura, “é uma questão de auto-superação tanto quanto auto-realização” (EAGLETON, 2005, p. 15). Ela compreende a questão dos fazeres, da apropriação do espaço e de seus usos, das racionalidades e dos pensamentos circunscritos a um dado espaço.

O ambiente (meio, espaço) que abarca as condições materiais ou espirituais nas quais os personagens se movimentam e se desenvolvem os acontecimentos, conforme Proença Filho (1992, p. 54), configura-se como lugar de relações sociais de forças e de exploração,

opressoras e desumanizadoras. Os *habitat* humanos variam de acordo com o meio em que vivemos e “o meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo” (TUAN, 2012, p. 116).

A voz narrativa apresenta imagens do espaço em que João morava, um espaço hostil, um casebre abandonado no meio do mato, bem escondido, na Fazenda Fartura:

Deram-lhe um casebre no fundo da fazenda. Naquele dia já estava sem comer dois almoços e duas jantãs. Recordava-se que deixara a mulher e os meninos à beira do rio das Contas, numa sombra. Como o gerente precisava de gente para a safra que entrava, aceitou-o apontou a vereda, finda a qual estava a choupana de indaiá, sem portas, a cobertura furada, o mato invadindo tudo, bem no canto da roça grande. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 40).

Ao redor dos ranchos e das choupanas dos agregados o texto menciona a existência de curral, de fonte, de hortazinha, de terreiro. Retrata, ainda, os espaços de trabalho, marcados por dados do relevo, como serras e morros; da vegetação, como as matas; da atividade humana como os roçados (Roçado Grande) e das roças, como da Pedra Preta e das ações nelas desenvolvidas, como a roçagem e a capina; da hidrografia, como o rio (das Contas), os brejos, as enchentes (de São José), os poços (Poço fundo). Neto mostra como o lugar era e como a lavoura do cacau foi modificando o território e tudo que o figurava. Exemplo disso são as passagens do rio que enchia e inundava quando chovia, cobrindo a plantação de cacau ao seu redor e tudo mais:

O serviço de enxada já ia bem adiantado quando chegaram os aguaceiros de São José. O riacho inchou e as baixas ficaram alagadas. Cacaueiros novos estavam submersos, amarelando as folhas, embebedando-se. Possivelmente, quando as águas baixassem, estariam amarrotados e mortos (EUCLIDES NETO, 1992, p. 116).

No local, em condições insalubres, o trabalhador dava-se à exploração, passava frio, fome, e, mesmo doente, precisava trabalhar no pântano, no brejo, abrindo valetas para escoar as águas trazidas por aquelas que possuíam lugar de destaque na tradição cultural da região, as enchentes de São José, que cobriam algumas plantações de cacau. Nesse contexto, determinava o capataz Antônio:

- Amanhã todo mundo no brejo. Precisamos abrir valetões para escoar as águas.
Na segunda-feira lá foram os homens, nus da cintura para cima, calças em tiras, engelhados de frio. João tinha o rosto contraído e a pele parecia

cadáver. Os pés e as mãos encolhidos já estavam arroxeados. Mesmo assim, batia a enxada no barro de telha (EUCLIDES NETO, 1992, p. 116).

O pântano era descrito pelo narrador: “as enxadas tiravam os bolos de barro compacto, claro e meio azulado, espanando lama que molhava mais ainda os agregados. Não fosse o esforço físico já não poderiam mais se mexer, tal era o frio” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 117). A exploração do trabalho era violenta e desumana, com longas jornadas: “a tarde, somente quando a noite vinha como um pano negro ensopado, é que o horário acabava. Os homens deixavam o pântano de braços cruzados, contraídos, cabeça enterrada no pescoço como se procurassem um pouco de quentura” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 117).

O autor remete, ainda, a um dos roçados em que os agregados trabalhavam; era grande, como o próprio nome lhe adjetivava, Roçado Grande:

os agregados, um ao lado do outro, vergados e arrastando as enxadas, capinavam o Roçado Grande. Com este nome era conhecida a maior roça nova da fazenda. Cem tarefas de cacauzeiros que cobriam lombadas, boqueirões e baixadas. Os homens, cerca de vinte, formavam ligeiro círculo que avançava, limpando capebas e papuas, deixando os camalhões (EUCLIDES NETO, 1992, p. 105).

Remetendo-se à forma com se formou aquela grande extensão de terras, o texto trata do processo de posse de terras de forma desonesta, usurpadora, levada a cabo pelo pai do doutor Jorge em tempo anterior. Sarará pergunta a João o porquê de seu pai ter vendido as terras da Roça da pedra, ao lado da fazenda Fartura, e ele responde:

- Vendeu nada, homem, o pai do doutor Jorge era muito sagaz. Tanto fez que terminou ficando com a posse. Agora você vê: tinha mais de quarenta tarefas de cacau botando os primeiros cocos. É aquela Roça da Pedra sabe?
 - Que começa no brejo, onde mora Ramiro?
 - Isso mesmo. Pois bem: de tanto meu pai se encafifar com isso, perdeu o juízo. O certo é que ficou abestalhado pelas estradas, até que apareceu boiando no Poço Fundo (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107).

Na expropriação da propriedade alheia, formas violentas e escusas marcaram esse processo. João sabia que seu pai havia sido assassinado, porém, tinha medo de fazer qualquer afirmação e perder o emprego, quem sabe também sua própria vida. O narrador tece ainda representações do espaço ao descrever sobre como João se deslocava por aquele território:

- João desceu a ladeira pelo caminho que ia dar na estrada real. Resolveu ir à roça da Pedra Preta que tinha sido tomada de seu pai. Passou por várias casas de trabalhadores. Eles já tinham vindo do serviço e descansavam à soleira da porta de entrada. Outros rachavam lenha no terreiro com machados cegos.

Adiante deu com as roças da baixa pesadas de frutos, certas, ensombradas como se já fosse noite (EUCLIDES NETO, 1992, p. 161).

A fazenda possuía lugares que foram descritos como claros, onde os cacauzeiros ainda eram novinhos, e outros lugares escuros, em que as copas das árvores, de tão juntinhas, não deixavam quase vasar raios de sol, confundindo-se com a noite. E, para uma melhor compreensão do espaço físico e geográfico da Fazenda Fartura, vemos que este era dividido, hierarquizado, com finalidades bem estabelecidas.

A casa da sede, cercada de peitoris, afundava-se no pomar. Percebiam-se, somente, retalhos de paredes caiadas, de telhados escuros listados de limo e de janelas e portas pintadas de azul. O mais, as árvores encobriam. Aqui e ali uma primavera se enovelava nos esteios de âmago lavrado, deixando manchas vermelhas sobre o telhado. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 130)

Se, seguindo o intuito da exposição do lugar aos olhos de fora, de uma postura espetacular, a casa sede, que vivia há muito desabitada, ocupava o primeiro plano da cena, numa segunda posição vinha a casa do gerente e, daí para baixo, em níveis mais afastados e até ocultos, as de outros trabalhadores, que também possuíam lá suas estratificações.

Junto à casa sede, separada pelos jardins e pomar, estava a morada do gerente, disposta em chalé, pintada de amarelo, com duas janelas e uma porta de frente, por detrás do tamarindeiro que servia de moirão. Mais abaixo, as barcaças numerosas e alinhadas, sob as quais residiam os trabalhadores solteiros. Junto a estas, as duas estufas grandes, bem construídas, na solidez do cimento armado. Distribuídas pelos outeiros do pasto, casinhas de telha, beira quase no chão, porta e janela de frente, com a sala, dois quartos e cozinha, onde moravam famílias numerosas. Dali, pois, não eram vistas as dezenas de choupanas de sopapo e palha que se escondiam nas capoeiras e nas roças. A não ser alguma zoada de menino traquinando na casa do senhor Antônio, só se ouvia a carretilha de um sanhaço-coqueiro e os galanteios de um galo vermelho, que arrastava asas a sua companheira pedrês e muito coquete. Na varanda da casa sede, beija-flores insistentes cuidavam dos filhos (EUCLIDES NETO, 1992, p. 130).

A distribuição de casas era hierarquizada no espaço geográfico, de acordo com as funções/papéis de seus moradores nas atividades de trabalho. O gerente residia na casa sede, nas barcaças, onde se amassava o cacau, residiam os solteiros, as casinhas de telhas, que eram melhores, eram para os trabalhadores casados, mas que não tivessem filhos, e, as choupanas, para os trabalhadores com filhos, como João, que possuía oito.

O ser humano deve ter direito à cidadania, como explica Milton Santos (2007), e era a compreensão do que isso significava que faltava aos trabalhadores do cacau:

viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, a liberdade e a uma existência digna (SANTOS, M., 2007, p. 19).

Milton Santos (2007) deixa claro que viver é ter o direito a um lugar para morar, à comida, à educação, à saúde, ao trabalho e à liberdade. Todo ser humano precisa ter direito à moradia, trabalho e educação. Mas esses direitos, como mostra Euclides Neto, não eram respeitados e o direito ao trabalho é substituído pela exploração do funcionário pelo patrão: “os agregados, um ao lado do outro, vergados e arrastando as enxadas, capinavam o roçado grande” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 105). Ao final do dia, “João sentia as forças esgotarem-se” e apenas “à tarde, somente quando a noite vinha” é que o “horário acabava” e “os homens deixavam os pântanos de braços cruzados, contraídos, cabeça enterrada no pescoço como se procurassem um pouco de quentura” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 117). E, no final das contas, “o salário de João mal dava para adquirir aquelas mercadorias” que Isabel encomendara para o consumo da semana, carne, farinha, garrafa de querosene.

O espaço apresentado pela voz narrativa é um espaço de poder, sendo a fazenda ordenada conforme uma graduação de autoridade que corresponde às várias categorias de pessoas que as ocupam, como os trabalhadores variados e seus escalões. Doutor Jorge possuía um projeto de reforma do lugar para torná-lo mais moderno e produtivo: “Precisamos dar-lhes melhores condições para que produzam mais. Se possível, irei distribuir sapatos a todos” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 99). Projeto esse que servia ainda ao interesse de se configurar um cartão de visitas para mostrar aos seus amigos da capital:

O fazendeiro que não estava para discussões e, intimamente, sabia por que pensava na reforma, calou-se. Experimentava o prazer de mostrar aos amigos a organização da fazenda. Pelo menos, teria que reformar todas as casas do pasto, justamente as mais vistas. Quanto às roças, poderiam ficar como estavam. As da frente da fazenda é que precisavam ser rebocadas, caiadas e tijoladas. Talvez fizesse um pequeno jardim em cada uma delas (EUCLIDES NETO, 1992, p. 99).

A ideia de reforma indica a preocupação com o espetáculo, com o mostrável e adequado conforme o discurso de modernidade. A frente da fazenda deveria dar a sensação de organização e de boas condições de vida aos trabalhadores. Já atrás, as casas mais afastadas poderiam continuar como estavam, e se manterem escondidas por retratarem condições de atraso. A sede da fazenda explicitava sua identidade com o moderno, organizado.

Somado ao cenário montado conforme as intenções dadas, de mostrar as boas condições de vida dos trabalhadores na fazenda, o projeto de reforma se associava ao fato do Presidente do Instituto do Cacau possivelmente fazer uma visita ao local, e também objetivava influir na conjuntura para conseguir recursos para arrumar a estrada do lugar. Em tal contexto, o doutor Jorge chegou a pensar em construir uma escola para a qual “Contrataria uma professora. Nada como alfabetizar” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 100):

- É que o presidente do Instituto de Cacau possivelmente vai por lá ver as condições do terreno e pragas dos cacauzeiros. Não podemos mostrar uma fazenda assim maltratada. Precisamos impressionar também. Depois estou querendo ver se consigo um bom auxílio para minha estrada de rodagem (EUCLIDES NETO, 1992, p. 100).

Buscando se adequar aos discursos modernizantes em circulação pela sociedade brasileira, como quem vestia uma máscara, até um projeto de alfabetização o fazendeiro tinha em mente, ainda que com fins outros que não realmente melhorar a situação dos trabalhadores. Mas, mesmo assim, seria bom para eles se verdadeiramente o projeto fosse levado a cabo, pois melhoraria suas condições de existência, tornando-as mais favoráveis, graças ao saber ler e contar, além de melhorar o estado de saúde com casas mais adequadas e calçados para os pés. Porém, no cenário espetacular montado, alguns trabalhadores nele inserido possuíam apenas uma aparente melhor situação, como o velho trabalhador da fazenda que não aguentava mais os trabalhos pesados e fora posto como tomador de conta da casa da sede, como guarda:

Fábio é que tomava conta. Ele dormia na varanda, sobre uma saca. Nas noites frias cobria-se com um pacote velho e se enroscava feito um cão. Botava sentido à casa. Se ouvisse algum ruído, levantava-se percorria os alpendres, dava voltas no jardim, retornava a seu canto. Nos olhos mortiços de velho, lágrimas viscosas afogavam o olhar cansado. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 128).

Os trabalhadores eram tratados como animais, o guarda dormia na varanda como um cão. Enquanto a casa ficava fechada, abandonada, Fábio dormia do lado de fora, em cima dos sacos de cacau e, nas noites frias, enroscava-se como um cachorro. Não podia adentrar a casa, que precisava manter fechada. A fazenda era o lugar de produzir e de beneficiar o cacau por entre roças, estufas, barçaças e, nesta, até os animais velhos eram melhor tratados do que os trabalhadores, como os dois burros “aposentados” que foram do pai do fazendeiro atual, e que não faziam “mais nada” por uma “questão de humanidade”, visto que o proprietário considerava que “os bichos também precisam descansar... trabalharam a vida toda”. Mas, se

os animais eram humanizados, os homens, ao contrário, continuavam animalizados, coisificados: “João, de cá, invejava a sorte dos bichos. Depois de velhos, já cansados, imprestáveis, tinham a recompensa. Tinham água e comida fartas” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 131). Ao passo que por trás desse cenário de exposição para os de fora verem, trabalhadores e suas famílias morriam de fome, viviam nus, pés no chão, por isso, João inveja a situação dos bichos: “somente os burros eram felizes.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 132).

Portanto, os ambientes natural, social e cultural, os espaços da narrativa, apresentados por Neto n’*Os magros*, são claramente divididos e marcados por experiências de exploração, de oposições e de tensões entre patrões e empregados, exploradores e explorados, dominantes e dominados, poderosos e submissos. Nesse contexto, o nome da Fazenda “Fartura” advém da visão de mundo do proprietário, que dela retirava, apropriava-se e acumulava bens materiais, que lhe garantiam vida de abundância. Esta situação se contrapunha àquela dos trabalhadores que ali viviam em condições precárias, sendo descritos em meio às experiências de opressão e de exploração.

A casinha, coberta com idaiá, era cozinha, o quarto e a sala de fora. Duas portas, ou melhor: duas aberturas como uma toca. No fundo, a lama escura esverdeada, a pimenteira, o pé de jiló e o pinico de barro encostado à parede. Na frente, o terreiro estreito. Em volta, as matas, copeiras e cacauzeiros da fazenda Fartura, situada no município de Ipiaú. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 2).

As condições de moradia possuíam raízes históricas antigas, e seus embriões já existiam no começo da vida no Brasil. Nos fins do século XIX, nos anos 1880, Joaquim Nabuco já se remetia a essas condições, mas, pelo que vemos em Euclides Neto (1992), elas se arrastavam ainda, pelo menos, até meados do século XX ou mais, com trabalhadores rurais vivendo em choças vazadas pelo vento e pela chuva (GUIMARÃES, 1982, p. 281).

Ainda, conforme o narrador, ao tratar do espaço da ação e das clássicas relações de antagonismo entre trabalhadores e fazendeiros ou seus representantes, era regra o patrão ver quem trabalhava como inimigo que preparava e tecia rixas e litígios (GUIMARÃES, 1982, p. 281):

Ao lado da choupana existiam no terreiro mesmo, uns cinco metros quadrados de terra que os cacauzeiros não conseguiam cobrir. Ali, Isabel fez um cercado e plantou verduras: jiló, alfavaca grossa, coentro, couve e quiabos. Gostaria de fazer uma roça grande, com aipim, fruta-pão, bananeiras, laranja-cravo, mas o gerente cortou a vontade:
- Não senhora. Aqui ninguém faz roça a não ser para a fazenda. Proibição de cima. E o doutor Jorge bem que tem suas razões. Vocês plantam dez pés de

mandioca, uma bananeira e quando querem sair pedem o preço de uma usina (EUCLIDES NETO, 1992, p. 84).

Se nas velhas relações de trabalho no nordeste, o proprietário concedia ao agregado pequeno lote de terra para construir sua cabana e plantar produtos alimentícios (mandioca, milho, feijão, banana etc.), com o avanço dos latifúndios, as áreas cultivadas de cacau foram aumentando e restringindo esses sítios, tirando dos agregados essas áreas e impedindo-os de cuidarem das plantações, impelindo-os à proletarização (GUIMARÃES, 1982, p. 284-5). O ambiente descrito, referente às condições de existência dos trabalhadores e suas famílias, é de exploração e opressão. Os trabalhadores não podiam ocupar aquele espaço conforme suas necessidades, como plantar uma pequena horta num canto de terra onde não havia lavoura de cacau para alimentar a família, pois o proprietário proibia para evitar posteriores demandas em nome de tais benfeitorias por ocasião de uma mudança para outra fazenda. A narrativa apresenta a forma como o trabalhador, que possuía apenas sua força de trabalho para garantir sua subsistência, vendia esse bem (a força de trabalho) ao proprietário da fazenda cacauzeira por um salário aviltante. Conforme Cardoso (2006, p. 86), “as imagens mostradas na obra indicam um universo social em que as interações entre homens e destes com seu mundo são cruéis, tanto quando se reportam à classe dominada quanto à dominante”.

Nesse sentido, a voz narrativa apresenta um ambiente histórico e social cuja existência é determinada pelo modo capitalista de produção do cacau, logo, de exploração de uns sobre os outros. Expressando as condições precárias de vida dos trabalhadores nas fazendas de cacau, vemos o personagem João se preparando para iniciar uma jornada de trabalho. Ele “engoliu um trago de café ralo, quase amargo. Jogou dois punhados de farinha na boca. O búzio tocava, chamando os trabalhadores” e ele, que “quase não pensava”, ao ouvi-lo, “ia tocado como um boi no arrasto”. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 3, 6) O salário que João e seus companheiros recebiam mal dava para comprar os alimentos necessários, assim o dia dos trabalhadores começava com pouca comida, com fome mesmo, e não transcorria e nem findava de modo diferente. O toque do búzio, indicando o início do tempo de trabalho e de sua posse pelo patrão, era instrumento de dominação, de controle e disciplina sob o trabalhador, e se propagava sobre o espaço. Esse modo de chamar os trabalhadores ao serviço indica que “nossa experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do campo visual” (TUAN, 2012, p. 26) e que a dominação por tal sentido também se propaga e faz sentir-se em ambientes ampliados.

Num espaço e contexto social marcado por violências e medos diversos, por vigilâncias diretas e imaginárias sobre os trabalhadores, dentre os variados elementos

culturais próprios do lugar e situação percebidos na narrativa, destaca-se o temor de assombração associado a um ambiente marcado por meios precários de existência; a um espaço, de certo modo, desolador para a sobrevivência humana. “A noite já se aproximava. O casebre ficava no meio dos cacauzeiros. As sombras amontoavam-se pelo chão. Sombras onde as almas penadas a noite faziam ninho. Sombras terríveis” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 23). As condições de moradia no casebre eram tão precárias que daquele lugar emanava a sensação de que almas penadas estavam por ali. E, do lado de dentro do “rancho em ruína”, que se configurava como “uma peneira” em tempo de chuva, de tantas goteiras (EUCLIDES NETO, 1992, p. 51, 61),

Somente as labaredas do fogão iluminavam a choupana, enchendo-a de fumaça. João saiu ao terreiro. A noite era fria. Bacuraus choravam nas ramagens, onde as folhas se roçavam lúbricas. Galhos de jequitibá rangiam uns contra os outros, enchendo o espaço de ruídos sinistros (EUCLIDES NETO, 1992, p. 29).

O espaço em que os trabalhadores viviam era opressor e amedrontador e, de tão precário, mostrava-se sombrio e sinistro. O medo de assombração remete e expressa um estado emocional abalado, que deixa o sujeito em espreita, apreensivo, e resulta da consciência de um perigo ou de ameaça eminente, seja concreta, real ou hipotética, imaginária. A escuridão esconde os perigos, guarda ameaças à vida, à existência, e as sombras, vibrações da matéria, assombram, trazem preocupações por um determinado fato ou dada possibilidade.

Mas o trabalhador tinha medo era mesmo do capataz, do contratante que se interpunha com ameaças e relações de trabalho extremamente opressivas, visando à intensificação do trabalho, conduzindo o trabalhador a uma atividade intensiva e extenuante, extorquindo partes de sua remuneração já ínfima. Esta era a postura de exploração do trabalhador por meio da figura parasita de outro trabalhador, muito comum em regiões econômicas mais atrasadas (GUIMARÃES, 1982, p. 289-90). Assim, João temia o gerente; temia que “aparecesse e não o encontrasse trabalhando” (EUCLIDES NETO, 1992, p.11); receava que o gerente o visse parado, fumando um cigarro e que fosse chamado de “preguiçoso, ou sem vergonha”. Sem ter o que comer na lavoura pensava em colher cabaças de cacau para “satisfazer o bucho”, mas, pela disciplina internalizada, pensava “meio receoso” que seria “furto... Se fosse visto comendo cacau, teria que ouvir o diabo. Até de ladrão seria chamado” por aquele e sentia “certo remorso” roendo-lhe, pois “aquilo não era direito” (EUCLIDES NETO, 1992, p.12-3). João o via como “Homem frio. Coração de pedra. Não gostou dele desde que o conheceu.

Mas a necessidade obrigava” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 40). A família vivia temerosa que o capataz descobrisse que eram oito filhos e não três, como o pai lhe havia dito quando procurou o trabalho, e “as crianças ficavam apavoradas” quando o pai ampliava suas maldades, “dando-lhe contornos de monstro, animal muito terrível que pegava menino” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 45). Enfim, João se sentia explorado e oprimido:

Sentiu que tinha medo da chuva, de ir beber água quando tinha sede, de fazer cigarro quando queria pitar, de ser encontrado trabalhando com aquele facão quando precisava trabalhar. Não é que fosse medroso. Mas por todo canto havia um perigo, receios ocultos e dissimulados. Sem falar no pavor que sentia de ser posto para fora. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 63).

Nesse contexto, o trabalhador desejou a morte para “descansar da fome, das goteiras e do medo de ter muitos filhos.” (EUCLIDES NETO, 1992, p.64). Inserido em relações de trabalho exageradamente opressivas considerava que não podia nem sentir saudades do filho que morrera no dia anterior: “Agente só tem direito a ter medo do senhor Antônio, dos coriscos, da enxurrada levar tudo. Para a gente, só tem medo”. O agregado sentia “que temia outro homem”. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 70-1).

O espaço era marcado por violências e por opressões a elas associadas, as quais impunham uma atitude de conformismo a João em relação à perda das terras de sua família para o pai do fazendeiro atual, que a tomara, usurpara. O receio, a apreensão de que algo poderia ocorrer a ele e à sua família, caso “encafifasse”, como seu pai, com o fato ou dele ficasse lembrando, margeava sua conformação à situação. Isto porque, afinal, após o pai do doutor Jorge, que “era muito sagaz”, tanto ter feito “que terminou ficando com a posse” da terra do pai de João, que perdeu o juízo, ficou abestalhado pelas estradas e “apareceu boiando no Poço Fundo”. Sobre isso, João comenta que: “- Nasci os dentes vendo cacau. A roça de meu pai era na banda de lá da fazenda. Dessa fazenda onde estamos. Nem gosto de me lembrar. A gente podia estar hoje bem, com sua roupa, seu bom sapato, seu chapéu. Mas Deus não quis. É assim mesmo” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107).

A personagem João se conformava com essa situação de opressão, de expropriação, de roubo do que lhe pertencia, por um grande fazendeiro, o coronel, pai do doutor Jorge, que lhe tomou as terras e agora o explorava desumanamente. João afirmava: “- Isso mesmo. Pois bem: de tanto meu pai se encafifar com isso, perdeu o juízo. O certo é que ficou abestalhado pelas estradas até que apareceu boiando no Poço Fundo” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107). Explicitando as práticas de violência predominantes naquele espaço, que impunha o conformismo, João dizia que seu pai não vendeu as terras, mas que foram usurpadas pelo

grande fazendeiro esperto: “- vendeu nada, homem, o pai do Doutor Jorge era muito sagaz. Tanto fez que terminou ficando com a posse. Agora você vê: tinha mais de quarenta tarefas de cacau botando os primeiros cocos” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107).

João sabia do que havia acontecido com o seu pai e com sua família desde a perda da roça até a morte daquele, mas guardava consigo, em silêncio, esse fato. Silenciava suas memórias e, silenciado pela opressão, ocultando o ocorrido dos outros companheiros, relativizava suas lembranças. Mas tanto sua memória individual quanto aquela coletiva trazia marcas do ocorrido. Assim, vivia amedrontado, num pesadelo, acovardado, pois tinha medo do que poderia lhe acontecer, tal como ficar desempregado, ter que mudar daquelas bandas onde nasceu e cresceu e deixar a fazenda em que se sentia, de certa forma, acolhido, protegido:

Não gostava de lembrar-se da ligação entre o senhor Jerônimo e a morte de seu pai. Preferia encobrir o passado. Se tivesse a certeza de tudo, não ficaria naquela fazenda. Também, para onde iria com tantos filhos? Pelo menos ali, estava agasalhado. E ninguém sabia do caso. Se os companheiros descobrissem teriam até nojo dele. Mas não possuía coragem de procurar outro serviço. Nascera ali pertinho e se lembrava vagamente do que acontecera. Até quem sabe o finado senhor Jerônimo podia estar certo. Ouvira falar na justiça e, ela mesma em carne e osso estivera na sua casa. Recordava-se do dia em que foi passada a escritura. De como seu pai ficara aniquilado depois. Da choradeira. Do dia da muda: sua mãe arrumando os breguessos, chorando, pedindo paciência e os agregados do senhor Jerônimo já com a bagagem dentro de casa como se empurrassem. De tudo se lembrava. No entanto não adiantava pensar naquilo. Senhor Jerônimo podia não ter culpa. O povo conversa muito (EUCLIDES NETO, 1992, p. 108).

Rememorando, o trabalhador expropriado ligava suas experiências de desagregação e usurpação de suas terras aos espaços e ações que desembocaram no desterro neles desenrolado. A exploração do homem pelo homem, como a usurpação de suas propriedades por outrem, ou de sua força de trabalho ou outros bens, é percebida de forma clara. Desse modo, tanto o apoderar-se do território, do espaço, das terras do menor pelo maior e mais poderoso, quanto à exploração, de forma brutal, do trabalho dos seus descendentes estão expostos em cena. A voz narrativa apresenta Isabel trabalhando exaustivamente a terra, visando uma vida mais digna para os seus:

Isabel limpava os matos com as próprias mãos. Enfiava os dedos na terra fofa e arrancava o que não era de comer. A hortazinha vivia escovada. Ah! Se fosse maior. Então, olhava além e via terras vastas, subindo e descendo lombadas. Ah! Se pelo menos tivesse uma tarefa daquelas duas mil. Plantar milho, feijão nas trovoadas, arroz na lua nova de dezembro. Mandioca no

crescente. Uns pés de café para beber. Até quem sabe, uns cacauzeiros. Sim, cacau. Uma tarefa ali dava para uma família viver, comprar tudo, andar vestido, comer todos os dias e não ter medo. Mas, cacau dava azar. Não se recordava daquele contrato que fizera depois que veio para a companhia de João? Derrubaram a mata, ficaram morando numa palhoça pior do que aquela, comiam caça e folhas. Labutavam todos os dias. Não havia domingo nem ia santo. Nada. Nem sabiam os dias. Até com a lua trabalhavam (EUCLIDES NETO, 1992, p. 85).

Mas, se pela memória, Isabel traz à cena tanto empenho no trabalho para garantir à família uma vida melhor, foi também por meio dela, da lembrança, que mostrou que o fazendeiro, depois de ver tudo plantado e produzindo, os fez entregar tudo numa nova ação de usurpação de seu trabalho:

Mas o sonho foi desaparecendo. [...] Logo o fazendeiro apareceu, correu a roça com interesse, cresceu os olhos e começou a maltratar. Deu para cobrar dinheiro fornecido. Era preciso receber, estava com muito capital esparramado. [...] O fazendeiro foi apertando. Toda semana vinha ver a roça. [...] Veio, então o desânimo. Não via que a roça não era dele? Que as plantações pertencem ao dono da terra? E que a terra perseguia a todos: matava e comia os meninos? [...] João teve que entregar tudo. (EUCLIDES NETO, 1992, p.86).

Exploração que impunha aos trabalhadores cumprirem suas atividades e obrigações no trabalho até mesmo doentes e em condições de extrema dificuldade e risco para a saúde e suas vidas. A voz narrativa, remetendo-se às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores no espaço à margem de um ribeirão, informa-nos que o gerente notava o “cansaço em todos e não podia encorajá-los com simples esporros”, pois “agora estavam na pior parte”. Além dos maus tratos, como mecanismos disciplinadores para garantir a produção, o explorador não se importava com a saúde dos explorados, visando apenas o lucro que a fazenda deveria render ao final do mês. Assim,

Os agregados teriam que trabalhar à margem do ribeiro cheio, com água até a cintura. Os que apanhavam baronezas e paus podres do leite estavam somente com a cabeça e os braços do lado de fora. Por isso, os mais doentes tinham movimentos mais lerdos. Alguns deixaram de ir ao trabalho. Batiam os dentes em casa, na tarimba, queimando de febre, tomando chá de limão com escalda-pés de pitanga. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 118).

A exploração do trabalho era tamanha que havia dias em que o ganho semanal de João mal dava para comprar os alimentos para a semana toda e o trabalhador ia para o trabalho sem ter tomado “nem o gole de café. Nem o punhado de farinha” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 7). Esta situação de falta de recursos para se alimentar era incômoda, aviltava, trazia

acanhamento, desassossego e indisposição física e moral. Ante os companheiros de trabalho, João “sentia-se envergonhado. O fato de não ter o que comer criava nele certo mal estar, que doía mais que a dor no estômago” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 12). Adensando o quadro de exploração, o trabalhador precisava comprar o seu próprio instrumento de trabalho, o facão, por que “se não adquirisse o ferro, ficaria sem trabalho” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 8). Dessa forma, pode-se perceber que Euclides Neto, em toda a sua obra, “manifesta uma clara simpatia pelo trabalhador pobre e explorado da lavoura cacaueteira” (CESAR, 2003, p. 11). Conforme Marx (2006, p. 187),

O que o capitalista consome produtivamente é a própria força de trabalho do trabalhador, e não os meios de subsistência deste. É o próprio trabalhador que converte-se em meios de subsistência o dinheiro recebido por sua força de trabalho, a fim de reconvertê-lo em força de trabalho e manter-se vivo, do mesmo modo que o capitalista transforma em meios de subsistência para si parte da mais-valia da mercadoria que vende por dinheiro, sem que se diga por isso que o comprador lhe pagou a mercadoria com meios de subsistência.

Nesta forma de transação comercial, presente no mercado de mão de obra, o vendedor de sua força de trabalho vende-a, transformando-a em mercadoria, e o comprador paga por ela, tornando-a um meio de subsistência do trabalhador. O trabalhador vende sua força de trabalho por um preço estipulado em meios de subsistência, apresentado-a como mercadoria e sendo coisificado.

Neto nos apresenta João num momento em que o gerente da fazenda, o senhor Antonio, exercitando seu poder de mando, não permite que ele, como trabalhador, realize seu trabalho sem uma ferramenta sua e em boas condições para produção. O gerente diz: “- Já lhe falei, João, que você não pode trabalhar com esse facão” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 11). E, mesmo depois de João lhe pedir uma chance, ele responde: “- Não posso. A fazenda está dando um despesão. Desse modo vai tudo por água baixo” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 11). Expressando tal relação de forças, o narrador afirma: “Intimamente o feitor sentia-se bem, apertando o agregado. Mostrava superioridade. Que podia mandar e desmandar”, inclusive exigindo daquele adquirir um meio de produção que, em geral, deveria ser fornecido pelo patrão, como a enxada que o trabalhador apanhava na casa do gerente.

Em contraste a essa situação gritante vivida no espaço rural, de penúria, fome e exploração do trabalhador pelo patrão, o proprietário da fazenda Fartura, morador de outro espaço, a cidade, o doutor Jorge, “andava atrás de suas pedras, pagava uma fortuna por um brilhante vermelho” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 10), além disso,

Comia até arrepender-se. Saía da mesa ansiando. Às vezes sentia o estômago comprimido, afrouxava o cinto, arrotava e pedia:

- Um sal de frutas aí, menina. Diabo! Não sei por que comi tanto. Foram as bananas fritas. Não posso comer todody. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 15).

Compondo a vida de fartura produzida no espaço da fazenda de cacau e que era destinada a seu proprietário, além do conforto de sua casa na capital, do vestuário que usava, da alimentação de que se servia e da qual abusava, doutor Jorge colecionava brilhantes, num mundo de alienação à mercadoria e ao consumo. Enquanto os trabalhadores da fazenda viviam na penúria, em extrema miséria, morrendo de fome, comendo terra para saciá-la, ele, que havia deixado a propriedade produtiva nas mãos do capataz e se mudado para Salvador, esperava simplesmente pelos depósitos em sua conta bancária. Segundo a voz narrativa, no espaço da fazenda, um dos filhos do trabalhador, após ter comido terra “tinha a boca em fel. Os olhos pesados. O corpo todo mole, espetado nas dores cansadas. Levantou-se, estirou os braços e ficou com preguiça de andar, olhando qualquer coisa que não via” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 76). Ele via João, que tivera doze filhos dos quais oito sobreviveram a tais condições hostis de existência, sendo que um deles estava quase morrendo de inanição, “comendo terra” por mais que sua mãe lhe avisasse que “Terra mata”.

No espaço citadino, uma cultura e condições de vida diferenciadas daquelas próprias dos trabalhadores é percebida em vários momentos quando se trata do mundo dos patrões, como doutor Jorge, que “já abandonara toda a rusticidade dos pais”, e como dona Helena, que quando se casou “foi morar naquele bairro grã-fino” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 9-10). O narrador apresenta uma descrição da vida luxuosa do doutor Jorge na capital ao tratar do palacete em que residia, por entre jardins bem tratados:

A frente pesada e branca denotava solidez financeira. Dois pavimentos subdivididos em salas amplas, dúzias de quartos, varandas preguiçosas e desabitadas. Naquele casarão morava o dono da Fazenda Fartura, sua mulher e Rose Marie. Ao fundo, as dependências, onde ficavam as três empregadas, o jardineiro, o chofer particular da patroa e o policial puro sangue. Ao lado das dependências, o galinheiro, combinando com a estrutura da casa, coberto com telhas francesas, pisos de mosaicos vermelhos, porta e janela de vidros e paredes de comongó (EUCLIDES NETO, 1992, p. 4).

Sala de jantar ampla, móveis de pau-marfim, chão de mosaicos miúdos, relógio alto, cortinas de seda, trepadeiras compunham o luxuoso palacete no qual viviam o fazendeiro, sua esposa e a boneca Rose Marie, que aquela embalava como se fosse uma filha, na busca de preencher o vazio que sentia por não ter filhos e ser desprezada pelo marido.

Mesmo morando naquele luxuoso palacete, doutor Jorge viajava muito e a maioria de suas viagens era para a casa de Elisabete, sua amante, onde se refugiava em seus braços juvenis. Achava a esposa feia e cheia de manias. Era com sua amante que frequentava a alta sociedade, viajava: “Elisabete possuía uma casa funcional, de traços ligeiros e encantadores, toda cercada de sedução que vinha do mar. Com ela vivia e ficava dias ausentes de dona Helena” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 87). Era uma casa a beira-mar, um “ninho de amor”:

A casa parecia um brinquedo, tal era a arquitetura delicada, vaporosa em varandas quietas. A sala de estar ampla era servida por três sofás-camas multicoloridos. Num canto, o bar em Z mostrava a variedade de bebidas finas, em prateleiras de vidros grossos. A escada que se desenvolvia num canto, tinha os degraus presos somente em uma extremidade e, tal era a leveza, que pareciam vibrar. Quase não havia paredes. Largos vãos que se abriam para os coqueiros, as areias e o mar ali perto, tangido pelo vento gostoso. No primeiro pavimento, os quartos também muito abertos, grandes vidros para evitar as ventanias e dar claridade. O mais eram as varandas e mais varandas, que as portas largas faziam confundir-se com os quartos. Tudo muito rasgado, invadido de muito sol. Embaixo, além do living, copa, cozinha, quarto de empregadas, duas garagens e o playground. Havia a sala de música, junto a um regato que vinha da terra, coleante, em procura do mar. Às suas margens foram plantadas narcisos importados e dois cisnes enobreciam as águas trepidantes (EUCLIDES NETO, 1992, p. 136).

Se a casa do doutor Jorge e aquela de sua amante foram representadas como modernas, a cidade e o espaço citadino também foram identificados com o moderno, com a vida e a forma de experimentá-la modernas. Essa modernidade era percebida e enaltecida pelos personagens endinheirados que circulavam em espaços onde ocorria comércio de carros caros, negociava-se cacau, café, gado, terrenos e outros bens materiais. Esse espaço da cidade era chamado de Ilha dos Ratos, nome que poderia advir do roubo que esses proprietários cometiam ao explorarem os trabalhadores de suas fazendas, comprando suas forças de trabalho pelo mínimo necessário à sua subsistência, pagando-lhes salários aviltantes e dando-lhes moradias paupérrimas.

A Ilha dos Ratos era um trecho de cem metros da rua do comércio, ao pé de casarões antigos, arborizada com mungubeiras, sob as quais ficavam dezenas de carros para negócio: desde o último modelo de luxo ao rabo quente mais fuçado. Ali se comprava cacau, café, gado, casas, terrenos, pedras, automóveis e tudo o mais que se pode comercializar. Até mulher encomendava-se. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 122).

Neste espaço do mercado, do comércio, que tão bem explicita que tudo no mundo moderno é mercadoria, inclusive as pessoas, homens ricos se encontravam para realizarem negócios, exibirem-se, expondo suas fortunas, serem reverenciados e invejados:

Os fazendeiros ricos, que moravam em Salvador, e não tinham o que fazer, iam para ali todos os dias. Vestiam-se com as melhores roupas, chapéu caro, sapatos espelhando, alfinetes de gravatas impolutos e o caroço de milho no dedo, que indicava a hierarquia da fortuna. Agiam ali, principalmente, os marreteiros. Indivíduos bem apresentados, boa prosa, sabidos como padre velho, e que trocavam tudo. De preferencia joias e automóveis. Alguns também negociavam com bebidas, perfumes, roupas e o mais que vinha dos cais, pertinho dali por baixo do pano (EUCLIDES NETO, 1992, p. 122).

Os fazendeiros, moradores na capital, reuniam-se neste lugar, espaço de comércio, para uma boa prosa, realizarem negócios, fazerem trocas, exporem suas riquezas por meio de símbolos e estabelecerem uma hierarquia social. Por outro lado, nos espaços das fazendas, no interior, os trabalhadores assalariados produziam suas riquezas em jornadas extensas de trabalho e em condições desfavoráveis de moradia. Desta feita, passavam fome e subsistiam com o mínimo possível, na miséria, não podendo, sequer, plantar uma pequena horta para reforçarem os víveres existentes e garantir a sobrevivência, pois a propriedade e o controle do espaço eram do fazendeiro.

Dona Helena, a esposa de doutor Jorge, por sua vez, não sendo mãe, compensava sua carência materna cuidando de uma boneca, Rose Marie, como se fosse uma filha, identificando-se com a figura da mulher como mãe. Embalava-a, levava-a ao médico, fizera até seguro de vida para ela, planejava batizá-la, fazer festa de aniversário e tudo mais para ocupar-lhe o tempo e a vida. Conversando com o rapaz que fazia o seguro de vida e sendo questionada por fazer um seguro de cinquenta mil cruzeiros e não de quinhentos ou um milhão, respondeu: “- Mas para começar. Depois faremos mais. [...] Além de tudo, a Rose é assegurada na Previdência” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 103).

Dessa forma, o capitalismo se fazia presente no espaço e meio cultural da sociedade rural e citadina baiana apresentada por Euclides Neto e a força do dinheiro se faz presente em situações e lugares os mais variados e até, aparentemente, inesperados, como naquela da prática religiosa do batismo em uma igreja do interior. Nesse sentido, o filho mais novo de João não foi batizado por falta de dinheiro, como aponta o narrador, ao indicar a igreja como também um lugar dominado pelo interesse econômico:

João pensava no batismo que o filho não recebera. Bem que escolhera o padrinho, o compadre Caboclo. Mas o compadre, coitado, era também carregado de filhos e nunca lhe sobrava dinheiro para o padre. Por duas vezes fora a igreja perguntar:

- Senhor vigário, tenho um menino para batizar, mas não posso pagar
- Hum... gemia o padre, e continuava lendo as notícias políticas.
- Como eu faço senhor vigário?

- Somente vinte cruzeiros.
- Caboclo voltava encabulado. Sentenciava:
- Um dia nós batizamos
- Sim, compadre. Sim... (EUCLIDES NETO, 1992, p. 33).

Se a passagem mostra a exclusão e a interdição das camadas pobres da sociedade em uma prática cultural arraigada em seu meio, como a do batismo e da devoção religiosa, por outro lado, revela a cena de dona Helena fazendo planos para sua boneca no que refere a aspectos similares. Afirmo a voz narrativa: “Gostaria ela de fazer também o batizado de Rose. A menina estava completando três anos e precisava lavar-se do pecado original.” E, avançando em seus planos, a rica senhora agrega esta questão cultural a outras, como a realização de festas para a boneca, tanto de batizado quanto de aniversário, acrescida também a de Natal. Assim decide: “Ficaria bonito: o batismo no dia do aniversário. Além disso, esperaria o Natal e, em um dia só, daria a festa.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 145). Coisificada num casamento de interesses econômicos, desprezada pelo marido, dona Helena alienava-se da vida real, também hostil, num mundo de fantasias e transformava uma coisa, a boneca, em gente.

Expondo, ainda mais, a situação de penúria experimentada no espaço rural pela família de trabalhadores, situação produzida pela exploração do patrão aferrado ao lucro, o narrador informa que, na casa de João, numa sexta-feira, à véspera do dia daquele ir à cidade comprar os bens necessários ao sustento da semana, “só existia o resto de farinha que mais era uma crueira.” Além disso, o quilo de carne seca que compraria, junto com os quarenta litros de farinha e pequenas quantidades de outros bens, uma ninharia, não daria para a semana inteira: “A carne iria até terça-feira. Cada um engoliria uma isca. Os meninos ficariam a desfiar, com pena, as fibras salgadas”. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 6). Assim ficamos sabendo que “o salário de João mal dava para adquirir aquelas mercadorias” essenciais para subsistirem durante uma semana (farinha, carne seca, meio quilo de açúcar, duzentos gramas de café, meia garrafa de querosene e o “destoes” de fumo). Logo, com “o magro salário”, “espremia aí dentro suas precisões”, pois “o dinheiro virava alcanfor”. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 17-8).

Com o magro salário de João seus filhos, de acordo com a voz narrativa, “vestiam-se somente com a blusa rota que os protegia até a altura do umbigo. As meninas cobriam-se de chita” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 54). As crianças também tinham seu trabalho explorado: “Os meninos, que já agüentavam puxar um burro manso, eram aproveitados na condução de cacau ou para descarregar. Ganhavam minharia mas ia servindo.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 7). Contudo, quando, não raro, algum trabalhador ou seus filhos morriam de fome, ainda poderiam se converter em benefício para seu patrão ao servirem de adubo. Segundo o

narrador, “os cacauzeiros ficaram muito contentes e produziram frutos enormes, cheios de caroços que o Doutor Jorge venderia. O dinheiro iria pra os bancos, parir juros ou comprar brilhantes, de todas as cores” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 61-2). Frutos que “pertenciam ao fazendeiro. Neles era proibido tocar a não ser para a colheita.” E “Ai daquele que apanhasse um coco!” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 8).

Mostrando outro aspecto da cultura rural e popular, vemos as crianças se divertindo com brinquedos por elas criados e ligados à realidade que as cercava. Mesmo com toda sofreguidão “os meninos brincavam no oitão de curral de boi”, que era “um pequeno cercado de gravetos” que “prendia o gado de birros de cacau pecos e laranjas verdes” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 68). Ante toda dificuldade vivenciada as brincadeiras das crianças possibilitavam que saíssem um pouco da realidade mesquinha e opressora e que se divertissem por algum momento, mergulhando em tal alimento, num acúmulo de bens essenciais (BACHELARD, 2008,). A fuga e o devaneio trazem a essas crianças momentos de felicidade.

A cultura capitalista se configura como um meio de negócios do qual não escapam até mesmo os casamentos, como o casamento do doutor Jorge e dona Helena. Assim afirma a voz narrativa ao se referir à dona Helena: “Casara-se graças às vinte mil arrobas de cacau [...]” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 10) ou “Criada no regime do interior, onde a esposa não discute ordem e o homem é o rei do lar, fazia o que ele mandava, cativa. Também não sentia amor profundo por ele. Casaram-se, graças a Deus. As duas fortunas cresceram” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 48). No capitalismo as relações são de mercado, tornam-se objeto de negócio, de cálculo, visando aumentar e acumular os capitais. As pessoas se tornam coisas, alienadas, enquanto as coisas, muitas vezes, humanizam-se.

Dessa forma, para conhecermos uma sociedade, que é diversa e diversa, podemos nos ater a sua cultura, “no nível de atitudes e preferências do grupo”, sendo “necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 91) para clarearmos suas experiências e formas de vidas.

3.2.2 Cultura e identidade

A cultura como forma de ancoradouro do homem à sociedade, de pertencimento a dado grupo social e como aquilo que nos confere condição humana tal como a memória, igualmente pensada como dimensão importante da vida em comunidade e que faz parte de nosso aparato simbólico, ligando os seres humanos uns aos outros, as gerações umas às

outras, as experiências individuais às coletivas, podem ser percebidas n' *Os magros* de várias formas, conforme, em parte, já expusemos anteriormente ao falarmos das condições de moradia, de saúde, educação, das relações de poder e de trabalho, das atividades desenvolvidas e os meios usados para tal, das interações várias entre os trabalhadores em si e com os superiores.

A cultura como prática humana e como atenção à tradição, aos hábitos e aos costumes de um lugar, manifestada em seu aparato religioso, pode ser observada em relação às experiências diversas de miséria, exploração, dominação e submissão dos indivíduos a outros. Desse modo, os trabalhadores recorriam à religiosidade como campo de amparo, esfera que lhes garantia algum conforto e aconchego ante tantas hostilidades, como, por exemplo, ao guardarem feriados santos, que lhes garantia descanso e algum crédito com o sobrenatural, como “naquela tarde de sábado aleluia” em que “a fazenda estava quieta” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 128).

Se a cultura estabelece que para um doente oferece-se um escaldado ligeiro, ou talvez um “chá de capim-santo, de erva-cidreira” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 69), conforme a enfermidade, ela também associa a morte às sombras e assombrações, e a morte de uma criança pequena, como ocorreu com o filho de João e Isabel, traz a crença em sua transformação em anjo. Nesse campo, determinados pássaros eram vistos como anunciadores de mau agouro: “Corujas tua-cova agouravam nas capoeiras. Quando a rasga-mortalha passou por cima da casa, o doente estremeceu e ali ficou quieto. Morto. Como um animal qualquer.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 28). Como parte do repertório cultural, a mãe do menino soltou algumas lágrimas, espremidas, como uma obrigação, pois “quem já viu mãe sem choro pela morte do filho?” Ante o morto requer benzer-se e, de modo contrito, louvar ao nosso Senhor Jesus Cristo (EUCLIDES NETO, 1992, p. 29), arranjar um toco de vela para acender, pois se temia ver a sombra da morte que ainda poderia andar por ali, cabendo, em seguida, buscar auxílio junto uma pessoa da comunidade que possuísse alguma eficácia simbólica como “uma velha chocha, mas entendida em partos e funerais” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 29), quem, por seus poderes e ligações com o sobrenatural, já “sabia que aquele menino ia morrer hoje”, uma vez que os sinais o diziam: “O céu todo cheio de covinhas de anjo e parece que as nem-sei-que-diga das rasga mortalhas se soltaram essa noite” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 30).

Nesse universo de crenças, temia-se o morto, assombrações, “as almas do outro mundo” que “estavam ali agourando o doente” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 31). Rezava-se, pedia-se que Deus desse “o reino da glória” ao morto e considerava-se “feliz de quem morre anjo”, mesmo se questionando se menino que morreu pagão e não teve vela teria “direito ao

céu”, pois “nem tinha nome” e parecia que “o morcego branco chupou o sangue dele. O morcego branco, filho do cão”, que “vinha nas noites entupidas de negror chupar os meninos pagãos” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 32-3). Morrerá pagão, pois os padrinhos escolhidos para o batizarem precisavam arranjar o dinheiro para pagar o padre e não sobrava nenhum. No velório o caixãozinho de tábuas nuas era “enfeitado com manjerição, cravo de defunto e duas rosas.” E, após o término da cova, ali mesmo, no meio do mato, a velha rezadeira “fez umas orações, ajoelhou-se, no que foi acompanhada por todos” e deu a ordem que podiam levar o corpo, dando andamento aos ritos funerários (EUCLIDES NETO, 1992, p. 34).

Em um contexto tão hostil, a morte libertava, possibilitando “descansar da fome, das goteiras e do medo de ter muitos filhos” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 64). Ao pobre trabalhador não restava tempo nem de “sentir saudades” do filho morto, uma vez que aquele espaço era marcado pelo medo do feitor, do gerente, dos coriscos, da enxurrada (EUCLIDES NETO, 1992, p. 71). Frente à “vida desgraçada” restava “se conforma” e fazer promessa aos santos da devoção, milagrosos, e acender vela a São Roque, São João ou então a Cosme e Damião, que “fazem muito milagre” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 71). Conforme a dificuldade apresentada recorria-se às rezas, como para fazer o filho parar de comer terra, o que outros julgavam que só “a escola consertaria”, mas não as havia (EUCLIDES NETO, 1992, p. 78), ou que ainda uma solva resolveria, “chega a taca” no moleque, para parar de ingerir terra (EUCLIDES NETO, 1992, p. 91).

Noutra arena da cultura, ligada ao espaço urbano, a solução para o doente era recorrer à farmácia ou ao posto de saúde do governo que daria remédio de graça, pois “médico é assim: basta bulir na gente para curar” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 97). No entanto, se o milagre não acontecesse, se bater não resolvesse, se o médico não atendesse, cabia se conformar (EUCLIDES NETO, 1992, p. 97), pois, se as dificuldades não se resolviam, era porque “Deus não quis. É assim mesmo” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107), como no caso da terra usurpada da família de João sobre a qual o povo conversava e mencionava práticas de feitiçaria para consolidar o feito: “Até disseram que o curador pusera ‘cinco Salomão’ em cada canto da roça. Feitiço perigoso.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 108, grifos do autor). Conformismo ancorado na religiosidade popular e enfatizado por João, que tudo fazia para melhorar de vida e pouco conseguia: “Mas a sina era mesmo triste, mais forte que suas forças. Precisava mandar rezar de olhado ele, à choupana e a todos de casa.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 160). Sua esposa, Isabel, também expressava resignação no que se refere à impossibilidade de comprar o facão: “E isso, homem. Se conforme com a sina” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 161).

Nesse universo cultural oscilante, de crença no sobrenatural e de descrença na justiça, comprada e corrompida (EUCLIDES NETO, 1992, p. 109), o aparato moral também era força cultural coercitiva e agia imperioso sobre os trabalhadores acossados por serem chamados de “cambada de LADRÕES”, de roedores de “cacau como ratos” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 42). Pegar cacau para comer ou mesmo para vender era furto, ser ladrão, logo, caso de cadeia, de surra a ser dada pelos inspetores comprados por dinheiro, visto que “só taca para consertar gente descarada” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 143); era “Adeus emprego”, pois “ninguém mais o tomava para trabalhar” e “certamente todos o apontariam” e “a vergonha aniquilava” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 140-1), podendo o infrator até se suicidar para não passar por tudo isso.

Assim, não havia luta, anulava-se o poder de resistência pelas crenças religiosas e descrença na justiça. João e sua esposa expressam a conformação com a situação de profunda miséria diante das formas de poder exercidas na sociedade cacauzeira retrata por Neto. Tais forças diminuem a capacidade de revolta dos trabalhadores, de resistir, de lutar, tornando-os pessoas dóceis, que, no máximo, sentem-se exploradas, mas permanecem resignadas à exploração do proprietário de terras, por mais que o discurso de Sarará seja conscientizador, de união, de luta e resistência à exploração das elites (CIDREIRA; SIMÕES, 2011, p. 134-5)

Nesse contexto, então, a religiosidade seguia o estabelecido pelos costumes do lugar e dava certo acolhimento e apaziguamento às tensões da vida dos trabalhadores. Zoomorfizados devido à pauperização se ancoravam na cultura religiosa popular, que os unia, aproximava e confortava. Segundo Jesus (2010, p. 8), Neto apresenta o discurso religioso como uma peça da resignação do trabalhador constantemente explorado, como João, que, fazendo as contas dos gastos com o indispensável, ponderou: “Mas... Deus dá o frio conforme o coberto, consolava-se.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 17). Dessa forma, a religião se apresenta como modeladora da ordem social, tal como o ambiente, o poder político, a riqueza...

Conforme Marx (2005), a religião é o sentimento de si do homem perdido. O homem é um ser ancorado no mundo e a sociedade produz a religião como uma forma de consciência invertida do mundo; como uma teoria geral deste, uma lógica em forma popular, uma sanção moral, uma base geral de consolação e de justificação, um ponto de honra espiritual e de entusiasmo, constituindo-se uma expressão da miséria real e protesto contra esta. É suspiro da criatura oprimida e ânimo de um mundo sem coração, o ópio do povo, a felicidade ilusória dos homens frente à exigência de uma felicidade real; é fantasia e consolo ante os grilhões; é alienação (MARX, 2005, p. 146-7).

Também expressando a ligação de João com a cultura e a história da região, vemo-lo relembando aspectos do fato vivido em sua memória. Não conseguindo comprar o facão, depois de tantos esforços, desapontado, caminhou pela roça rumo às terras que eram de seu pai e que foram usurpadas pelo grande fazendeiro do cacau. De acordo com a voz narrativa, ali, onde antes era o lugar da casa de seu pai, dizia-se que uma alma vinha durante as noites tratar os animais, capinar em volta da morada e colher cacau, depois cantava até o amanhecer. João questionava se o fazendeiro usurpador, “arrependido do que fizera”, viria e que “mostrasse a panela de dinheiro que havia enterrado” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 162-4), ou se o raio de luz que vinha do escuro, “seria ouro pagão do qual todo mundo falava?” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 162-4). Interrogava se seu filho, que morrera sem batismo e não fora para o céu, tinha pedido ao fazendeiro morto que lhe ajudasse por arrependimento, pois se não encontrasse o dinheiro enterrado, jamais se salvaria. Assim, entrou a cavar incessantemente no pé de um esteio que restara da casa pensando que o dinheiro estaria ali.

Esse momento representa um *flashback*, pois o personagem volta ao passado por meio das recordações, da memória, num tempo antes das terras da família serem tomadas pelo fazendeiro do cacau. Nesse movimento, frente ao presente hostil, busca a solução para o futuro no passado, na crença em uma riqueza encantada, em um ouro ou dinheiro que estaria enterrado em algum lugar: “o ouro pagão vinha chegando, mostrando onde estava o dinheiro. Uma réstia de claridade bateu no pé do esteio. Agora poderia comprar facões, comida, roupa, sapatos e até um pedaço de terra” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 164). Os bons tempos, nessa cena da busca pelo tesouro encantado, foram igualados e encontrados no tempo/espço passado em que a família possuía sua terra e produzia seus bens para subsistir.

A crença em tesouros enterrados e encantados, esperando por alguém que os encontre, e que foram deixados por alguém para que não fossem tomados pelos inimigos, aparece em lendas de vários municípios baianos e faz parte da cultura popular da região. São histórias criadas pelo povo para contar fenômenos inexplicáveis ou acontecimentos do passado, envolvidos em mistérios e segredos, em geral, versando sobre temas religiosos, além de serem marcadas por misticismo (FOLCLORE, 2014).

Mas outros aspectos identitários ainda da cultura local podem ser mencionados, como aqueles referentes à alimentação, pois os hábitos alimentares são uma prática que os escritores geralmente citam para marcar um espaço e as relações humanas nele estabelecidas. Os costumes alimentares contribuem para o estabelecimento da identidade de um grupo. Jesus (2010, p. 8-9) considera que a alimentação em *Os magros* se torna basicamente uma área para comunicar e informar sobre as diferenças entre grupos e classes sociais diferentes. Assim,

para os magros, os trabalhadores, a referência à comida é usada para marcar sua inexistência ou escassez:

Gostaria de comer carne fresca, sangenta. Uma rabada de novilha gorda. Mas somente no São João pudera comprar meio quilo de ossos frescos. Roera-os com sofreguidão. Quanto ao mais, a mesma coisa: farinha com taco de carne assada. Malagueta ou cumarim. Um gole d'água e pronto (EUCLIDES NETO, 1992, p. 3).

Num processo narrativo que põe em confronto o tempo todo as diferenças sociais, o oposto dessa refeição onde tudo falta é a mesa farta do proprietário da Fazenda Fartura, o comilão e gordo doutor Jorge e os seus, inclusive inanimados. Conforme a descrição das práticas alimentares dadas na sala de jantar ampla, com mesa no centro e cadeiras de alto encosto:

Doutor Jorge sentou-se em uma. Dona Helena em outra , e Rose Marie foi posta na terceira. Quatro bules fumegavam: café, leite, toddy e chá. Através de frascos bojudos, viam-se biscoitos arrepiados de açúcar cristal. O mais: queijeira, bananas fritas, cozidas, pão, aipim, bolos recheados com ameixas, geléia e outras guloseimas.

Dona Helena puxou o prato de Rose Marie e serviu-a.

Doutor Jorge encheu a xícara de toddy, arrastou par si os biscoitos e meteu mãos à obra. Dona Helena acompanhou-o. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 5)

Assim, conforme Jesus (2010, p. 8-9), ficamos sabendo dos componentes que faziam ou poderiam fazer parte da alimentação comum e tradicional daqueles que compunham cada segmento social e que contribuem para a construção de suas identidades.

No entanto, a cena final do livro, aquela que remete à antiga morada da família, antes de serem expropriados pelo grande fazendeiro, é onde João se vê e se sente inteiramente identificado como homem. Ao final de uma jornada de crescente degradação de sua condição humana, de animalização e coisificação, por meio daquele lugar de memórias, a casa de Mucuri e tudo que a compunha, é que o desterritorializado se reterritorializa e recompõe sua condição e identidade humana. Nas lembranças recupera um imaginário familiar de felicidade, com terra, casa, plantações, animais domésticos, a família vestida, alimentada, saudável e alegre.

No lugar da casa do pai de João, havia roças frutíferas plantadas por ele, um esteio no meio da replanta ligando as roças. Agora somente o esteio de pau-brasil restava da casa de Mucuri. Ali, o pé de claraíba servia de poleiro ao galo losna, que cantava noite adentro e amiudava nas madrugadas; a vaca Bonina comia ração todas as tardes, enquanto seu

bezerrinho ficava amarrado na puxada da casa. Sentado numa pedra, junto à antiga cozinha, via que:

Ali sua mãe catava os meninos, debulhava feijão verde e ficava descansando nas horas de folga, com a mutuca muito arrumada atrás da cabeça.

Ali também dava papa aos pequenos. Trazia a panela da cozinha, botava no chão e, abrindo bem o colo amplo, ia empurrando o mingau pela boca do filho, atenta às galinhas que queriam bicar a papeira.

Nas noites de São João, fazia-se o fogaréu enorme, um ramo de pati enfeitado de frutas e até requeijão. E a noite toda era milho, foguete e licor. Festão. Não havia tempo ruim para Mucuri deixar de matar um bom capado de quatro arrobas e comer até cansar. Gostava de assar milho na brasa da fogueira... (EUCLIDES NETO, 1992, p. 162-3).

Porém, isso era o passado, tempo de felicidade e fartura, de sociabilidades e laços de interação com a coletividade, com os outros humanos. “Mas tudo agora era cacau [...] Tudo estava desaparecido” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 162). Restava a crença na panela de dinheiro enterrada e no ouro pagão. Num transe catártico, busca incessantemente encontrá-los, pois era a única saída e solução que vislumbrava para seus problemas. Pela memória recompõe a cena dos dias felizes e fartos. Visualizando o tempo do equilíbrio, de eliminação do maléfico, alucinado, cava a terra, num movimento que faz prevalecer a via mística na busca de uma vida melhor e, não o avanço do processo de conscientização e de luta política dado pelos ensinamentos primeiros de Sarará sobre as ideias revolucionárias e socialistas.

Dessa forma, percebemos, no decorrer da análise sobre cultura, transformações identitárias e linguagens na obra de Euclides Neto, *Os magros*, diferenças entre classes sociais que contribuíram para que as personagens oprimidas e exploradas no trabalho fossem se zoomorfizando devido às agruras vividas, as reduzidas condições de trabalho, a falta de moradia, de saúde, de higiene, pois os meninos viviam em meio ao cheiro de urina e fezes, comiam terra para saciarem a fome, e morriam de inanição. Euclides Neto soube abordar a exploração do homem pelo homem no decorrer de sua obra e mostrar a cultura do lugar com seu forte substrato religioso.

CAPÍTULO IV

UM DIÁLOGO ENTRE *VIDAS SECAS* E *OS MAGROS*

Neste capítulo, “comparando as obras” ou buscando desvelar o diálogo entre *Vidas secas* e *Os magros*, a intenção é estabelecer um confronto entre as duas narrativas, examinando-as, a fim de conhecer as semelhanças e as diferenças, as aproximações e os distanciamentos, as relações entre ambas, os diálogos, as particularidades e as especificidades de cada texto e autor. Para tanto apresentaremos, inicialmente, uma breve reflexão teórica acerca dessas relações abordando os conceitos de diálogo, dialogismo e intertextualidade. Em seguida, buscaremos nos ater a alguns aspectos referentes à trajetória dos autores e, depois, àqueles inerentes aos textos referidos, como sua estrutura, forma ou a linguagem, foco narrativo, conteúdos e relações com as realidades referentes a personagens, espaços, formas culturais e às formas econômicas neles desenvolvidas.

4.1 Princípios teóricos para uma comparação

Sendo nossa intenção realizar a comparação, análise e interpretação entre as obras, e diante das diversas formas e orientações que este exercício pode acatar e seguir, consideramos relevante as reflexões de Brunel, Pichois e Rousseau (1990), para quem

A literatura comparada é a arte metódica, pela pesquisa de vínculos de analogia, de parentesco e de influência, de aproximar a literatura dos outros domínios da expressão ou do conhecimento, ou, para sermos mais precisos, de aproximar os fatos e os textos literários entre si, distantes ou não no tempo ou no espaço, com a condição de que pertençam a várias línguas ou a várias culturas, façam parte de uma mesma tradição, a fim de melhor descrevê-los, compreendê-los e apreciá-los. (BRUNEL; PICHOSIS; ROUSSEAU, 1990, p. 140).

Ainda no sentido de esclarecer melhor e entender o referido campo de atuação, Carvalho (2006) pondera que:

Desse modo, a investigação das hipóteses intertextuais, o exame dos modos de absorção ou transformação (como um texto ou um sistema incorpora elementos alheios ou os rejeita), permite que se observem os processos de assimilação criativa dos elementos, favorecendo não só o conhecimento da peculiaridade de cada texto, mas também o entendimento dos processos de produção literária. Entendido assim, o estudo comparado de literatura deixa de resumir-se em paralelismos binários movidos somente por “um ar de parecença” entre elementos, mas compara quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente. (CARVALHAL, 2006, p. 6)

Portanto, a procura pelas referências culturais, pela trajetória de formação intelectual dos autores, das raízes sócio-culturais e espaciais que contribuíram de algum modo para a edificação da obra e a maneira como ambos articularam esses elementos no interior de seus escritos é bastante elucidativa e importante. Nesse sentido, as reflexões de Bakhtin (2011), segundo o qual todo gênero textual é dialógico, uma vez que o dialogismo é constitutivo da linguagem, servem-nos também de suporte. Conforme o autor,

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 123).

Logo, todo texto é dialógico, tanto em relação a outro como em seu próprio interior. A partir dessas reflexões e conceituações, Julia Kristeva (1969), forjou o conceito de intertextualidade, segundo o qual “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1969, p.69), o que pode se dar ainda por meio de outros tipos, como a alusão, a paráfrase, a estilização, a paródia, o pastiche etc. Dessa maneira, a análise de um texto pode ser realizada partindo de sua interação

com outros textos que o precederam e que foram citados em seu interior, direta ou indiretamente, implícita e explicitamente, e que foram absorvidos e apropriados no processo de construção do novo texto. Assim, a leitura se realiza como ato de colher, de tomar e reconhecer traços percebidos pelo leitor. Ler é uma forma ativa de participar, de apropriação, e a escritura é a produção dessa leitura, pois um livro remete a outro, que num procedimento somatório, permite instituir uma nova forma e elaborar uma outra significação. Assim, a intertextualidade é compreendida como a relação ou a conversa que se institui entre dois textos, uma forma de dialogicidade estabelecida entre estes. Conforme Paulino, Walty e Cury (2005, p. 21),

além de considerar o fenômeno do dialogismo no contexto literário, o pensamento de Bakhtin terá como base a intertextualidade na própria concepção de linguagem que ele constrói. [...]. Assim a língua não é propriedade de algum indivíduo em particular, nem é, por outro lado, um objeto independente da existência dos indivíduos. Exatamente no espaço dos intercâmbios, dos conflitos, das vozes que se propagam e se influenciam sem cessar, situa-se a linguagem como processo social (PAULINO; WALTY; CURY, 2005, p. 21).

Nesse sentido, percebemos que o texto é uma união entre saberes, culturas e linguagem e que a língua não é de um só indivíduo, mas da sociedade, ela é, portanto, um elemento sociocultural. *Vidas secas* e *Os magros* são narrativas que possuem referências balizadas em elementos existentes na sociedade e nos espaços da região nordestina, mas também do Brasil e, de um modo mais geral, até do mundo. Ambas estabelecem relações intertextuais com outros discursos literários e não literários, com elementos que podem dizer respeito à forma ou mesmo ao conteúdo. Isso acontece porque “todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis” (BARTHES, 1974 apud CHAGAS, 2009, p. 134).

O texto é resultado da soma entre a escrita e o contexto, e, quanto mais se lê, mais sentido se pode atribuir aos textos, além disso, quanto maior é o repertório do sujeito-leitor, maior será a possibilidade de diálogo com outros textos e outras ideias. Dessa forma, “quando a recuperação de um texto por outro se faz de maneira dócil, isto é, retomando seu processo de construção em seus efeitos de sentido, dá-se a paráfrase” (PAULINO, WALTY; CURY, 2005, p. 30). Compreendemos que o texto é “o elemento verbalmente exposto e os elementos contextuais advindos das relações sociais e históricas dos sujeitos na comunicação” (FERREIRA, H., 2008, p. 7). O diálogo narrativo pode ser contado e recontado, apresentando a paráfrase, isso porque, na produção de cada texto novo, há uma experiência cultural

apreendida anteriormente, além dos conhecimentos e bagagens que o escritor coloca em pauta, somados às suas experiências de vida.

Dessa forma, por meio da análise dialógica, podemos ver nas narrativas de Ramos e de Euclides Neto as personagens oprimidas, lutando pela sobrevivência, submetendo-se à exploração do trabalho e a sofrimentos, como a fome e a miséria, advindas da perda territorial. No entanto, nossa intenção aqui é buscar tratar dos elementos dialógicos apenas no que refere à relação entre os dois romances e, mais especificamente, a questões relativas aos problemas do campo.

4.2 Trajetória intelectual, atuação dos autores e suas referências socioculturais

A aproximação primeira entre os autores estudados se dá por serem originários da região Nordeste, ainda que advindos de lugares diferentes. Ramos nasceu e viveu a maior parte de sua vida no sertão árido de Alagoas e Pernambuco e lá adquiriu experiências sobre a existência no lugar e buscou, em suas obras, dar voz aos oprimidos e marginalizados sociais, apresentando a exploração do trabalho, a fome, o calor intenso da Caatinga e as atividades de trabalho acerca da pecuária, como exposto no capítulo II.

Já Euclides Neto nasceu e viveu toda sua vida no sul da Bahia, região possuidora de outro regime climático, outro tipo de vegetação e da atividade de exploração econômica do cacau. Porém, ele também buscou, em suas obras, dar voz àqueles que a sociedade marginaliza devido à usurpação de seus bens pelos poderosos e pelas condições financeiras desfavoráveis, àqueles que a fome vai matando lentamente.

Ramos e Neto se aproximam quando tratam em seus textos das experiências vividas e observadas nesses lugares e da preocupação com as injustiças, misérias e exploração dos menos favorecidos financeiramente. Ambos olharam para o seu tempo e o lugar de onde vinham buscando dar voz aos oprimidos, visando combater as injustiças sociais ocorridas no meio em que se inseriam. E, nessa luta por uma melhoria das condições de vida dos sujeitos marginalizados, eles foram políticos, prefeitos de suas cidades, conforme explicado anteriormente. O ideal desses dois autores se aproxima ao se filiarem às ideias comunistas ou socialistas, expressas em suas obras, em Ramos de forma menos explícita e, em Neto, de maneira mais direta. Ambos lutaram pela melhoria das condições de vida e trabalho em suas microregiões inseridas no Nordeste brasileiro.

No entanto, conforme Vitor H. Martins (s/d, p. 3-4), a ficção euclidiana, empenhadíssima, nem por isso prescindiu da linguagem e da montagem literária em nome da

mensagem ideológica, política e partidária. E, nesse sentido, o telurismo de Neto lembra o de Graciliano, sua inegável e grande influência. Assim, João tem muito de Fabiano, inclusive nos tiques expressionistas, por meio dos quais os homens adquirem aspectos animais, zoomorfizando-se, enquanto, em contrapartida, os animais antropomorfizam-se, a exemplo dos pares Fabiano e Baleia e João e Sereia.

Graciliano e Neto expuseram em seus textos posturas socialistas e engajadas, voltadas para a denúncia e a reflexão sobre as questões fundiárias da região nordeste; um da Caatinga pernambucana e alagoana, e, o outro, da cacauzeira do sul baiano, revelando uma produção literária enraizada na conjuntura social, política e econômica dos lugares e das épocas em que escreveram. Suas escritas promovem a construção da identidade cultural das regiões que abordam por meio das reminiscências da memória coletiva e do imaginário social (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010, p. 37).

4.3 Dimensões formais

Entendendo por dimensões formais a maneira de organização da obra, as relações de coesão interna e de montagem do texto, o modo de construir o romance, com suas divisões em capítulos e os recursos de expressão básicos, como o diálogo, a descrição e a narração literária (MOISÉS, 2004, p.173-7), podemos partir da consideração de que *Vidas secas* é um romance. No entanto, foi produzido e pode ser lido separadamente, pois os capítulos foram elaborados de modo isolado, ainda que interagindo e dando a ideia de continuidade. Cada personagem possui um capítulo próprio, como Fabiano, Sinhá Vitória, o Menino mais novo, o menino mais velho e até mesmo a cachorra.

O romance *Vidas secas* é constituído por uma série de contos, escritos e publicados em momentos diversos. Logo, é composto por textos curtos. Cada capítulo possui um título, porém, estabelecendo relação com o anterior, mas podendo ser lidos também separadamente ou por sequência. O leitor não se perde no decorrer da leitura. São quinze capítulos com títulos e destinados, no geral, a um personagem diferente, ou a uma circunstância, como a “Mudança”, que retrata os retirantes perdidos na Caatinga, sem saberem para onde vão. Em “Fabiano”, retrata a figura do vaqueiro cuidando da fazenda e dos animais; “Cadeia” apresenta a prisão de Fabiano por desacato ao soldado amarelo; “Sinhá Vitória” trata da esposa de Fabiano, que sonhava com a cama macia de seu Tomás da Bolandeira; “O Menino mais Novo” se remete ao filho de Fabiano que desejava ser vaqueiro como o pai; “O Menino mais Velho” aborda a criança em busca de conhecimento e do significado de palavras novas;

“Inverno” apresenta a região da Caatinga na estação das chuvas e inundações; “Festa” trata das celebrações religiosas e sociabilidades a seu redor realizadas na cidade; “Baleia” traz a cachorra sonhando com um osso enorme; “Contas” explora o momento em que Fabiano foi à cidade receber pelo serviço prestado na fazenda; “O Soldado Amarelo” representa o momento em que Fabiano teve a oportunidade de vingar-se do Soldado que o aprisionou injustamente; “O mundo coberto de penas” traz os flamengos comendo toda a vegetação do sertão e os sinais da volta da seca; e “Fuga” finaliza o romance com a volta de Fabiano e sua família a caminhar pela Caatinga na esperança de encontrarem uma terra nova ao rumarem para o sul. Cada capítulo possui em média oito páginas.

Já *Os magros* possui capítulos divididos por algarismos romanos, sendo os ímpares falando de João e sua família e suas dificuldades enfrentadas no trabalho para adquirir alimento, e, os pares, destinados ao Dr. Jorge, sua esposa e sua amante, imersos numa vida luxuosa advinda da exploração do trabalho de seus funcionários. O capítulo I mostra como era a casa de João, uma choupana de indaiá; o II apresenta o palacete do Dr. Jorge na cidade de Salvador; o III apresenta a miséria na casa de João, a falta de alimento, os viveres parcos, o salário insuficiente, o trabalho infantil; o IV trata de Dr. Jorge e sua esposa, dona Helena, ociosos e identificados com o modo de vida moderno, com as futilidades e alienações; o V, aborda os receios e medos do capataz e feitor, a vida de cachorro que viviam; no VI, Dr. Jorge é representado como comilão, passando mal de tanto comer; no VII os trabalhadores vão à feira à beira da cidade comprar alimento e veem o dinheiro evaporar; no VIII, dona Helena transforma a boneca Rose Marie em sua filha; o IX, trata das sombras da morte, do filho mais novo de João que morre de fome; no X, temos dona Helena em fantasia gestando a filha, a boneca Rose Marie; o XI é a preparação do enterro, o velório do filho mais novo de João em meio às crenças do lugar; o XII mostra Rose Marie gripada e dona Helena no papel de mãe; o XIII apresenta o capataz malvado bêbado apavorando as crianças; o XIV figura dona Helena no papel de mãe, levando Rose Marie ao pediatra; o XV mostra a casa peneira de João encharcada pela chuva...

Assim, sucessivamente, o autor, por meio de quadros, vai mostrando o conforto, o consumismo e a alienação do Dr. Jorge e de sua esposa, Helena, em sua vida na cidade, na capital. Aspectos que são contrapostos, em seguida, às misérias e dificuldades enfrentados no campo pelos trabalhadores e suas famílias. Nesse movimento fica claro, conforme V. H., Martins (s/d, p. 5), que o narrador tende para o agregado e os seus, e não ao fazendeiro ou seu representante, mais para o sujeito que se configura como presa do que para o patrão, predador. E, não gratuitamente, o título da obra se refere à magreza dos trabalhadores e não à gordura

do comilão Dr. Jorge. Além disso, o romance inicia e se finda com o também alienado João em seu conformismo.

Nessa alternância, o livro possui trinta e nove capítulos. Cada capítulo possui, em média, de três a quatro páginas. Assim, a obra mostra o contraste entre a riqueza e a pobreza, a fartura e a miséria de maneira alternada, apresentando como forma de denúncia a exploração do trabalho nas lavouras de cacau. Segundo V. H., Martins (s/d., p. 1-5), uma influência que aproxima Neto de Ramos se refere à estrutura narrativa de sua obra, centrada no contraponto, ou seja, na alternância dos blocos narrativos, muito embora em *Vida secas* eles sejam mais autônomos, à maneira de contos. Os autores possuem uma prosa telúrica por tematizarem e mimetizarem a terra, por seu comprometimento com sua terra, ainda que cada um deles tenha seguido sua idiossincrasia, escrito à sua maneira, com seu estilo próprio, não havendo, portanto, dúvidas de que um se alimentou do outro, mas sempre digerindo o outro, transformando-o.

Os dois livros apresentam uma dialogicidade que pode ser percebida considerando-se a teoria bakhtiniana, segundo a qual a obra se insere numa realidade social em que estão situados o emissor, o receptor e o próprio som, que se pode pensar e transmitir pela linguagem. Conforme Bakhtin (2011),

O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais [...], toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável do gênero romanesco. E é graça a esse plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo o seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, o discurso dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição [...]. Cada um deles admite uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (sempre dialogizadas em maior ou menor grau). (BAKHTIN, 2011, p. 74-75).

Portanto, dentro de um romance há diversidade de línguas, de vozes, individuais e sociais, que se misturam e intercalam-se, como aquelas do narrador, das personagens e até mesmo do próprio autor. E todos esses sujeitos estabelecem um diálogo no decorrer das narrativas, fazendo ligações de línguas e discursos, originando o plurilinguismo, que são as várias linguagens, as várias vozes.

As narrativas apresentadas aqui mostram esse diálogo como, por exemplo, ao tratarem das relações de poder e de submissão dos homens pobres ante os representantes do Estado, logo, pessoas investidas de autoridade. A voz narrativa aponta tal aspecto em *Vidas secas* na

relação desigual entre Fabiano e o soldado Amarelo que provoca o primeiro: “ - Vossemecê não tem direito de provocar os que estão quietos. - Desafasta, bradou o polícia” (RAMOS, 2012, p. 30). Neste diálogo entre Fabiano e o Soldado Amarelo, o último, que adotava práticas ilícitas, como jogar baralho em serviço, aproveita de sua situação de autoridade para desacatar Fabiano, que era oprimido e marginalizado e que, por fim, curva-se ao poder daquele, tirando o chapéu e dizendo: “- Governo é governo.” (RAMOS, 2012, p. 107). Algo semelhante ocorre n’ *Os magros* no momento em que João levou seu filho doente ao posto de saúde, pois aquele comia terra e estava muito doente, e o narrador o descreveu conversando com o enfermeiro que se alcoolizava no Posto de Saúde:

O enfermeiro que exalava cachaça curtida desde a véspera, exclamou:
 _ Fazenda Fartura... do doutor Jorge?
 _ Sim, senhor.
 _ E esse menino?
 [...]
 _ Deu para comer terra, está inchando.
 _ Que!... comer terra é vício. Chega a taca nesse moleque que ele deixa.
 _ Já cansamos de bater. É mesmo que nada.
 _ Bate mais... (EUCLIDES NETO, 1992, p. 90-1).

A intenção de João era “salvar o filho” e planejou dizer ao médico do posto o que ele sentia, pois na “cidade havia um posto que só atendia gente pobre e daria remédio de graça. [...] Tudo do governo”. Mas isso não foi possível, o médico não fora trabalhar. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 89, 92). Logo, em ambas as obras encontramos servidores públicos em atos ilícitos e remissões muito diretas e sintéticas à origem de seus poderes, o Estado, ou melhor, o governo.

Esclarecendo sobre a relação dialógica entre emissor, receptor e a mensagem transmitida, Rechdan (2003) aponta que,

Nessa perspectiva, o diálogo, tanto exterior, na relação com o outro, como no interior da consciência, ou escrito, realiza-se na linguagem. Refere-se a qualquer forma de discurso, quer sejam as relações dialógicas que ocorrem no cotidiano, quer sejam textos artísticos ou literários. Bakhtin considera o diálogo como as relações que ocorrem entre interlocutores, em uma ação histórica compartilhada socialmente, isto é, que se realiza em um tempo e local específicos, mas sempre mutável, devido às variações do contexto. Segundo Bakhtin, o dialogismo é constitutivo da linguagem, pois mesmo entre produções monológicas observamos sempre uma relação dialógica; portanto, todo gênero é dialógico (RECHDAN, 2003, p. 2).

Onde há conversas, há diálogo. A comunicação está presente nos textos narrativos, que também são uma forma discursiva de dialogar com as situações cotidianas e históricas que ocorrem na sociedade. O diálogo é uma ação histórica compartilhada socialmente entre os sujeitos.

Já no que refere à forma, buscaremos nos ater à aceção de como se dá a apresentação dos materiais estilísticos ou linguísticos empregados, como o modo de expressão ou o “como” a obra se manifesta ou “como” diz o que procura abordar, como apresenta um conteúdo e com que recursos expressivos o faz (MOISÉS, 2004, p. 191-2). Logo, remetendo-se tanto aos estilos de época quanto àqueles individuais de cada autor.

No que se refere ao gênero, ao modo como os textos divisam a realidade, as obras analisadas se inserem no campo da prosa e da espécie ou forma romance.

O romance como espécie de texto literário marcado pelo realismo formal e que incorpora certo olhar circunstancial sobre a realidade, constituindo-se em relato das experiências humanas, desprezou valores literários tradicionais ao se preocupar em oferecer aos leitores histórias recheadas de detalhes, expor a individualidade dos personagens, as particularidades do tempo e do espaço, utilizando uma linguagem que transcrevia o real e atraía o leitor (WATT, 1990). Embora esse gênero narrativo tenha ascendido na Inglaterra, apenas se tornou dominante e popular no que refere ao mercado de livros quando os jornais oitocentistas, imensamente enfadonhos e dependentes dos rendimentos da publicidade, foram forçados a procurar aumentar suas tiragens adotando a solução de caçar os leitores com o romance-folhetim ou com o romance em folhetim, com a ficção em série, o que, segundo Tavares (1996, p. 121), ocorreu com o romantismo, quando o romance atingiu sua plena maturidade e afirmação como espécie literária.

Assim, a escrita romanesca está ligada ao desenvolvimento e diversificação da escrita e ao crescimento do público de leitores. Com o desenvolvimento da imprensa e da escolarização houve a formação e o aumento crescente do público leitor. A partir do século XIX, a imprensa periódica recorreu ao romance para atrair o público leitor e consumidor de jornais, utilizando a estratégia do romance em fatias, que, em geral, era impresso em forma de livro tão logo findava a publicação em capítulos. Até “o século XX, não havia uma colocação nítida dos problemas estilísticos do romance, colocação esta que se baseasse no reconhecimento da originalidade estilística (artisticamente prosaica) do discurso romanesco” (BAKHTIN, 1988, p. 72).

No que refere aos estilos de época, entendidos como as características básicas que apresentam uma fisionomia geral, própria e inconfundível de cada tempo (TAVARES, 1996,

p. 45), a primeira obra analisada faz parte, de modo geral, do movimento modernista. De modo mais específico, insere-se na chamada geração de 30, produtora de um romance social de caráter linear e mais próximo da geração realista dos fins do século XIX que do esteticismo modernista, ao correr por trilhos próprios, obedientes a cânones, perspectivas e compromissos nem sempre alinhados com o movimento de 22 (MOISÉS, 2001, p. 339).

Já *Os magros* se insere no romance ou na prosa dos anos 1960, na onda do terceiro momento modernista, sendo movida por anseios menos experimentalistas ou presa, por condição, à realidade concreta (MOISÉS, 2001, p.340). Romance que segue linhas tradicionais buscando revelar a relação tensa e conflituosa entre o homem e a modernidade, e que, pelo viés regionalista, retrata o homem em ambientes rurais com seus problemas geográficos e sociais, revoando a linguagem literária na busca pela universalização e configurando uma literatura engajada que recorre à herança realista, à linguagem e ao sertão brasileiro, ampliando a visão de tal espaço e dos homens que ali vivem.

Segundo Simões e Oliveira (2010, p. 83), Neto, sob a influência do modelo do *romance da terra*, característico dos anos de 1930, compôs a ficção da região cacauzeira do sul da Bahia ao descrever sua gente, seus costumes e suas paisagens, individualizando-a e identificando-a sobremaneira. Já Cidreira, Freitas e Martins (s/d, p. 2) consideram que Neto, na esteira dos autores brasileiros da chamada “geração de 30”, ou do romance regionalista modernista, realizou uma literatura vigorosa de denúncia social da exploração humana nas terras cacauzeiras do sul baiano.

No que refere ao foco narrativo, “que supõe questionar ‘quem narra’, ‘como’, ‘de que ângulo?’” (LEITE, 1985, p. 90. Aspas da autora), problema considerado por muitos como “sinônimo de ponto de vista, de perspectiva, de situação narrativa ou mesmo de narrador”, Leite (1985, p. 90) destaca que são questões relativas a quem conta a história e qual a posição que ocupa em relação a essa e que carecem de ser observadas. As obras *Vidas secas* e *Os magros* se aproximam em sua forma narrativa, pois ambas possuem uma:

visão por trás, o narrador domina todo um saber sobre a vida da personagem e sobre o seu destino. É onisciente, poderíamos dizer. Sabe de onde parte e par onde se dirige, na narração, o que pensam, fazem e dizem as personagens; uma espécie de Deus, ou demiurgo que lhe tolhe a liberdade (LEITE, 1985, p. 19-20).

Os narradores dessas duas obras narram em terceira pessoa, retratando os acontecimentos no decorrer das narrativas. O que Fabiano, Sinhá Vitória e os filhos do casal

vivenciam aponta a voz narrativa de *Vidas secas* sobre a caminhada de Fabiano e sua família pelo sertão da Caatinga:

Arrastaram-se para lá, devagar, sinha Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça. Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuiá pendurada numa correria presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás (RAMOS, 2012, p. 9).

O narrador é uma espécie de “Deus”, pois tudo sabe a respeito das personagens. Ele sabe até mesmo os pensamentos das mesmas, a exemplo de quando apresenta sinhá Vitória sonhando com uma cama igual a do Seu Tomás da Bolandeira (RAMOS, 2012, p. 44), ou mesmo João sonhando com um facão bem afiado para trabalhar (EUCLIDES NETO, 1992, p. 12). N’*Os magros*, o narrador conta os fatos na medida em que vão acontecendo. Assim, pondera o narrador:

O dia vinha rompendo. João levantou-se, chamou a companheira e foi para a saída da choupana. Suspendeu as varas, que serviam de porta, e olhou o amanhecer úmido. Galos amiudavam. Os morros, parecendo carneiros lanzudos, confundiam-se com as baixadas entupidas de neblina. Muito frio. [...]. Isabel, atendendo ao chamado do marido, pulou da cama, enganchou o caçula, que dormia com o casal, e foi para a cozinha (EUCLIDES NETO, 1992, p. 1).

Nesta citação, os fatos são narrados por uma voz narrativa e essa vai dialogando com o leitor/interlocutor, o que facilita a compreensão da história que está sendo apresentada por esse narrador em terceira pessoa, que tudo conhece, tudo sabe sobre as personagens. É, portanto, um narrador onisciente.

As narrativas de Ramos e Euclides Neto apresentam visões por trás, “o autor não se situa no interior de um personagem, mas procura afastar-se dele para considerar objetiva e diretamente sua vida psíquica” (PROENÇA FILHO, 1992, p. 49). Dessa forma, a voz narrativa apresenta Fabiano e sua família desejando encontrar uma terra nova para viverem, “iriam para adiante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era e nem onde era” (RAMOS, 2012, p. 127). O narrador expressa o que a personagem deseja e o modo como ela se comporta, como no caso de Fabiano em sua caminhada de um lugar para outro. Ele conhece também o interior de João que, na esperança de encontrar o dinheiro enterrado por seu pai antes de morrer,

adentrou as matas de cacau e fora até a fazenda onde moravam antes da família ser expulsa da terra. Então, na esperança,

Tirou o facão gasto e furou a terra. Ali estaria o dinheiro de que precisava. O língua de teiú arrancava pequenos blocos de barro que as mãos em pá iam limpando. Uma coruja tua-cova chegou em voo tonto e pousou no esteio. João arrepiou-se e notou que era bom agouro. Era a alma do Senhor Jerônimo. Continuou cavando. Aos seus ouvidos chegavam os mugidos de Bonina. O galo losna cantou três vezes e saltou do poleiro. O dinheiro estaria ali. Tudo indicava. Só faltava a vela acesa. Mas o filho que morrera pagão daria jeito a tudo.

Quando os galos amiudavam João continuava cavando (EUCLIDES NETO, 1992, p. 164).

Nesse trecho o narrador descreve o comportamento de João expondo seus desejos, sua subjetividade, seus pensamentos. João, por vivenciar uma superexploração de seu trabalho e por experimentar condições de vida miseráveis, sonhava em encontrar o dinheiro e até acreditava que o seu filho mais novo, que morrera de inanição, poderia iluminar e ajudar na busca, visando comprar um pedaço de terra para viver com a família.

Podemos dizer que em *Vidas secas* e *Os magros* a narrativa é centrada no narrador, que controla todo o conhecimento, das personagens, dos lugares e dos tempos, sendo onisciente. Os narradores das duas obras conhecem as personagens interna e externamente, sabem da trajetória de vida dessas, os caminhos por onde passaram ou passam, os infortúnios experimentados, as esperanças sentidas, suas memórias, a quais aparecem atreladas aos *flashbacks*, como no caso de sinhá Vitória e suas recordações de festas e momentos de convivência social que vivera no passado (RAMOS, 2012, p. 11). Ou, mesmo, quando João recorda de como seu pai fora morto pelo coronel Jerônimo (EUCLIDES NETO, 1992, p. 108).

Graciliano utiliza em seu texto uma linguagem mais seca, concisa, para dar voz aos excluídos e marginalizados socialmente. O leitor consegue sentir a aridez do ambiente e o quanto as personagens estão sofrendo com o clima, e a falta de vocabulário reforça ainda mais o título da obra, que mostra que as vidas das personagens eram secas até mesmo no vocabulário. E o mesmo ocorre com Neto, que apresenta em seu texto a exploração do trabalhador fazendo com que o leitor sinta as condições do trabalho puxado na fazenda de cacau, enfrentando, para sobreviverem, a fome e a miséria, salário abaixo do mínimo necessário, sendo que até mesmo o título da obra apresenta o quanto este era magro.

Para isso o autor trouxe para seu texto termos usados pelos lavradores do cacau, buscando a fala e as vozes anônimas, expressando o imaginário de uma região ao dar ênfase

ao linguajar da gente simples e ao tratar de costumes, modos de ser, de atitudes e de tradições daquele universo cultural. Neto emprestou suas reminiscências a seus personagens e promoveu a identidade cultural da região por meio de ações presentes na memória coletiva, como no que refere a sua linguagem. Relembrando um período e lugar em que ele próprio viveu e dos quais ouviu muito contar, fez-se pertencer, projetando suas experiências individuais e coletivas nas personagens (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010, p. 36-7). Conforme Cidreira e Simões (2011, p. 129), sua obra apresenta suas crenças e valores e a leitura que fez da realidade, suas vivências como menino, homem e político.

Valendo-se da realidade regional que ele conhecia desde que nasceu e viveu ao crescer à sombra dos cacauais, desenvolveu um discurso literário com linguagem específica, ao reconstruir aquilo que tomou por referência dos contextos sociais e culturais (SIMÕES; OLIVEIRA, 2010, p.34). Sua linguagem existe em relação com o exterior. Neto, com sua literatura engajada, na esteira do romance neo-realista, inspira-se nas fontes populares rurais da região, fazendo um levantamento linguístico, e sua linguagem marca e expressa a contradição entre a miséria dos trabalhadores e o luxo dos proprietários de terra (CIDREIRA; FREITAS; MARTINS, s/d, p. 2-3).

4.4 Conteúdos – relação entre obras e realidades

Pensando o conteúdo como “o que” a obra literária mostra da realidade, ou “o que” ela diz e de que matéria ou assunto trata (MOISÉIS, 2004, p. 85-6), podemos dizer que ambos os textos abordam a questão da terra, a questão agrária no Brasil do século XX, assim como os problemas das condições de vida, existência e de trabalho do homem pobre no campo, tendo a exploração e a opressão como forças desestabilizadoras.

Vidas secas e *Os magros* retratam questões relacionadas à terra e sua exploração, ocupação e uso, por meio de personagens que sonham em encontrar um lugar, um espaço, um território onde possam organizar a vida e sentir-se “em casa”, um lar para viverem com suas famílias. E nessa busca as personagens vão sendo desterritorializadas (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323) e tendo suas identidades transformadas de acordo com as agruras e opressões sociais que sofrem na trajetória e tentativa de reterritorialização (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323), de recomposição de sua existência material e subjetiva. Mesmo vivenciando diversas mazelas acreditam que um dia a opressão e a exploração vividas terão fim e viverão felizes com suas famílias, de maneira mais digna. Assim, “o apego a terra do

pequeno agricultor camponês é profundo, conhecem a natureza porque ganham a vida com ela” (TUAN, 2012, p. 140).

Os sujeitos tratados por Ramos e Neto não possuem uma identidade sólida, mas, sim, fragmentária e híbrida, em decorrência de terem de sair de um lugar para outro, procurando um espaço para sobreviverem. E, nesse processo de perda de seus territórios, precisam se deslocar de um lugar para outro, enfrentando a fome e a miséria e, principalmente, a exploração advinda de patrões, proprietários das fazendas, nas quais, em seus “domínios rurais a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas” (HOLANDA, S., 1996, p. 80). A produção de Graciliano e de Euclides se insere na literatura modernista.

A personagem Fabiano e sua família, em *Vidas secas*, não possuindo morada fixa, viviam nômades, caminhando pela Caatinga em busca de fazendas abandonadas para Fabiano trabalhar como vaqueiro, por tempo indeterminado, viviam, portanto, à procura de novo lugar, nova terra onde pudessem melhor sobreviver. Assim, “num cotovelo do caminho avistou um canto de cerca, encheu-o a esperança de achar comida, sentiu desejo de cantar. A voz saiu-lhe rouca, medonha. Calou-se para não estragar a força” (RAMOS, 2012, p. 12).

Já a personagem João, de *Os magros*, perdera a terra onde morava com sua família para o coronel proprietário da Fazenda Fartura. Não “vendeu nada”, e, mesmo assim, perdeu a posse para o pai do doutor Jorge, muito sagaz, e que ficara com “mais de quarenta tarefas de cacau botando os primeiros cocos”, que compuseram a Roça da Pedra (EUCLIDES NETO, 1992, p. 107).

Assim temos, no primeiro, na região da Caatinga, a terra sendo usada com a pecuária e, na região baiana, com a lavoura cacaeira, limitando seu uso para produção de subsistência daqueles que nela trabalhavam. Nos dois casos podemos perceber o problema da perda territorial e sua ação nefasta sob a vida dos homens pobres que nelas viviam, em um processo que privilegia uma minoria social, que são aqueles que possuem o poder do capital e fazem com que a maioria se torne explorada economicamente no trabalho, formando, assim, duas classes bem distintas entre si, os ricos exploradores e os pobres explorados. A classe alta consegue, por meio da exploração, acumular riquezas e a classe desprivilegiada, por sua vez, torna-se um objeto de trabalho para o rico. Nesse contexto, Appadurai (1990) aponta que:

A desterritorialização, em geral, é uma das forças do mundo moderno, uma vez que caminha as populações trabalhadoras para os setores e os espaços da classe inferior das sociedades relativamente prósperas, embora às vezes crie um sentimento exacerbado e intenso de críticas e de apego à política do país de origem (APPADURAI, 1990, p. 318).

A perda territorial resulta das forças que permeiam o mundo moderno e atravessam o meio social, como aquelas próprias da dinâmica do capitalismo, devastadoras, e também emanadas da formação e organização do Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2010), fazendo com que existam opressores e oprimidos, que são marcados pelo poder de ter e de não de não ter. Aqueles que possuem poder maior exploram os que não possuem ou o possuem em escala menor, gerando, assim, trabalhadores oprimidos e padrões exploradores de suas forças de trabalho, que extraem delas lucros e benefícios para si próprios. Nesse contexto de grande desigualdade social, uns acumulam riquezas e outros perdem seus pedaços de chão, sua moradia, dignidade, tornando-se vítimas da exploração do trabalho.

Nesse sentido, a voz narrativa apresenta Fabiano, que trabalhava o tempo todo e no final das contas recebia um salário mísero, como pessoa que remoía consigo mesma sua condição, “resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão escancaradamente” (RAMOS, 2012, p. 93). Ele tinha consciência de que recebia um salário indevido por seu trabalho, sabia que havia sido roubado pelo patrão. Entretanto, precisava trabalhar, não podia, nem ao menos, lutar por seus direitos, pois “receava ser expulso da fazenda” (RAMOS, 2012, p. 93). E, sendo expulso, não teria lugar para viver, precisaria, novamente, encetar caminhada em busca de nova fazenda. Dessa forma, a situação de exploração e de opressão que vivia não podia ser amenizada.

Já o agregado João tomava consciência de ser explorado pelo patrão, mas se resignava em nome da “obrigação” de ter que prover a família. Em conversa com Sarará, este último explicava “que os ricos roubam o trabalho do pobre [...] Que, se nosso serviço vale cinquenta cruzeiros, o patrão só paga vinte e cinco” e que o dia de trabalhão deles “vale muito mais...” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 110, 142). Porém, João, segundo o narrador, aguentava a opressão do administrador/feitor e a exploração no trabalho, pois “por onde implorava serviço, perguntavam se era solteiro, e, quando respondia ser casado, com oito filhos, não adiantavam conversa” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 40).

Imersos em realidades de imensa desigualdade social, de superexploração de suas forças de trabalho e de enorme opressão, Fabiano e João, com suas famílias, experimentavam transformações profundas e crescentes em suas identidades. À medida que os aspectos negativos aumentam, as personagens vão perdendo sua dimensão humana, transmutando-se em animais em processos de zoomorfização, de animalização. O homem zoomorfizado se encontra rebaixado identitariamente ao nível de um animal. Esse processo de animalização do ser humano se dá devido às agruras vividas pelo mesmo, pelas imposições das forças

inerentes ao meio e também pelos fenômenos naturais, pela dinâmica do sistema capitalista e pelo processo de formação e organização do Estado.

4.6 Personagens

A ficção é composta pelas ações efetuadas pelas personagens, que são caracterizadas por seus modos de vida e de experiências, por suas limitações e suas formas de se movimentar no enredo espaço-temporal, pois a narrativa é composta por uma multiplicidade de ações advindas das personagens que se movem num determinado universo. Portanto, na narrativa deve haver personagens que caminham e vivem no enredo. As personagens apresentadas por Graciliano e por Euclides se deslocam pelos espaços, percorrem territórios, experimentam processos de territorialização e desterritorialização, à medida que são exploradas, oprimidas, sofridas, ao viverem precariamente, serem exploradas no trabalho, convivem com o desnível social, com uma realidade em que o patrão, o proprietário da terra, latifundiário, explora subumanamente o trabalhador para garantir o acúmulo de capital, para extrair o lucro por meio da mais-valia, do trabalho realizado e não pago.

Mas, se as forças do mundo social produzem territórios e também os desfazem, como aquelas forças inerentes à dinâmica do capitalismo e do Estado, conforme Guattari e Rolnik (1986), uma outra também age nesse quadro e processo, o desejo. Os seres humanos sempre desejam um conjunto de coisas e o desejo é uma força criadora e produtiva, com fluxos que procedem por afetos e devires, realizando uma série de agenciamentos que criam territórios. (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Logo, são importantes na existência animal e humana, as atividades formadoras de territórios, incluindo as atividades de abandoná-los ou de sair deles, de refazê-los, pois todo animal tem um mundo específico e aqueles com território são prodigiosos, enquanto o homem, em particular, não possui um mundo, vivendo “a vida de todo mundo”. (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 90)

O sujeito procura o objeto e o eixo do desejo, do querer, e une esses dois papéis. Desse modo, a personagem possui um desejo e esse é o objeto que fará com que ela caminhe no enredo em busca de realizá-lo. Fabiano, acossado pela seca, pelas relações de exploração no trabalho e sociais opressoras, ganha os caminhos do sertão, sonhando em chegar a algum lugar menos inóspito para viver com sua família, daí essa esperança de encontrar um espaço, um pedaço de terra para viver se constituir como seu objeto de desejo. Algo semelhante ocorre com João, que, desterritorializado pelo expurgo das terras de seus pais, desejava

encontrar e se fixar em outro lugar onde pudesse trabalhar e tirar o sustento da família, sendo menos explorado e oprimido.

Fabiano não tinha um lugar para viver. De tempos em tempos seu território se desfazia e ele caminhava pela caatinga, desterritorializado, em busca de alguma fazenda desabitada para se restabelecer com a família por algum tempo, reterritorializando-se, e garantindo subsistir um pouco mais, ainda que continuando a sofrer com as relações de exploração no trabalho, as opressões e humilhações, que produzem nova e ininterrupta “saída do território”, o engajar-se “em linhas de fuga”, e num “esforço para se reterritorializar em outra parte”, em busca de um “ambiente para seu grupo”, que assegure certa estabilidade e localização, conforme Deleuze e Guattari (1992; 1995) e Guattari e Rolnik (1986).

João, igualmente, já havia vivenciado momentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização, passado por outras fazendas ao redor da fazenda Fartura, que fora integrada à antiga terra de seu falecido pai. Mas, como desejava morar na região em que nasceu e cresceu, em que seu pai possuía um pedaço de chão e roça, mesmo sabendo da violência com a qual o perdera, da injustiça implementada pelo fazendeiro, procurava se fixar em alguma fazenda da redondeza. Como agregado era aceito ora aqui ora acolá para trabalhar por um salário mísero e injusto, sendo violentado e explorado, mas podendo experimentar alguma estabilidade, reterritorializar.

Os sujeitos tratados aqui por Graciliano Ramos e Euclides Neto, inseridos no mundo moderno, ainda que experimentando relações sociais características de um capitalismo que pode ser visto como atrasado, não possuem uma identidade sólida e, sim, dissolvente, fragmentária e híbrida, devido às forças que permeiam essa fase particular do desenvolvimento capitalista e forma de organização do Estado. Situados no campo, imersos em um conjunto de agenciamentos da máquina social e em uma dada dinâmica territorial, experimentam relações de exploração e poder que os desenraizam, que os tornam nômades ao abandonarem territórios e desejarem fundar novos. Nesse movimento de desterritorialização de grupos primitivos, de perda de seus territórios, precisam se deslocar de um lugar para outro, enfrentando situações adversas ligadas à exploração e à dominação dos patrões, proprietários das fazendas, nas quais, “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas” (HOLANDA, S., 1996, p. 80). A literatura de Graciliano e de Euclides é uma forma de retratar a realidade de pessoas despossuídas vivendo em lugares móveis, experimentando relações e conexões mutantes e de passagem. Essa literatura modernista se referenda em realidades, relações, conexões que se desmancham, desfazem-se e refazem, possuindo traços híbridos.

Conforme Marx (2006), nas sociedades capitalistas, marcadas por relações e processos de exploração, de opressão, de dominação e de alienação, as mercadorias, as coisas, humanizam-se à medida que os homens, por sua vez, coisificam-se, reificam-se. Tal situação é marcante, percebida e referida em diversas passagens das duas obras, nas quais as pessoas tornam-se animalizadas e as coisas adquirem posição e lugar de gente. A zooformização da família de Fabiano e da família de João permeia cada uma a sua obra.

Assim como a família de Fabiano é associada o tempo todo aos animais, como quando é mencionada sua aparência semelhante a dos ratos (RAMOS, 2012, p. 18) ou quando é dito que precisavam “virar tatus” (RAMOS, 2012, p. 24), dentre tantas outras referências com mesmo sentido, a de João também o é, como, por exemplo, quando o narrador diz que devoravam um fruto “como um bicho” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 13) e tinham “vida dura”, “vida de cachorro” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 14), além de muitas outras associações similares.

Os cães, nas obras, são considerados como membros da família, possuindo nomes próprios e recebendo atenções especiais, como no caso da cachorra Baleia, de *Vidas secas*, que possui nome enquanto o filhos de Fabiano não possuíam, sendo chamados de “o menino mais novo” e “o menino mais velho”. Ela, que “era como uma pessoa da família” (RAMOS, 2012, p. 85), como eles, inclusive, recebeu um capítulo inteiro de Graciliano, denominado “Sereia”. E, n’*Os magros*, numa alusão clara à personagem canina de Ramos, a família de João possuía uma cachorra de nome Sereia e seus filhos eram possuidores de nomes próprios, mas nem todos, como aquele “menino que morreu pagão”: “Nem tinha nome. Era o menino” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 32), o que expressa ainda mais as relação dialógicas e intertextuais entre os autores e textos.

Euclides Neto era leitor de Graciliano Ramos e podemos perceber que os nomes dos animais de suas obras advêm do reino das espécies aquáticas, mais precisamente marítimas, além do nome Sereia rimar com Baleia. Essa rima pode ser atribuída ao “termo grego paródia” que “implicava a ideia de uma canção que era cantada ao lado de outra como uma espécie de contracanto. A origem, portanto, é musical” e, além disso, “modernamente a paródia se define através de um jogo intertextual” (SANT’ANNA, 2007, p. 12). O autor, com efeitos técnicos, usa uma palavra próxima, mas com alguma alteração, a qual contém a mesma musicalidade: Baleia e Sereia.

Nesse jogo intertextual Euclides vai tecendo a trama em diálogo com *Vidas secas*, com Baleia. A cachorra, considerada como um membro da família de Fabiano, tinha sentimentos, sonhava com ossos gigantes, que a afastavam da realidade mísera que vivia. E Sereia, a

cachorra de João, também o era. A voz narrativa aponta que “Sereia, cachorra alvaça”, à noite dormia junto com as crianças, procurando “quentura entre os meninos”, além de ser procurada por seu dono num momento em que ele, preocupado com seus filhos, procurava-os noutra noite escura. Ouvindo seu nome ecoar, a cachorra, que modorrava nas cinzas do fogão, “Levantou a cabeça, ouviu o chamado, mas deitou-se novamente. Ali estava tão bom!” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 2, 46).

Baleia e Sereia eram seres como alguém da família. A primeira brincava junto aos filhos de Fabiano, misturava-se entre eles e caminhava pela Caatinga junto com o grupo, passando por necessidades, como todos. Já Sereia, dormia junto com as crianças e era também considerada um membro da família de João e recebia tratamento similar ao dos filhos. São duas cachorras elevadas à condição de ser humano, portanto, humanizadas. Mas se Graciliano dedicou um capítulo a sua Baleia, o mesmo não ocorreu com Sereia, que apenas aparece em pequenas menções nos capítulos referentes à família do agregado.

Os patrões, nas duas obras, viviam na cidade, logo, haviam deixado o campo. Fabiano quando foi receber o salário se dirigiu até a cidade, à casa de seu patrão, para buscar seu pagamento (RAMOS, 2012, p. 95), que considerou injusto devido aos trabalhos que realizou. Algo similar ocorreu com João. Seu patrão já havia se mudado para a “cidade do Salvador” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 4) e recebia seu salário mingüado do gerente. É interessante ressaltar que a cidade em que João costumava ir para fazer a feira ou levar seu filho ao posto de saúde não foi nomeada, assim como a cidade em que Fabiano fora receber ou participar da festividade religiosa também não recebera nome.

As personagens de *Vidas secas* viviam esfarrapadas, os meninos ficavam nus ou em camisinhas riscadas, conforme Ramos (2012, p. 71). Sinhá Vitória era toda osso e Fabiano, mal trajado, em farrapos, tinha recordações dos bons tempos, conforme Ramos (2012, p. 11). Euclides Neto também apresenta as personagens usando roupas em estado similar. João e os outros trabalhadores viviam em trapos remendados, conforme Euclides Neto (1992, p. 17). As filhas de João, “as duas meninas traziam vestidinhos puídos e os meninos estavam completamente nus.” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 45).

Fabiano sonhava em encontrar um novo lugar para morar, ver Sinhá Vitória novamente bonita, “cheia de carnes”, usando saia de ramagens, sua “cara murcha” “remoçaria, as nádegas bambas [...] engrossariam” (RAMOS, 2012, p. 16). O mesmo ocorreu com João, que olhou o corpo nu e magro da mulher quando ela lavava os trapos de roupas no riacho, e o único vestido que possuía, e “nenhuma beleza restava naqueles ossos”, estava ela “mesmo uma cazumba” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 68).

4.6 Espaços e culturas

O espaço, do ponto de vista geográfico, é todo meio físico, modificado pela ação humana numa relação com a sociedade. Caracteriza-se, também, por valores estruturais e afetivos, pelo conhecimento e pelas representações das pessoas que dão riqueza e sentido aos lugares de vida de homens e mulheres, havendo, portanto, uma imbricação com a noção de cultura, entendida como prática humana.

Na concepção de Almeida, o “espaço pode ser então, considerado o lugar onde os homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, suas práticas e seus interesses” (ALMEIDA, 2003, p. 71). As representações espaciais tornam-se sociais, por meio dos símbolos e afetividades que as pessoas atribuem ao meio em que vivem e, dessa forma, o espaço vai sendo modificado por ideologias e práticas sociais de uma determinada sociedade. O espaço é o local onde o ser humano vive e divide sua moradia com outros seres, adquirindo, assim, seu espaço de moradia, de artes, de educação e de inúmeras atividades que o mesmo possa realizar no decorrer de sua vida. De acordo com Lucas,

O romance nordestino, alimentado pelo subdesenvolvimento e miséria da região, associa muito bem à herança da cultura brasileira, latifundiária e patriarcal, ao espírito cumulativo do capitalismo incipiente, gerador de miséria e desemprego, isto é, do “exército de reserva” necessário às fases de prosperidade e à cobiça do lucro. Talvez o conjunto de romances do Nordeste constitua o documento mais enfático da disparidade social do País, pois a situação geográfica e histórica da região, de uma pobreza heróica e dependente, facilmente pode gerar mais vivamente o sentimento de protesto. Ali foi denunciada a atuação simultânea das forças telúricas e das instituições humanas para o esmagamento do homem e para tornar-se mais pronunciado o desnível entre as classes (LUCAS, 1987, p. 46, grifos do autor).

Sendo assim, podemos perceber que os escritores Graciliano e Euclides, em suas escritas, retrataram o Nordeste e a maneira como o ser oprimido vive lá. Além do antagonismo do clima, o proprietário do latifúndio explora desumanamente o trabalho do sujeito, coisificando-o para seus próprios fins lucrativos e cumulativos de capital. A miséria e o desemprego são gritantemente retratados por esses dois autores que buscaram denunciar o esmagamento do ser pertencente à classe trabalhadora e que precisa do trabalho para sobreviver.

Pensar o espaço é também pensar os lugares vividos, frutos das relações tecidas entre os seres humanos e o meio em que vivem. Os sentimentos de pertencimento e os signos

correspondem às práticas e às aspirações codificadas pelas experiências vividas e imaginadas, guardados na memória ou aqueles descritos em uma narrativa. Segundo Tuan (1983, p. 151), “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.”

Os objetos e os lugares que definem o espaço se tornam importantes para homens e mulheres na medida em que adquirem sentidos. O lugar é valorizado a partir da relação humana particular, por meio de contatos e experiências que passam a possuir significado estipulado coletivamente. Sendo assim, os signos são investidos de sentido e vão se transformando, são transmitidos por meio das descrições e de textos narrativos.

A descrição dá sentido aos diferentes lugares, como uma forma de caracterizar os aspectos físico-geográficos, culturais e sociais, pois, mesmo que uma pessoa não tenha vivido aquele momento, a descrição faz com que o ser humano imagine situações diferenciadas. Dessa forma, é necessária a produção do efeito de verossimilhança literária, interligando a história ao imaginário, para se obter a construção espacial da narrativa. Os espaços fictícios permitem ao leitor uma visão do local onde as personagens estão inseridas e a maneira como elas caminham por eles.

As narrativas abordadas apresentam perfis de mulheres que sonham em conquistar uma vida melhor, menos miserável e opressora. Sinhá Vitória vivia sonhando com esse ideal representado na figura de uma cama macia, de lastro de couro, igual a do Seu Tomaz da Bolandeira, que se opunha ao catre, à cama ou jirau de varas em que dormiam a vida inteira. Buscando abastecer as necessidades de sustento da família, ela plantava um “quintalzinho” com craveiros, panelas de losna, mas não podia plantar roça, limitando-se apenas a semear na vazante alguns legumes. Assim, a situação em que viviam era extremamente crítica, de pobreza, conforme Euclides Neto (1992).

Isabel, por sua vez, desejava plantar uma horta para alimentar melhor a família, mas também se deparava com a proibição de usar a terra senão com a atividade considerada importante para seu proprietário, a plantação de cacau. Diante desta situação, fala ao marido: “- Tanta terra que a fazenda tem heim João, [...] Terra que nem ladrão acaba. Um mundo e não dão nem uma nesga e terra para plantar brugunças. Tanta terra boa, tanta capoeira perdida”. Mas, mesmo assim, com o impedimento, ela tinha suas plantinhas que davam umas “folhas” que serviam para tempero: “A hortinha vivia escovada.” No entanto, desejava “plantar milho, feijão nas trovoadas, arroz na lua nova de dezembro. Mandioca no crescente. Uns pé de café para beber. Até, quem sabe, uns cacauzeiros”. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 85).

Se fosse permitido a tais famílias plantarem para subsistência seria possível, segundo Isabel, “a família viver, comprar tudo, andar vestido, comer todos os dias e não ter medo”, mas o cacau não permitia. Tal anseio ou desejo a levava a se recordar de um contrato com certo fazendeiro em que muito plantaram e chegaram mesmo a fazer planos de melhorar de vida, mas, quando a roça cresceu, “o fazendeiro foi apertando” e “João teve que entregar tudo”, deixando o trabalho de cinco anos, só restando a lembrança da produção da roça (EUCLIDES NETO, 1992, p. 85-6). Para Bachelard (2008),

os verdadeiros bem-estares têm um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova nossos “deuses domésticos”, tem mil variantes. E o devaneio se aprofunda de tal modo que, para o sonhador do lar, um âmbito imemorial se abre para além da mais antiga memória. A casa, como o fogo, como a água, nos permitirá evocar na sequencia de nossa obra, luzes fugidias de devaneio que iluminam a síntese do imemorial com a lembrança. Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. Ambas constituem na ordem dos valores, uma união da lembrança com a imagem (BACHELARD, 2008, p. 25).

Elas, Sinhá Vitória e Isabel, devaneavam, sonhavam com dias e condições melhores, como uma fuga para um lugar diferente da realidade presente, pois só nos devaneios poderiam se sentir felizes e fugir da angústia e da opressão. A casa, apontada por Bachelard (2008), remete ao sonho de um lar, de um espaço feliz, ao se recordar de que um dia já possuiu esse lar.

Mesmo em condições restritivas, havia momentos, como no tempo do inverno, isto é, das chuvas no sertão, em que, na casa de Sinhá Vitória, havia comida para a família e “a panela chiava” (RAMOS, 2012, p. 44). E esses momentos eram de “quase” felicidade, de alguma estabilidade, pois considerava que “viera, porém, um começo de prosperidade. Comiam, engordavam.” (RAMOS, 2012, p. 44).

Algo semelhante acontece com a família de Isabel, como na referência à ocasião em que seu filho mais novo estava doente. O narrador aponta: “Isabel apanhou o saco de farinha e colocou um punhado na panelinha de barro. Fez um escaldado ligeiro e levou ao doente” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 22). E, dessa forma, “os demais filhos esperavam ávidos o preparo da janta e do almoço da véspera” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 22). Segundo a voz narrativa,

Isabel enfiou um pedaço de tripa seca no espeto e levou ao fogo. Logo depois distribuiu a ração de farinha aos filhos. Quando cortou em pedacinhos o assado, já os meninos tinham devorado mais da metade do pirão. Mesmo assim, cada um foi para o seu canto com o caco de barro na mão. A preciosa

isca de tripa dava um gostosinho, e as crianças engoliram tudo num instante (EUCLIDES NETO, 1992, p. 22).

As crianças de *Vidas secas* brincavam no chiqueiro das cabras e o menino mais novo possuía grande admiração por Fabiano vestido de vaqueiro: “metido nos couros, de perneiras, gibão e guarda-peito, era a criatura mais importante do mundo” (RAMOS, 2012, p. 47). Já o menino mais velho tinha curiosidade em conhecer palavras novas e, segundo a voz narrativa, ia atrás do pai para interrogá-lo (RAMOS, 2012, p. 55). Era assim que seus filhos se encontravam e com ele se relacionavam.

Já n’*Os magros*, as crianças maiores trabalhavam para complementar a renda da família, não possuindo infância, como as outras crianças da Caatinga também não. Elas eram aproveitadas na condução do cacau ou para descarregar e “ganhavam minharia mas ia servindo”. Porém, não era bom ter que dizer que possuía a casa cheia de meninos, por isso, eles vivam em alerta na espreita do gerente aparecer e terem que correr para se esconder no mato. (EUCLIDES NETO, 1992, p. 7, 41).

A crença religiosa é percebida nas duas obras possuindo tanto um traço mais institucional quanto outro, de uma religiosidade mais popular. Em *Vidas secas*, por exemplo, a relação da família com um momento religioso em lugar e data institucionalizados se deu quando “Fabiano, sinha Vitória e os meninos iam à festa de Natal na cidade” (RAMOS, 2012, p. 71). Quando “chegaram à igreja, entraram” (RAMOS, 1992, p. 74) e, depois, na procissão, “a multidão apertava-o, mais que a roupa, embaraçava-o” (RAMOS, 2012, p. 75). Já para João e sua família, a aproximação maior com a instituição igreja católica se deu ante a preocupação de batizar o filho e não poder realizar seu anseio, pois o padre cobrava e o padrinho escolhido não possuía dinheiro para pagar (EUCLIDES NETO, 1992, p. 32).

Já pelo viés da religiosidade popular, exercida no dia a dia e longe da intervenção e mediação de agentes institucionais, são várias as menções às crenças e práticas implementadas por esses grupos familiares. Em Ramos, são remições das personagens ao diabo (RAMOS, 2012, p. 9), a anjinhos (RAMOS, 2012, p. 10), orações, superstições, rezas fortes (RAMOS, 2012, p. 17), sorte ruim (RAMOS, 2012, p. 24), rosário de contas (RAMOS, 2012, p. 39), ave-marias rezadas baixinho (RAMOS, 2012, p.41), clemências e graças a Deus (RAMOS, 2012, p. 43-4), dentre outras referências. Em Neto, temos velas, crenças em feitiços, orações, medo de almas penadas, maus agouros, menções a santos e promessas, dentre outras manifestações.

Os dois autores usam a linguagem de suas regiões, representando a expressão da cultura de desses espaços/territórios. Em *Vidas secas*, Fabiano “num cotovelo do caminho

avistou um canto de cerca” e “um bosque de catingueiras murchas, um pé de turco” (RAMOS, 2012, p. 12-3); sinhá Vitória sonhava com “chocalhos de badalos de ossos que animariam a solidão”, “chocalhos tilintariam pelos arredores” (RAMOS, 2012, p. 15-6); Baleia sentia “cheiro de preás”; o vaqueiro chamava-se o gado dizendo “- Ecô! Ecô!” (RAMOS 2012, p. 21), dentre tantas expressões específicas do lugar empregadas pelo autor. Todas essas expressões utilizadas por Ramos advinham do local onde ele nasceu, fazendo parte do vocabulário regional. Euclides também utilizou muito o vocabulário regional como: “os menores choravam ou grunhiam” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 1), “arrastou os bugueiros” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 2), “as roupas em molambos, encerotadas” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 2), “os meninos que já aguentavam puxar burro manso, eram aproveitados na condução do cacau” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 7), “com a barriga chegando à coxa” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 13), “a fome torcia-lhes as entranhas” (EUCLIDES NETO, 1992, p. 22), e várias outras expressões que apontam para a linguagem regionalista que adotou.

As formas de pagamento aos trabalhos realizados apresentadas nas duas obras são diferenciadas. Fabiano recebe por meio do sistema da partilha, representando uma prática do regime capitalista arcaico. Já João recebe em dinheiro, representando o regime inerente ao capitalismo mais avançado. Porém, seja na forma de exploração econômica tradicional e arcaica, ou moderna e mais atual, o pagamento era irrisório ante os serviços prestados e lucros apropriados.

Ramos e Neto, nesse caso, são dois artistas que mostraram em suas narrativas a dor vivenciada por famílias pobres, paupérrimas, que, mesmo com todo o sofrimento vivido, ainda têm a esperança de uma vida melhor, de um lugar onde os filhos estudarão e de que a vida será melhor do que essa que eles vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras analisadas nesta pesquisa, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos e *Os magros*, de Euclides Neto, tiveram como finalidade de produção dar voz aos excluídos sociais, oprimidos, explorados e marginalizados, assim como denunciar tais condições. Ativeram-se à vida de sujeitos que perderam seus meios de produção, seu pedacinho de chão, e desterritorializados, foram levados a buscar formas de sobreviverem, recebendo pagamentos aviltantes. A proposta desta pesquisa foi analisar o nível social, a exploração do trabalho e, como resultado de tal opressão, a mudança identitária, expressa em personagens que, alegoricamente, foram se zoomorfizando. Personagens que não se tornaram animais, mas tiveram sua humanidade rebaixada, tendo comportamentos e atitudes animais na luta ardua pela sobrevivência.

Como leitora de Graciliano Ramos e Euclides Neto, propus-me, pioneiramente, a pesquisar essas duas obras juntas e aproximá-las. Mesmo produzidas com o hiato de 30 anos de diferença, a discussão sobre a opressão ainda continuava, pois tais condições pouco ou nada se alteraram, como também as formas dos governos olharem para elas. O explorador continuou se enriquecendo, cada vez mais, e o trabalhador explorado rebaixado, afrontado.

Nessa perspectiva, de exploração e desumanização, de perda de identidade, resultante da vida miserável levada pelas personagens, Ramos e Neto denunciaram tal realidade social em suas obras. A literatura de Graciliano buscou dar voz àqueles sujeitos que precisaram correr o sertão da Caatinga em busca de sobrevivência, com a esperança de chegar a uma terra onde não faltaria escola para os filhos, emprego e vida melhor. Sujeito seco, cujo vocabulário também possuía esse caráter, por ser mínimo. O autor falou sobre gente que sabia que estava sendo explorada, como Fabiano, que tinha medo de falar e perder o emprego, não conhecendo o significado das palavras para se comunicar devidamente, para se defender das agrêsões sociais e buscar seus direitos.

A escrita de Euclides Neto, homem do campo, que nasceu e cresceu nas roças cacauzeiras, que foi prefeito e lutou pela reforma agrária de Ipiaú, implantando a Fazenda do

Povo, para que o menos favorecido, sem terras próprias, deixasse de trabalhar e ser explorados nas fazendas de cacau. Em seus escritos conhecemos um pouco mais sobre o sul da Bahia, sobre as plantações de cacau e como o trabalhador João, também desterritorializado pelo coronel, dono de grande fazenda, que tomara as terras de seu pai expulsando sua família, teve que se deslocar pelos arredores em busca de colação, de emprego e moradia, vivendo em condições subumanas, em péssimas moradias, sem vestuário e pouca alimentação.

Essas obras servem como denúncia social sobre o desnível, a desigualdade, a exploração, a opressão, apresentando contradições enormes entre a riqueza e a pobreza, a fartura dos proprietários e a extrema pobreza do trabalhador, que, não possuindo terra e moradia fixa, submete-se à exploração desumana no trabalho, tendo sua identidade zoomorfizada ao ser coisificado pelos baixos salários, roubo dos patrões ao pagar pelos serviços prestados. Pagamentos magros, secos, pessoas magras, secas, quase sem vida.

As duas narrativas apresentam seres humanos em estado de extrema opressão e coisificação. Ante o contexto social brasileiro dos anos de 1930 e dos anos 1960, representam a questão da terra no Nordeste brasileiro e os problemas que afligiam os moradores do campo de forma permanente e com poucas alterações. As obras se constituem como inventários da exploração do trabalhador rural nordestino por fazendeiros inescrupulosos, ricos e poderosos coronéis. Vários escritores nordestinos dedicaram uma série de publicações a estas questões com o objetivo de denunciar e resgatar as histórias da opressão social no Nordeste e fazê-las visíveis aos habitantes de outros Estados brasileiros e de outros países.

As duas narrativas trazem grupos familiares desumanizados e pauperizados, passando por fome, sede, opressão e exclusões sociais. Nesse contexto, são rebaixados à condição de animal ao passo que produzem, em seu cotidiano, a elevação de seus animais domésticos ao *status* de membro da família. Os seres zoomorfizados se sentem e se percebem como inferiores aos outros seres humanos devido à precariedade de suas condições de vida, de habitação e de existência, em geral, definidas pela esfera econômica e pela opressão social. Em suas buscas, o “horizonte” sempre é inatingível, fugindo e escapando o tempo todo.

A narrativa de Graciliano Ramos apresenta uma travessia, a trajetória da busca por algo, que é a procura pela sobrevivência em condições mais dignas. Nesse processo, há a desfiguração das identidades das personagens oprimidas, a perda identitária advinda da miséria, da opressão e todo tipo de violência, objetiva e simbólica, também o sofrimento e as dificuldades enfrentadas para conseguirem sobreviver à fome e à miséria.

Já a narrativa de Euclides Neto apresenta uma família explorada no trabalho por parte do fazendeiro e radicalmente desumanizada pelas próprias condições de existência social. O

trabalhador e sua família viviam em condições paupérrimas, recebendo um salário aviltante que mal dava para garantir o sustento do grupo. O pai, não possuindo dinheiro nem para comprar um instrumento de trabalho, um facão, para a lida na roça, via seu ganho semanal diminuir e sua família passar por situações de miséria, sem alimento e os filhos comendo terra na tentativa de sanar a fome, comprometendo ainda mais a saúde.

Dessa forma, percebemos que a desigualdade social e a exploração são práticas sociais que, além dos livros de história e de ciências sociais, são também percebidas na literatura, a qual caminha junto com a sociedade, apresentando e denunciando a exclusão dos sujeitos que não possuem direitos de falar e reivindicar, não tendo voz e trabalhando em silêncio, apenas visando a sobrevivência.

Graciliano e Euclides são dois escritores que possuem um pensamento aproximado, pois ambos viveram no nordeste, mesmo que em localidades e micro regiões diferentes, mas tendo o desnível social presente, assim como as formas de exploração e dominação. Euclides era leitor de Graciliano, ambos comunistas, e buscaram trazer a público as formas desumanas de agir nas quais as classes favorecidas roubam o sobretrabalho das classes menos favorecidas, as quais possuem apenas sua força para garantir a existência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABEL, Carlos Alberto dos Santos. **Graciliano Ramos: cidadão e artista**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O preconceito contra o nordestino. In: _____. **Preconceito contra a origem geográfica do lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 89-129.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético sertão: um estudo de representações. In: _____. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa. **Migrantes nordestinos na literatura brasileira**. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. A estilística contemporânea e o romance. In: _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP/ HUCITEC, 1988, p. 72-84.
- _____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- _____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BARBIERI, Cláudia. Arquitetura literária: sob a composição do espaço narrativo. In: BORGES FILHO, O.; BARBOSA, S. (Orgs.). **Poéticas do espaço literário**. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2009, p. 105-126.
- BASTOS, Hermenegildo José de M. **Memórias do cárcere, literatura e testemunho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BAUMAN, Zygmund. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.197-221.
- BORGES, Valdeci Rezende. Literatura e Pesquisa Histórica. **Revista Letras & Letras**, Uberlândia, v. 12, p. 191-217, jan/jun, 1996.

_____. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 1, n. 3, p. 94-109, jun. 2010.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**. 34 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

_____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

BRUNEL, Pierre; PICHOS, C. L.; ROUSSEAU, A. M. **O que é literatura comparada?** São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1990.

BURKE, Peter. Introdução. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy. **Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997. p. 7-32.

BUSSIUS, Júlia Teixeira. Prefácio. In: EUCLIDES NETO. **O tempo é chegado**. Ilhéus: Editus, 2001.

CAMARGO, Aspásia de Alcantara. A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964). In: GOMES, Ângela Maria de Castro [et. Al.]. **O Brasil republicano**, v. 3: sociedade e política 1930-1964. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 121-224.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ (et. al.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 51-80.

_____. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 7 ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

CARDOSO, João Batista. Os pólos da sociedade em *Os magros*: In: _____. **Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adônias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado**. Ilhéus: Editus, 2006. p. 85-118.

CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

CÉSAR, Eliezer. **O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto**. Ilhéus: Editus, 2003.

CHAGAS, Carmen Elena das. A intertextualidade na formação do leitor crítico. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUISTICA E FILOGIA, 13, 2009, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF - **Anais...** v. 13, n. 4, p. 132-138, Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2009. Disponível em: < http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/a_intertextualidade_na_formacao_de_um_leitor_carmen_elena.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. A nova história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 29-44.

- _____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1999.
- CIDREIRA, Rosângela; SIMÕES, Maria de L. Netto. Terras do sem fim e Os magros: uma releitura das relações sociais e de poder. **Composição**: revista de Ciências Sociais, Campo Grande, v.9, p. 123-138, 2001. Disponível em: <<http://www.revistacomposicao.ufms.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- CIDREIRA, Rosângela; FREITAS, Zilda O.; MARTINS, V. H. F. Os Magros: discurso e memória. **Seara** - revista virtual de Letras e Cultura, Salvador, s/d. Disponível em: <<http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/rosangelacidreira.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.
- COELHO, Braz José. **Linguagem**: conceitos básicos. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: TecnoPrint, 1978.
- DAVI, Tania Nunes. **Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do cárcere de Graciliano Ramos e Nelson Pereira dos Santos**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- EUCLIDES NETO. **O Tempo é chegado**. Ilhéus; Bahia: Editus, 2001.
- _____. **Os magros**. São Paulo: Guena & Bussius, 1992.
- _____. **64**: um prefeito, a revolução e os jumentos (a fábula do presidenciável Salém). Salvador: Fator, 1983.
- _____. **Trilhas da reforma agrária**. São Paulo: Littera Editores Ltda, 1998.
- _____. **Machobongo**. Itabuna: Cacau/Letras, 1986.
- _____. **Comercinho do poço fundo**. Rio de Janeiro: Antares, 1979.
- EXPOSIÇÃO CENTENÁRIO LUIZ VIANA FILHO. Senado Federal. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/acervo/LVF100/vida_01.shtm>. Acesso em: 25 mai 2013.

FACIOLI, Valentim. Um homem bruto da terra. In: GARBÚGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentin. **Graciliano Ramos**: antologia e estudos. São Paulo: Ática, 1987. p. 23-106.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. **Linguagem, identidade e memória social**: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERREIRA, Hilma Ribeiro de Mendonça. A intertextualidade e seus desdobramentos em alguns gêneros textuais. IN: JORNADA NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, III, 2008, São Gonçalo, **Anais...** São Gonçalo: CiFEFiL-Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/iiijnflp/textos_completos/pdf/A%20intertextualidade%20e%20seus%20desdobramentos%20em%20alguns%20g%C3%AAneros%20textuais%20-%20HILMA.pdf, 2008>. Acesso em: 28 nov. 2013.

FOLCLORE DO MUNICÍPIO. Campo Formoso, 2003-2008. Disponível em: <<http://www.portalcampoformoso.com.br/index.php?pg=folclore>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. Outros Espaços. In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 411-422.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29 ed. Vozes, Petrópolis, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Sabotagem, 2012.

GRACILIANO RAMOS SITE OFICIAL DO ESCRITOR GRACILIANO RAMOS (Rio de Janeiro). Grupo Editorial Record (Ed.). **Vida**: biografia /linha do tempo. 2013. Disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/vida/biografia/>>. Acesso em: 28 mai. 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Identidade: objeto ainda não identificado. **Revista Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 81-97, jun. 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HOLANDA, Lourival. **Sob o signo do silêncio**: Vidas secas e O estrangeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ISER, Wolfgang. Atos de fingir. In: _____. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Tradução: Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p. 13-37.

JESUS, Rosângela Cidreira. Tradição e tradução: identidade, cultura e memória. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6, 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, UFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24724.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Nova Época, 2008.

KIFFER, Ana Paula Veiga. Vidas secas – ontem e hoje. **Janela de ideias**. Disponível em:<http://www.letras.puc-rio.br/JaneladeIdeias/biblioteca/B_Vidas_Secas.pdf>. Acesso em: 2002.

KNOLL, Graziela Fainer; PIRES, Vera Lúcia. Intertextualidade e propaganda: análise de processos intertextuais em anúncios impressos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIACÃO E DISCURSO, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/GrazielaFrainerKnolleVeraLuciaPires.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 10, 1969.

_____. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo, Ática, 1985.

LEMONS, Maria Teresa Tríblio Brittes Lemos. **América Latina**: identidades em construção – das sociedades tradicionais à globalização. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

LINS, Álvaro. Valores e misérias das vidas secas. In: RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 116. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2011 p. 127-155.

LOUIS BROMFIELD. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2013. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Bromfield>. Acesso em: 25 mai. 2013.

LUCAS, Fábio. **O caráter social da ficção no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: GOMES, Ângela Maria de Castro [et. Al.]. **O Brasil republicano**, v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 257-294.

MARCELO, Ana Sayonara Fagundes Britto. **Dos cacauzeiros aos umbuzeiros**: percurso de recepção das narrativas Os Magros e A enxada e A mulher que venceu o próprio destino, de Euclides Neto. 2010. Dissertação (Mestrado) - UNEB, Salvador, 2010. p. 130.

MARTINS, Vitor Hugo. A prosa telúrica de Euclides Neto. **Seara**, revista virtual de Letras e cultura, Salvador, s/n., s/d. Disponível em: <<http://www.seara.uneb.br/sumario/professores/vitorhugo.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. vol. VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1977-78.

- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **O capital**. São Paulo: Tecnoprint S. A, 1990.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. 11 ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste**: um falso problema. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MELLO, Janaina Cardoso de. O flunar da História pela Literatura: a arte de uma escrita científica romanceada. In: SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de (Orgs). **Literatura, História e Linguagem**: diálogos possíveis. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 15-28.
- MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teorias e temas. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MENDES, Oswaldo. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Moderna, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MENEZES, José Alexandre de Souza; NETO, Dionísio Carmo. **A modernização do agrobusiness cacau**. São Paulo: Fundação Cargill, 1983.
- MESQUITA, Samira Nahid de. Como se narra. In: _____. **O enredo**. São Paulo: Ática, 1987. p. 33-40.
- MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira** v. III Modernismo (1922- atualidade).6 ed., São Paulo: Cultrix, 2001.
- _____. **Dicionário de termos literários**. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MUSZKAT, Malvina. **Consciência e identidade**. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Rita Lírio de; SIMÕES, Maria de L. Netto. Identidade e imaginário em A rica fazendeira de cacau. **Baleia na rede**, revista eletrônica do grupo de pesquisa em cinema e literatura, Marília, v. 1, n. 7, p. 181-190, dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo, 2006.
- PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1977.
- PAULINO, Graça; WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. **Intertextualidades**: teoria e prática. São Paulo: Formato; Saraiva, 2005.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PÓLVORA, Hélio. Um aspecto de Graciliano Ramos. In: _____. **Graciliano, Machado, Drummond e outros**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 13-36.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 1992.

RAMA, Ángel. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Angústia**. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. **Infância**. Posfácio de Claudio Leitão. 37 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Memórias no cárcere**. 6 ed. São Paulo: Editora S. A., 1965.

_____. **Vidas secas**. 116 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RECHDAN, Maria Leticia de Almeida. Dialogismo ou polifonia? **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 1-9, jan./jun 2003. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: BURKE, Peter; PORTER; Roy (Orgs). **História social da Linguagem**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 7-14.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia: uma abordagem fenomenológica**. Aracaju, SE: UFS/POSGRAD, 2006.

RODRIGUES, Paula. **Questões de gênero na infância: marcas da identidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, da educação**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAES, Décio A. M. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: GOMES, Ângela Maria de Castro [et. Al.]. **O Brasil republicano**, v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.447-506.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Paródia, paráfrase & cia**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Soanne Cristino Almeida dos. 1964: o discurso nacionalista e a luta pelas reformas de base no interior da Bahia. **Em tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 17, ago/dez. 2010.

SILVA, Albione S. Euclides José Teixeira Neto. **História** - UESC, 2003. Disponível em: <<http://www.familia.bello.nom.br/euclides.html>> Acesso em: 20 jun. 2013.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da República Brasileira: as crises e as reformas - 1962-1964**. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, Tomás Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SIMÕES, Maria de Lourdes Neto. A ficção da região cacauzeira baiana: questão identitária. **Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões**, Ilhéus, n. 1, p. 119-128, 1998.

SIMÕES, Maria de Lourdes Neto; OLIVEIRA, Rita Lírio de. A memória como construto de identidade cultural Grapiúna. **DLCV**, João Pessoa, v. 7. n 2, p. 33-42, jul/dez, 2010.

SIQUEIRA, José Jorge. Texto e contexto em História e Literatura: a crise do mito da democracia racial brasileira. In: MARTINS, Willian de Souza; SANGLARD, Gisele (Orgs).

História cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 97- 122.

SKIDMORE, Thomas. A Era Vargas. In: _____. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 21-71.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1988.

SOUZA, Cristian Vagner de. Polifonia, Dialogismo e Gêneros: a presença de Bakhtin nas aulas de Língua materna. **Educação em foco**, revistas eletrônicas, Amparo, SP, ano 2011, n. 2, p. 1-9, 2011. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2011/polifonia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

TAVARES, Hênio. **Teoria literária.** 11 ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Vila Rica, 1996.

TEIXEIRA, Jerônimo. Pratas da casa. **Revista Veja**, São Paulo, edição 1985, 6 dez 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/061206/p_136.html>. Acesso em: 29 mai 2013.

TOMANIN, Cássia Regina; CARDOSO, Valéria Faria. Para uma classificação do Kaiowá como Língua ou Dialeto Guarani. In: Di RENZO, Ana Maria [et. all.]. **Linguagem e História:** múltiplos territórios teóricos. Cárceres: UNEMAT, CAPES/DINTER, Programa de Mestrado em Linguística, Cepel/Campinas: Editora RG, 2010. p. 7-18.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VANGELISTA, Chiara. Da fala á História: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatáhy (orgs). **História e Linguagem:** texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 185-194.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como espelho da Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

WATT, Ian. **A ascensão do romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

ZINANI, Cecil Jeanine. **História da Literatura:** questões contemporâneas. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul: Educs, 2010.